



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História



**MATEUS BARRADAS TEIXEIRA**

**CONFLITOS RELIGIOSOS EM TORNO DA  
INSTALAÇÃO DOS PROTESTANTES  
LUTERANOS EM NOVA FRIBURGO  
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX**

Rio de Janeiro  
2018

Mateus Barradas Teixeira

**CONFLITOS RELIGIOSOS EM TORNO DA INSTALAÇÃO DOS  
PROTESTANTES LUTERANOS EM NOVA FRIBURGO  
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Rio de Janeiro  
2018

**Ficha catalográfica**

Mateus Barradas Teixeira

**CONFLITOS RELIGIOSOS EM TORNO DA INSTALAÇÃO DOS  
PROTESTANTES LUTERANOS EM NOVA FRIBURGO  
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

**Aprovado por:**

---

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher  
(UNISINOS)

---

Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira  
(UNIRIO)

---

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Rodrigues – Orientadora  
(UNIRIO)

Rio de Janeiro  
2018



## **Agradecimentos**

Uma pesquisa como esta não poderia ser feita somente a duas mãos. As horas perdidas de sono, a quantidade de leitura e diversidade bibliográfica, a transcrição das fontes, as idas aos acervos, discussões em congressos e produções de artigos não podem ser realizadas sem o auxílio de pessoas especiais, aquelas que você, um pesquisador, mas também professor em jornadas de trabalho exaustivas deve agradecer.

A minha família é a primeira entusiasta pelas minhas pesquisas e a eles eu devo a minha formação, seja acadêmica, seja de caráter. Ela me ensina como ser alguém melhor, como superar minhas barreiras e conseguir avançar cada vez mais. Tanto as questões de ordem prática da vida, quanto às aquelas mais sutis, a eles eu tenho uma dívida que jamais poderia pagar. Gratidão.

Gostaria de agradecer enormemente a minha orientadora, Claudia Rodrigues. Ela me ensinou, com sua rigidez, tudo o que eu sei sobre pesquisa e produção da escrita da História. Sem ela, certamente já teria desistido. Sem os desafios propostos por Claudia, jamais conseguiria sair de diversos problemas que tive ao longo do processo de redação deste texto. Obrigado por tudo!

Sou enormemente agradecido aos meus tios “Chico” e Rita. Ambos foram e são essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico. Durante o ano de 2015 morei com eles e, por causa da acolhida muito maior do que eu poderia merecer ou imaginar, consegui realizar as disciplinas iniciais do processo de mestrado. Nunca me esquecerei das nossas conversas e todo o processo cotidiano que passei com eles. Meu muito obrigado!

Para o meu amigo Ronald Lopes faltam as palavras certas para meu agradecimento. Afinal, essa pesquisa jamais se concretizaria sem a sua ajuda no processo de transcrição das fontes e das inúmeras discussões sobre a História de Nova Friburgo. Nossos quase dez anos de amizade foram recheados de debates acerca de tudo, bem como tropeços e acertos em nossas vidas pessoais. Em todos os momentos ele foi o amigo de sempre.

Eu não poderia terminar esses agradecimentos sem manifestar minha total

gratidão para aquela que me acompanha por todo esse processo, Joana Freze. Ela me faz ser uma pessoa melhor a cada dia, me ajudando no desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico. É minha companheira de todas as horas, que sorri e chora comigo, que não me deixa abandonar meus ideais e projetos.

Não somos seres humanos vivendo uma experiência espiritual, somos seres espirituais vivendo uma experiência humana.

Teilhard de Chardin



## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os conflitos religiosos entre imigrantes católicos, luteranos e calvinistas, na vila de São João Batista de Nova Friburgo, entre 1818-1830, em especial os embates entre a liderança católica (na figura do Monsenhor Joye) e a liderança luterana (representada pelo Sauerbronn). As querelas se desenvolveram como desdobramentos das ações do pastor em rituais religiosos, como enterramentos, casamentos e a admissão de abjurados em seus cultos. Estes seriam canais de expressão dos embates. A busca de legitimação da comunidade luterana se expressou na realização de rituais enquanto elementos de afirmação do grupo perante o catolicismo. A Igreja católica, legitimada pela Constituição de 1824, disputou o monopólio de bens simbólicos nesta comunidade. Além disso, enquanto a maioria dos imigrantes suíços calvinistas foram incorporados ao catolicismo em 1818, a imigração de luteranos em 1824 ameaçou de forma mais profunda a hegemonia católica local. Para tal análise, foram utilizados documentos ligados à administração da vila; bem como os relatos presentes nos diários de alguns imigrantes para observar a travessia oceânica até o Brasil, compor o espaço no qual estavam se inserindo e sua dinâmica, além de analisar as denúncias que desencadearam tais conflitos. Além destas, foram utilizadas fontes eclesiásticas, tais como certidões de óbito, casamento e batismo para conseguirmos informações sobre as práticas religiosas católicas, calvinistas e luteranas. Com essas fontes, podemos compor elementos tanto do cenário que desencadeou essas querelas, quanto aos agentes que atuaram nos embates.

Palavras-chave: Nova Friburgo – Conflitos religiosos – Protestantismo – Catolicismo – Imigração suíça – Imigração luterana

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the religious conflicts between Catholic, Lutheran and Calvinist immigrants in the town of São João Batista of Nova Friburgo between 1818-1830, especially the clashes between the Catholic leadership (in the figure of Monsignor Joye) and the leadership (represented by the Sauerbronn). The quarrels have developed as unfoldings of the pastor's actions in religious rituals, such as burials, marriages, and the admission of the abjured in their worship. These would be channels of expression of the clashes. The search for legitimacy of the Lutheran community was expressed in the performance of rituals as elements of affirmation of the group before Catholicism. The Catholic Church, legitimized by the Constitution of 1824, disputed the monopoly of symbolic goods in this community. Moreover, while most of the Swiss Calvinist immigrants were incorporated into Catholicism in 1818, the immigration of Lutherans in 1824 further threatened local Catholic hegemony. For this analysis, documents related to the administration of the town were used; as well as the reports in the diaries of some immigrants to observe the ocean crossing to Brazil, to compose the space in which they were entering and their dynamics, and to analyze the denunciations that triggered such conflicts. In addition, ecclesiastical sources such as death, marriage and baptism certificates were used to obtain information on Catholic, Calvinist and Lutheran religious practices. With these sources, we can compose elements of both the scenario that triggered these quarrels and the agents who acted in the clashes.

Keywords: Nova Friburgo - Religious conflicts - Protestantism - Catholicism - Swiss immigration - Lutheran immigration

## **LISTA DE MAPAS**

**Mapa 1** – Reconhecimento do rio Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo (colônia suíça) – 1819 **p. 73**

**Mapa 2** – "Lotes coloniais". Vila de São João Batista de Nova Friburgo, 1819. **p. 83**

**Mapa 3** – "Lotes coloniais". Lotes 46 e 61, locais de criação de cemitérios **p. 89**

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Síntese da viagem no navio Heurex Voyage até a Basileia, local de encontro com outros imigrantes, a partir dos relatos de Monsenhor Joye, **p. 45**

**Tabela 2** – Viagem no navio Heurex Voyage, partir dos relatos de Monsenhor Joye, da Basileia até Dordrecht, para irem em direção ao Brasil, **p. 45**

**Tabela 3** – Viagem no navio Urânia de Lucerna até Basileia para o encontro com os outros imigrantes. Baseado no diário de Joseph Heche. **p. 45**

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO, p. 14**

### **CAPÍTULO 1: Imigrações suíça e germânica, entre 1818-1824, p. 20**

#### **1.1. A Imigração Suíça para o Brasil, p. 27**

A conjuntura suíça em 1815-1819 e o projeto de emigração, **p. 27**

As viagens em direção ao Brasil, **p. 36**

A travessia oceânica pelo olhar de Jacob Joye e Joseph Heche, **p. 46**

#### **1.2. A Imigração germânica, p. 52**

Conjuntura das cortes germânicas em 1823 e a captação de emigrantes, **p. 52**

A viagem para o Brasil, **p. 61**

### **CAPÍTULO 2: Os assentamentos suíços e germânicos e os conflitos religiosos, p. 70**

#### **2.1. Os sertões do leste fluminense, p. 70**

#### **2.2. Da chegada dos suíços ao Rio de Janeiro à ida para Nova Friburgo, p. 75**

#### **2.3. A vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1824), p. 82**

#### **2.4. A chegada dos imigrantes germânicos ao Rio de Janeiro e a ida para Nova Friburgo em 1824, p. 91**

#### **2.5. A presença da Igreja Católica na Vila de São João Batista de Nova Friburgo e os embates acerca da construção do Templo católico, p. 99**

#### **2.6. A presença protestante na Vila de São João Batista de Nova Friburgo e os conflitos acerca do templo e da liderança do pastor Sauerbronn, p. 105**

### **CAPÍTULO 3: Conflitos religiosos em torno de rituais na Vila de São João Batista de Nova Friburgo, p. 119**

#### **3.1. Conflito religioso em torno do casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner, p. 121**

#### **3.2. Conflitos religiosos em torno de sepultamentos, p. 139**

#### **3.3. As abjurações como mais um elemento de conflito religioso na vila, p. 150**

### **CONCLUSÃO, p. 157**

### **FONTES E BIBLIOGRAFIA, p. 160**

## INTRODUÇÃO

O começo dessa pesquisa se mescla com a abertura dos arquivos eclesiásticos católicos e protestantes de Nova Friburgo, em 2011. Alunos do curso semipresencial de História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), vinculados ao Consórcio CEDERJ e alocados no polo Cederj de Cantagalo, eu, Ronald Lopes, Mario Massena e Rodrigo Teixeira, em conjunto com a professora Airan Borges, buscamos informações sobre os arquivos de instituições religiosas, na tentativa de conseguir acessá-los e montar nossos projetos de TCC, além do nosso comum interesse em religião. Mas tudo mudou depois que conseguimos adentrar os arquivos tanto da Matriz de São João Batista, quanto da Igreja Luterana e percebemos que a documentação era vasta e poderíamos nos aprofundar melhor em algumas temáticas. No meu caso, segui com a ideia de pesquisar algum tema relacionado ao protestantismo brasileiro no século XIX.

Ao me aprofundar na bibliografia sobre o tema, percebi que o protestantismo no Brasil já havia sido bastante tratado em diversas análises. Discursões conjunturais voltadas para uma relação mais panorâmica da presença protestante em solo brasileiro<sup>1</sup>, ora priorizando uma região ou outra, como em São Leopoldo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia ou São Paulo<sup>2</sup>, bem como obras que se esforçaram em observar elementos de assimilação e identidade nas comunidades protestantes<sup>3</sup>. A maioria dessas pesquisas foi

<sup>1</sup> GERTZ, E. René. Os luteranos no Brasil. *In* Revista de História regional 6(2):9-33, inverno 2001. WIRTH, Emilio Lauri. Protestantismo Brasileiro de rito luterano. *In* Revista Usp, São Paulo, n 67, p. 48-67, setembro/novembro 2005. MENDONÇA, Gouvêa Antônio. O Protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *In* Revista USP, São Paulo, n 67, p. 48-67, setembro/novembro 2005. PORTELA, Rodrigo. Fé, cultura e norma eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil. *In* Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 16, n7/8, p. 593-607, Jul./Ago. 2006. RIBEIRO, Pinto Mayer Lidice O protestantismo Brasileiro: objeto de estudo. *In* Revista USP, São Paulo, n73, p. 117-129, março/maio 2007.

<sup>2</sup> SALAMONI, Giancarla. A imigração Alemã no Rio Grande do Sul – O caso da comunidade Pomerana de Pelotas. *In* História em Revista, Pelotas, v.7,25-42, dezembro/2001. LENZ, Ewel Sylvia. *Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866)*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2008. GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria do Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012. SALAMONI, Giancarla. A imigração Alemã no Rio Grande do Sul – O caso da comunidade Pomerana de Pelotas. *In* História em Revista, Pelotas, v.7,25-42, dezembro/2001. SIRIANI, Lambert Cristina Silva. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no Século XIX – Aspectos políticos. *In* Almanack braziliense n 02, novembro, 2005. LENZ, Ewel Sylvia. *Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866)*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2008. RABELLO, Evandro. Sobre aspectos socioculturais da comunidade de imigrantes alemães em Salvador. *In* IV ENECULT – Encontro de Estudos multidisciplinares em cultura, 2008. GOUVÊA Mengardo Flávia. Imigração Alemã e sociabilidades em Rio Claro nos séculos XIX e XX. *In* ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria do Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

<sup>3</sup> FRESTON, Paul. Dilemas da naturalização do protestantismo étnico: a Igreja Luterana no Brasil. *In* Revista de ciências humanas de Florianópolis v. 16, n. 24, p. 61-73, out 1993. WOORTMANN Fensterseifer Ellen.

realizada por sociólogos, cientistas da religião, memorialistas e teólogos, gerando lacunas, como a possibilidade de ênfase em determinado objeto. Os historiadores, portanto, podem achar um vasto campo nesse assunto.

Revisando a bibliografia existente a respeito da história de Nova Friburgo, percebi que muitos estudos já haviam sido produzidos e que eu poderia utilizá-los para aprofundar minhas pesquisas. Pedro Cúrio, em 1944 escreveu a obra intitulada “Como surgiu Friburgo: Esboço Histórico e episódico (1818-1840)”<sup>4</sup>, com uma narrativa tradicional a respeito da chegada e instalação dos imigrantes suíços e germânicos na Vila de São João Batista de Nova Friburgo. Em 1975, um artigo notável de Jorge Antônio Soares de Souza intitulado “Os colonos de schaeffer em Jova Friburgo”<sup>5</sup>, além de caracterizar o processo da viagem até o Brasil e o desenvolvimento da Vila em torno da segunda imigração, dos germânicos, nos traz fontes transcritas e que utilizamos, em conjunto com outras, ao longo da dissertação.

Em 1991, José Carlos Pedro e Jorge Miguel Mayer publicaram o trabalho “Vida e Morte na colônia de Nova Friburgo: um estudo demográfico”<sup>6</sup>. Essa obra realiza uma demografia dos imigrantes suíços e germânicos, além de analisar os dados referentes aos portugueses e escravos que aqui habitavam mesmo antes do processo de imigração. Quatro anos depois, Martin Nicolin publicou sua tese de doutorado intitulada “A gênese de Nova Friburgo: Emigração suíça no Brasil (1817-1827)”<sup>7</sup>, que narra a saída dos emigrantes de uma perspectiva europeia, obra da qual também analisamos diversas fontes importantes transcritas pelo autor.

Em 1996, um estudo feito por José Carlos Pedro, Jorge Miguel Mayer e Regina Laforet, “As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços”<sup>8</sup> tem por objetivo revelar através do conteúdo das bagagens, uma espécie de “mapa”, a partir do qual podemos saber

---

Identities and memories between teuto-brasileiros: Os dois lados do atlântico. *In* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n 14, p. 205-238, nov. 2000. DREHER, N. Martin. Igreja e Germanidade. São Leopoldo, RS. Editora EST, 2003. SANTANA, De Carlos Maria Nara. Colonização Alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. *In* Dimensões, vol. 25, 2010, p. 235-248.

<sup>4</sup> CURIO, Pedro. Como surgiu Nova Friburgo: Esboço Histórico e episódico (1818-1840). Rio de Janeiro, 1944.

<sup>5</sup> SOUZA, José Antônio de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo (1818-1840). Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976. vol. 310.

<sup>6</sup> MAYER, Jorge Miguel e PEDRO, José Carlos. Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um estudo demográfico. Nova Friburgo, 1991. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado).

<sup>7</sup> NICOLIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

<sup>8</sup> MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos e LAFORET, Regina. As Malas órfãs: A bagagem dos colonos suíços. Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado).

a formação técnica e o perfil rural dos imigrantes suíços. Todavia, a partir de 1999, com a obra “Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo”<sup>9</sup>, organizada por João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer, novas abordagens foram lançadas diante de temas variados: a imigração, religião, escravidão, administração, etc ampliando o repertório de temáticas sobre a região.

Partindo de fontes epistolares, Giselle Sanglard, em sua dissertação de mestrado com o título “Nova Friburgo: entre o iluminismo português e a gênese bíblica”<sup>10</sup>, analisa os conflitos dos imigrantes suíços em se adaptarem ao “novo mundo” e deixarem o “velho mundo” para trás. Já a tese de Jorge Miguel Mayer, defendida em 2003, intitulada “Raízes do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo”<sup>11</sup> analisa a região chamada “Sertões do Leste” e, de forma exaustiva, os dois processos de imigração.

Novos estudos começaram a surgir a partir de 2011. O objetivo dessas obras era o de popularizar a história da cidade e tanto o livro “Histórias e memórias de Nova Friburgo”<sup>12</sup> quanto “Histórias da história de Nova Friburgo”<sup>13</sup>, ambos de Maria Janaína Botelho Corrêa, fazem análises abrangentes da história da cidade no sentido de divulgar as fontes e fatos da região. Em 2012, o pesquisador Ronald Lopes, em um artigo intitulado “O processo de implantação do luteranismo no Brasil: o caso de Nova Friburgo (1824-1857)”<sup>14</sup> analisou a relação entre identidade protestante e a construção de um cemitério germânico de imigrantes na vila.

Por fim, não podemos deixar de mencionar obras de cunho memorialista que compilaram muitos dados importantes do processo de imigração, sob uma ótica por muitas vezes genealógica e factual, mas que contribuíram enormemente para preservar a memória e divulgar a história da região, a exemplo de autores como Armindo Müller, Clélio Erthal,

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, João Raimundo de. E MAYER, Jorge Miguel (orgs). Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999.

<sup>10</sup>

<sup>11</sup> MAYER, Jorge Miguel. Raízes do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>12</sup> CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias e Memórias de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

<sup>13</sup> CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias da História de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Lopes Ronald. O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: O caso de Nova Friburgo (1824-1857). In: Anais do XV Congresso Regional de História da Anpuh-Rio, 2012.



Rafael Jaccoud e Henrique Bon<sup>15</sup>. Devo aos memorialistas muitos dados que analisei ao longo dessa dissertação.

Há, portanto, uma lacuna na história dos protestantes em Nova Friburgo, no sentido de observar as comunidades de imigrantes, suíços e germânicos, em suas próprias definições e matrizes religiosas de forma mais profunda. Escolhi trabalhar com os conflitos religiosos na vila de Nova Friburgo durante o século XIX. Consegui chegar a esse tema através da leitura do artigo “Fé e poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo”, de José Carlos Pedro na obra “Teia Serrana”. O autor delineou alguns aspectos dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos da região, já que o processo de imigração a partir de 1818 gerou o convívio no mesmo espaço de pessoas pertencentes às matrizes religiosas distintas.

Através da leitura da bibliografia em questão, percebi a importância dos líderes religiosos considerados legítimos, o Pastor Sauerbronn e Monsenhor Joye, funcionários do Império, para o início e os contornos dos conflitos. Acabei, portanto, descobrindo que os conflitos começaram justamente em 1824, data da segunda imigração para a vila, oriunda de uma comunidade luterana germânica que deveria, a partir de então, conviver com elementos católicos pré-estabelecidos. Comecei um estudo propriamente historiográfico sobre os protestantes no Brasil, já que outros ramos das humanidades já haviam se debruçado sobre o tema e, portanto, um historiador poderia contribuir observando por metodologias e recortes diferentes, uma vez que ainda havia uma lacuna sobre o tema enfocando católicos e luteranos.

Ao analisar as fontes, notei que poderia me aprofundar sobre esses conflitos ressaltando seus processos justamente em torno de rituais realizados por Sauerbronn, como o casamento de pessoas com disparidade de culto e também alguns enterramentos, seja de lideranças protestante locais, seja de Peter Leopold, seu próprio filho. Todos desencadearam a presença dos poderes locais para o estabelecimento da ordem na vila, mantendo contatos com as lideranças religiosas, no sentido de concluir essas querelas. Pensando sobre esses processos, portanto, acabei me voltando para questões a respeito da legitimidade e ilegitimidade de um líder religioso em um determinado espaço com

---

<sup>15</sup> BON, Henrique. Imigrantes a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da Independência. Segunda Edição revisada e ampliada. Nova Friburgo: imagem virtual. 2004. MÜLLER, Armindo L. O começo do protestantismo no Brasil: descrição da instalação da primeira comunidade luterana no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003. JACCOUD, Rafael. História, contos e lendas de Nova Friburgo. Edição independente, 2007. ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói, Nitpress, 2008.

assimetria de poder, além de observar as práticas e restrições religiosas dentro de um ambiente que permitia, dentro de algumas limitações, o culto de pessoas não católicas, como definido no artigo quinto da constituição de 1824, vigente à época.

Além disso, analisando as fontes, descobri que existiram também outras formas de conflitos na vila. Monsenhor Joye entrou em uma situação conflituosa com as autoridades locais por causa da demora para a ereção do templo católico e a situação precária da capela, que ficava ao lado da Câmara dos vereadores da cidade. Além disso, o pastor Sauerbronn se envolveu em uma querela a respeito de sua moralidade, já que um grupo significativo de imigrantes suíços eram calvinistas e não aceitava o seu modo de vida, chegando ao ponto da formação de um consistório para julgá-lo como liderança legítima ou não da comunidade de moradores da região. Esses conflitos que não são necessariamente relacionados aos rituais, serão também abordados a fim de observar as múltiplas formas de embates que existiam na vila. Nesse sentido, o trabalho que aqui apresento foi organizado da forma que segue abaixo.

O **capítulo 1** visa analisar o processo de imigração dos suíços e germânicos entre 1818 e 1824. Para isso, observaremos os projetos de imigração, a trajetória dos imigrantes, bem como a chegada dos mesmos ao Brasil. Então, recorreremos a diários e cartas de alguns imigrantes, como o pastor Sauerbronn, imigrante germânico, Monsenhor Joye e Joseph Heche, oriundos da Suíça. Além disso, analisamos alguns documentos como de compra do terreno que viria ser a vila de São João Batista de Nova Friburgo, bem como os Tratados de Imigração que formam o conjunto de diretrizes para a chegada e instalação dos imigrantes.

Com o objetivo de entendermos a dimensão das ondas de imigrantes para o Brasil e reconstruir os elementos que causaram os embates, analisaremos **no capítulo 2** a instalação das duas levadas de imigrantes na vila de São João Batista de Nova Friburgo. Utilizaremos para isso as documentações oficiais da vila, manuscritos da comunicação entre os administradores locais. Ou seja, como foi a instalação do ambiente no qual os imigrantes puderam chegar e se estabelecer. Também abordaremos os embates entre Monsenhor Joye e a Câmara dos vereadores sobre a demora da ereção de um templo católico e as condições precárias do local de culto católico, além de alguns conflitos internos entre Pastor Sauerbronn e sua comunidade.

Os conflitos religiosos entre Pastor Sauerbronn e Monsenhor Joye que se delinearão por causa de rituais serão enfocados no **capítulo 3**. Abordaremos embates em torno de um casamento misto, ou seja, de confissões religiosas diferentes, além de disputas geradas por dois sepultamentos protestantes, um deles do próprio filho de Sauerbronn, Peter Leopold. Mas também a entrada de um abjurado ao protestantismo. Essas ações que desencadearam essas querelas foram realizadas pelo pastor Sauerbronn e foram consideradas ilegítimas pelo Monsenhor Joye, que o denunciou.

<sup>7</sup> ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: O Fictício e o Imaginário. Perspectiva de uma Antropologia Literária. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 345.

<sup>8</sup> CAMARANI, Ana Luiza Silva. A Literatura fantástica: caminhos teóricos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 48.

## CAPÍTULO 1

### **Imigrações suíça e germânica para Nova Friburgo, entre 1818 e 1824**

Antes de analisarmos os conflitos que ocorreram em Nova Friburgo, a partir de 1824, em decorrência da instalação dos imigrantes germânicos luteranos numa região previamente estabelecida como área de colonização<sup>16</sup> suíça católica desde 1818, este capítulo procura compreender as motivações que levaram a emigração de ambos os grupos europeus de suas regiões de origem para a América, especialmente a futura vila de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Se é relevante compreender estas motivações, não podemos ignorar antes que não bastaria a existência de condições que levassem parte da população dos cantões<sup>17</sup> suíços e das cidades germânicas a buscar a vida do outro lado do oceano Atlântico se não houvesse também interesse na vinda destes migrantes por parte do governo joanino, em 1818, e imperial, em 1824.

A questão da imigração europeia na primeira metade do século XIX no Brasil e sua legislação é ampla e complexa. Segundo Iotti, a análise acurada da legislação brasileira referente a migração permite, entre outras coisas, identificar os mais variados interesses dos grupos sociais envolvidos nas migrações nas diversas fases nas quais esse processo foi desenvolvido<sup>18</sup>. Sendo assim, podemos entender mais claramente os objetivos dos governos brasileiros de investir nesses projetos, além de aprofundar algumas análises sobre tal questão.

O início da colonização no Brasil pode ser relacionado com a Provisão Régia de 09 de agosto de 1747. Esta dispõe sobre a condução e o estabelecimento de casais açorianos em terras brasileiras. Contudo, este documento versa sobre "súditos portugueses" e não de agrupamentos humanos estrangeiros em solo português ou no Brasil. Sendo assim, podemos traçar o começo da imigração no Brasil a partir do século XIX, quando

---

<sup>16</sup> O termo colonização refere-se ao processo de ocupação territorial através de imigrantes europeus que se deu no início do século XIX com Dom João VI e não com o contexto do Brasil colonial.

<sup>17</sup> Pequeno espaço político-administrativo que tem relativa autonomia e soberania. Na Suíça, todos os cantões fazem parte da "confederação suíça".

<sup>18</sup> IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. In: *Revista Justiça e História*, v.3, n5. 2003. p.2

começaram a surgir projetos de imigração de fato institucionais<sup>19</sup>.

Poderia ser a partir do decreto de 25 de novembro de 1808 que pedia concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil que poderíamos considerar o marco inicial de uma regulação para imigrantes. Mas, de fato, segundo Iotti, somente com a Carta Régia de 02 de maio de 1818 autorizando a vinda de famílias suíças é que tínhamos uma imigração planejada, escolhida e subsidiada pelo Estado<sup>20</sup>. Seguindo esse raciocínio, a legislação sobre a imigração europeia planejada e subsidiada foi se consolidando com o Decreto de 06 de maio de 1818 adquirindo a Fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo, Rio de Janeiro e a origem da Vila de São João Batista oficializada com o Alvará de 03 de janeiro de 1820, com o objetivo de povoar e produzir nessas terras<sup>21</sup>.

Podemos perceber que foi no governo de Dom João VI que começou a articulação institucional da vinda de imigrantes estrangeiros. Os objetivos do fomento à imigração dado por Dom João VI eram variados. Com a inserção de núcleos coloniais de pequenos proprietários, pretendia ocupar, produzir e valorizar as terras despovoadas, além da criação de uma agricultura policultora para abastecimento interno<sup>22</sup>. É importante ressaltar que neste contexto, muitos feitos de Dom João foram imprescindíveis para o estabelecimento de novos núcleos de povoamento: a ampliação do cultivo nas terras marginais, deixou os rios navegáveis, promoção do cultivo em áreas mais férteis e abertura de estradas para o interior até os portos mais próximos<sup>23</sup>. Segundo Corrêa, para a realização desses projetos, Dom João teria que aumentar a população através da imigração europeia<sup>24</sup>.

O processo que transformou o Brasil em independente de Portugal foi perpassado por diversas transformações político-administrativas: O Rio de Janeiro se tornou sede do Império, houve a criação de novos órgãos administrativos e uma reorganização geral no que tange as esferas de poder que era tão marcada pelos aspectos do Antigo Regime<sup>25</sup>. A centralidade do Rio de Janeiro e a noção de que as regiões seriam partes integradas ao Império não agradou aos poderes locais e os focos de tensão entre os

---

<sup>19</sup> *Idem*, p.2.

<sup>20</sup> *Idem*, p.3.

<sup>21</sup> *Idem*, p.55.

<sup>22</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.2

<sup>23</sup> CORRÊA, S. L. As transformações no sistema colonial e suas discussões: a colonização alemã na Bahia do século XIX. In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. p.9.

<sup>24</sup> *Idem*, p.9.

<sup>25</sup> NEVES, P. B. M. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.104.

poderes se devam também na relação local-central<sup>26</sup>.

Mesmo com todo esse processo de mudanças, a questão imigratória do Brasil independente se deu em conformidade com a política de Dom João VI. Pretendia também povoar e defender o interior do país com imigrantes europeus, através de núcleos coloniais de pequenas propriedades. Segundo Iotti, de 1824 a 1830, 5.350 imigrantes alemães se estabeleceram em território nacional<sup>27</sup>. Contudo, essa política não agradou os proprietários de terras porque eles tinham interesses imediatos de aumentar o volume de mão de obra, e o estabelecimento de pequenos proprietários poderia abalar essas intenções<sup>28</sup>.

Sob os cuidados do imperador Dom Pedro I, a etapa inicial da política de imigração e colonização que se estende de 1822 a 1831, com a sua abdicação, tem por características o prosseguimento da política joanina, com núcleos coloniais destinados a ocupação e a defesa do território subsidiados pelo Império, fazendo com que este fosse devidamente reconhecido<sup>29</sup>. Essa política gerou fortes reações dos latifundiários que eram contrários aos subsídios, principalmente no que tange a doação de terras para os colonos. Duas tendências políticas quanto ao tema foram evidenciadas por Jones, a saber: de um lado, uma força política que queria que os imigrantes fossem compostos por pequenos proprietários e, por outro, um grupo que pensava em colocar os imigrantes como trabalhadores em fazendas já existentes<sup>30</sup>.

Segundo Iotti, a política de imigração do Brasil no século XIX teria sido abandonada e todos os seus recursos teriam sido suspensos por conta dos embates entre latifundiários e a forma pela qual essa política era exercida, não atendendo suas demandas<sup>31</sup>. Porém, Meléndez ressalta que foi justamente no período da Regência que o projeto de imigração em toda sua estrutura posterior foi definida porque criou bases sobre as quais o processo de imigração pode se estabelecer<sup>32</sup>. O exemplo mais utilizado pelo autor é o da lei de naturalização de 1832, porque ela retiraria a intervenção de outros países no processo e colocaria os imigrantes como súditos, portanto, não poderiam conter desordens e abandonos daquelas terras<sup>33</sup>. O período da Regência pode ser observado como

---

<sup>26</sup> *Idem*, p.105.

<sup>27</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.4.

<sup>28</sup> *Idem*, p.4.

<sup>29</sup> JONES, M. C. *Vem aí a imigração: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900)*. p.20. f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2014.

<sup>30</sup> *Idem*, p.20.

<sup>31</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.4.

<sup>32</sup> MELÉNDEZ, P. J. J. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos de Regência e o mundo externo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, n 68, p.41

<sup>33</sup> *Idem*, p.42.

um organizador e impulsionador da imigração através das experiências passadas com outras colônias.

Uma outra fase do processo de imigração para o Brasil se estabelece de 1840 a 1874, onde o contexto da política imperial estava agora relacionado ao parlamento e foi nessa estrutura que ocorreram os debates sobre essa questão que levou o legislativo a revisão da política no que tange ao orçamento, as terras e as colônias. Os debates giravam em torno da implicação da imigração nos negócios dos latifundiários, ou seja, em que medida essa política afetava negativamente os interesses dessa classe social (os impostos, perdas de terra e etc.) que tinha se tornada hegemônica e, portanto, detinha fortes influências no campo político e econômico brasileiro.<sup>34</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, houve a necessidade da criação de um mercado de trabalho livre, com a escravidão sendo gradativamente um entrave para esse processo. Porém, uma boa parcela da elite social e política nesse momento concordavam com a ideia segundo a qual a introdução de trabalho livre iria dar fim ao malogro da escravidão, o atraso técnico na produção agrícola e até ao latifúndio, atacado por ser o elemento fundamental para a baixa densidade demográfica<sup>35</sup>. A ideia de “atraso” era, portanto, muito debatida na cena política brasileira deste momento. Muitos políticos defendiam a criação de uma “nação moderna”, “livre do trabalho escravo” e com uma nova “estrutura agrária”, formada de pequenos núcleos produtivos<sup>36</sup>.

Esta fase passa por uma tentativa do governo imperial de montar uma estrutura administrativa para dirigir os negócios referentes à imigração e à colonização. A promulgação da lei 514 de 28 de outubro de 1848, que em seu artigo 16, concedia as terras devolutas às províncias, era uma nova tentativa de dividir a política de imigração com os governos provinciais, garantindo melhores resultados. A partir dessa lei, as colônias ficaram divididas entre provinciais e imperiais, gerando uma política marcada por tensões entre o poder local e o geral.<sup>37</sup>

Com a falta de recursos das províncias, começaram a instalar uma administração dual em algumas regiões, entre o poder local e a iniciativa privada, com o estímulo e a criação de companhias de colonização. 67% das vinte colônias eram de iniciativa privada e 33% eram imperiais. Com essa lei, a política de imigração vai passando

---

<sup>34</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.4.

<sup>35</sup> LIMA, B. A. *Nós declaramos guerra ao latifúndio: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da sociedade central de imigração (1883-1891)*. p.20. f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.4.

aos poucos para as mãos do poder regional que estava intimamente condicionado aos interesses das elites locais. Ou seja, a política de imigração nesse contexto passa de um projeto de estado nacional, para o atendimento das demandas das elites regionais, seja por mão-de-obra, seja por cerceamento da democratização do acesso à terra.<sup>38</sup>

Outras duas leis ajudaram a iniciativa privada no processo de imigração do Brasil, primeiramente a lei 581, de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico e a entrada de escravos no território brasileiro, fazendo com que a mão de obra livre se tornasse um recurso importante para a produção cafeeira e a agricultura nacional. Outra lei muito significativa para essa mudança foi à chamada lei de terras, que foi regulamentada em 1854 pelo Decreto número 1.318 de 30 de janeiro. Esta transformou a relação com as terras, concebendo-a como mercadoria e, com isso, aboliu a gratuidade de terras aos colonos conferindo assim para aqueles que eram proprietários, a naturalização de direito dessas terras depois de certo tempo e a dispensa do serviço militar, tendo, portanto, algumas vantagens.<sup>39</sup>

A lei de terras teria gerado a falta de meios de produção por parte dos colonos e, com isso, a venda de sua mão de obra por um preço mais barato. Ou seja, a nova política de imigração estava diretamente alinhada aos interesses das elites regionais e só foi viabilizada por pressão desses setores, até ser formatada nos debates parlamentares, aos seus interesses. Porém, a introdução do trabalho livre do europeu neste contexto, sobretudo no caso de São Paulo, houve diversas denúncias de maus tratos com os imigrantes e, com isso, algumas revoltas de imigrantes germânicos<sup>40</sup>

Muitas dessas colônias foram criadas em um sistema de parcerias. Através dele, o imigrante receberia uma parte do produto da colheita em troca de seu trabalho. Todos os gastos do proprietário com os custos da viagem e dos adiantamentos necessários deveriam ser reembolsados de forma integral aos imigrantes.

Em São Paulo, por exemplo, instalaram-se 80 famílias alemãs na fazenda de Ibicaba e lá ocorreram muitas revoltas contra o sistema de parcerias, principalmente no que tange aos decretos e cláusulas que não eram devidamente esclarecidos e favoráveis aos colonos. Em 1856, os colonos assinaram o abandono desse sistema. Essas notícias não demoraram a chegar à Europa e logo foi promulgada uma lei Prussiana chamada “Von der Heydt”, que suspendia o engajamento oficial de imigrantes, ou seja, todo o recrutamento,

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem. p.4.

<sup>40</sup> MENDES, R. SACCHETTA, J. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. In: *Caderno CHR*, vol. 22, num. 55, janeiro-abril, 2009, p.174.



travessia, chegada e condições não eram garantidas oficialmente pelas cortes Germânicas.<sup>41</sup>

O conceito de colono para esse período da política de imigração se apresentava de duas formas: nas regiões cafeeiras, era representado como o trabalhador dependente, como a mão de obra livre que substituiu a escrava e a colônia constituía a concentração de moradia de assalariados e parceiros em uma fazenda, em pequenas propriedades instaladas em morros picados e travessões. Nas regiões que se beneficiaram do projeto de colonização para o seu desenvolvimento, ser colono significava ser pequeno proprietário, um lavrador independente que trabalhava em benefício próprio e a colônia constituía o agrupamento dessas moradias agrícolas<sup>42</sup>

Sobre as discussões na esfera parlamentar, é necessário ressaltar que dois pensamentos estavam em oposição: os discursos do governo, em que o projeto de imigração consistia em fundar colônias para a expansão territorial e desenvolver áreas ainda não produtivas e os discursos da classe senhorial, que estava tentando resolver o problema do fim do tráfico com uma nova mão de obra, branca e imigrante, sem ferir seus interesses e demandas. Os debates no parlamento tinham um caráter modernizador, de forma que a chegada da mão de obra branca e imigrante promoveria um avanço no Brasil, um país que estaria atrasado justamente por conta da “mistura das raças”, como era o pensamento da elite hegemônica no parlamento. Daí a chegada dos europeus no Brasil ser observada como a portadora da civilidade para o império.<sup>43</sup>

A moderna ideia do conceito de raça se consolidou a partir do século XIX como uma construção do pensamento científico atribuindo um valor superior a um determinado grupo humano em detrimento de outro. A assimilação da teoria das raças no Brasil é realizada de forma única, mesmo sob influência do darwinismo social, que acreditava que as raças sofriam uma espécie de evolução em que as mais aptas a sobrevivência seriam as mais civilizadas aos moldes europeus. O processo de imigração tinha o objetivo de branquear a população do império brasileiro, que era uma solução em longo prazo para o atraso econômico e social, transformando o Brasil em um território civilizado com os valores necessários para tal.<sup>44</sup>

Segundo Seyferth, a documentação referente à colônia suíça de Nova Friburgo coloca de forma implícita a questão racial ao manifestar a preferência de europeus

---

<sup>41</sup> *Idem*, p.176.

<sup>42</sup> REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. A imigração Européia nos discursos políticos da elite brasileira, p. 4. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/953-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/953-4.pdf).

<sup>43</sup> *Idem*, pp. 4-5.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 9.

“brancos”<sup>45</sup>. Segundo a autora, mesmo que as teorias raciais ainda não existissem na Europa, os imigrantes eram caracterizados como portadores de civilização que poderiam trazer novos hábitos para o território nacional e, assim, uma maior racionalização da ocupação das terras devolutas<sup>46</sup>. A ideia de um “branqueamento da raça” - argumentos racistas e com a ideia de superioridade branca - só foi firmado, portanto, a partir da segunda metade do século XIX e um maior aprofundamento no século XX<sup>47</sup>.

A imigração então se transformou, a partir da segunda metade do século XIX, em um negócio muito lucrativo para a iniciativa privada e, com isso, foram criadas as chamadas colônias de parceria, em que os proprietários do café pegavam empréstimos de dez contos de réis com o império (que poderiam pagar em seis anos sem juros) e investiam em colônias de trabalhadores imigrantes. Ao lado das colônias imperiais e provinciais, desenvolveram-se colônias particulares, aproveitando o trabalho livre do estrangeiro como substituto do trabalho do escravo negro na lavoura.<sup>48</sup>

A iniciativa privada passou a se interessar pela criação de núcleos coloniais onde as terras devolutas eram vendidas para os colonos por baixo custo, gerando lucro. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná essa prática era realizada com a organização de sociedades colonizadoras e, de forma estratégica, a elite regional guardava outras atividades econômicas para si, além de valorizar suas terras após serem tratadas pelo trabalho imigrante e depois vende-las.<sup>49</sup>

Com o movimento de criação de colônias retomado a partir de 1850, um aspecto nos chama a atenção: as experiências voltadas à colonização baseada no elemento nacional e criada com recursos provinciais. Segundo Jones, que pesquisou o caso da Bahia nesse processo, somente duas colônias nesse período foram criadas a partir do elemento estrangeiro, sendo Engenho Novo e Jequiçá, ambas em 1857<sup>50</sup>. Entre 1857 e 1870, portanto, foram criadas seis colônias que tinham como objetivo a captação de colonos brasileiros que poderiam povoar algumas regiões.<sup>51</sup>

Em São Paulo, por exemplo, a política de imigração nesse período era utilizada como uma espécie de isca para a mudança da mão de obra de escrava para branca e

---

<sup>45</sup> SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 01-04 de junho de 2008; Porto Seguro, Brasil. pp.2-4.

<sup>46</sup> *Idem.* pp.2-4.

<sup>47</sup> RABELO, F. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. In: *Filosofia e História da Biologia*. V.2, pp. 159-177, 2007. p. 12.

<sup>48</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p.7.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>50</sup> JONES, M. C. Op. Cit.p.32.

<sup>51</sup> *Idem.*

imigrante. Muitas propagandas eram realizadas, prometendo ao imigrante diversas vantagens. Eles poderiam obter uma parte das terras, facilidade de crédito, lucro, afinidade com novas técnicas agrícolas e trabalho para o abastecimento interno. Contudo, não surtiram muito efeito até a promulgação do decreto de número 3.784 de 19 de janeiro de 1867 em que o governo concedia aos colonos vários favores. Eles poderiam pagar as terras em até cinco prestações a contar do segundo ano de estabelecimento (art. 6), lotes para os filhos que quisessem se estabelecer separadamente dos pais (art.7) e um edifício especial para abrigar colonos recém-chegados, além de um auxílio de 200\$000 réis para o seu estabelecimento (art. 30) e essa postura irá se fixar até 1879.

Pode-se observar a mudança de conjuntura da política de imigração no Brasil de 1822-1879, girando inicialmente em torno de um projeto de consolidação imperial, seja de expansão territorial, seja por defesa do mesmo território com Dom Pedro I e depois, uma política voltada para os interesses da classe senhorial, onde o objetivo era a mudança de mão de obra escrava para a mão de obra branca e imigrante, gerando alianças entre o império e a classe hegemônica, os grandes proprietários de terras.<sup>52</sup>

Podemos perceber que esse processo desencadeou um embate entre interesses distintos. Para o governo imperial, os imigrantes deveriam ser no Brasil pequenos proprietários e para os latifundiários, seriam assalariados para abastecer a mão de obra do país<sup>53</sup>. Será a partir desses interesses governamentais na vinda de imigrantes europeus para o Brasil que se dará início ao planejamento da vinda, primeiro dos suíços, e posteriormente dos germânicos para a região serrana do Rio de Janeiro que fundaria uma vila especialmente conformada para receber esses povos: a Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

### **1.1. A Imigração Suíça para o Brasil**

#### ***A conjuntura suíça em 1815-1819 e o projeto de emigração***

A economia Suíça sofreu uma enorme crise por causa de longos conflitos militares e diplomáticos, a partir de 1815, além dos problemas oriundos das guerras napoleônicas e o fim da hegemonia francesa sobre o território helvético. A Suíça pode ser

---

<sup>52</sup> IOTTI, Luiza Horn. Op. Cit. p. 10.

<sup>53</sup> Idem, p.4.

caracterizada nesta época por um mercado mais livre e com a concorrência econômica sendo a norma tanto no interior quanto no exterior do país<sup>54</sup>. Porém, por causa da pobreza em que se encontrava a Europa, por causa da ampla concorrência dos mercados europeus, a maior oferta do que procura e a chegada das indústrias no cenário econômico europeu foram fatores preponderantes para desencadear a crise na Suíça, que tinha como base a tecelagem para exportação, sobretudo para França<sup>55</sup>

A crise acentuou a dependência do camponês ao mercado. Sua situação era grave, uma vez que deveria contrair dívidas para pagar os maus plantios, bem como a falta de abastecimento interno, carestia e desemprego, além das terras e pastos comunais serem privatizados<sup>56</sup>. Por causa dessa situação houve um impasse: para sobreviver economicamente neste momento desfavorável, deveria estabelecer um comércio com a Inglaterra e importar máquinas britânicas, correndo o risco de suprimir parte da mão de obra. Por implantar essas mudanças, a população que tinha como as principais fontes de renda a tecelagem, a agricultura e a pecuária começou a ser substituída por máquinas, gerando assim desemprego em larga escala<sup>57</sup>.

Outro fator de uma mudança econômica desfavorável se manifestou quando os territórios europeus começaram a estabelecer diversas tarifas aduaneiras para proteger seus próprios mercados diante dos avanços da revolução industrial. A França, por exemplo, criou diversas taxas, gerando uma catástrofe para a Suíça, pois boa parte de seu comércio exterior se realizava com este país<sup>58</sup>. Por causa dessa situação, o desemprego também aumentou, o que fez a Confederação Helvética negociar a liberdade comercial com a legação francesa, sem sucesso<sup>59</sup>. Imerso nesse processo de paralisação industrial, a população helvética começou a investir no crescimento dos campos para abastecimento interno, o que causou bons plantios em 1816. Porém, o que poderia ter acabado com a crise econômica se transformou em uma catástrofe: chuvas torrenciais e condições atmosféricas desfavoráveis em julho deste ano causaram a perda das safras<sup>60</sup>. Mesmo com a tentativa dos cantões de distribuir pães e dinheiro para os mais afetados, não houve solução para a

---

<sup>54</sup> NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p.33

<sup>55</sup> JACCOURD, Rafael. *História, contos e lendas de Nova Friburgo*. Edição independente, 2007. p.60.

<sup>56</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J (Orgs). *Teia Serrana: Formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, p.25.

<sup>57</sup> JACCOURD, Rafael. Op. Cit. p.60

<sup>58</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.33

<sup>59</sup> Idem, p.34.

<sup>60</sup> JACCOURD, Rafael. Op. Cit. p.61

situação de penúria<sup>61</sup>.

O ano de 1816 foi considerado para os helvéticos como a possibilidade de sair da crise econômica, devido as esperanças de melhores colheitas, por causa do surgimento da primavera. Os suíços fizeram um bom plantio e muitos gastaram suas economias apostando nesta safra. Mas depois da estação, chuvas copiosas caíram e destruíram as plantações. Segundo Jaccoud, foi a pior safra em décadas, gerando diversos problemas econômicos e sociais<sup>62</sup>.

Sucessivas ondas migratórias para as Américas se originaram após a lei protecionista francesa sobre as tarifas aduaneiras de 28 de abril de 1816 e a safra perdida no mesmo ano. Segundo o autor, o motor da imigração suíça se foi a situação de desemprego e extrema fome que assolou os cantões em 1816, estabelecendo uma miséria generalizada: a situação era tão extrema que, segundo Nicolin, haveria nas ruas "enxames de mendigos" e "gente que desenterrou cavalos mortos para se alimentar com sua carne<sup>63</sup>". Podemos entender que a emigração apareceu como um desdobramento deste processo.

Os primeiros emigrantes não tinham as mesmas características penosas dos que sofreram com a crise no ano de 1816. Muitos deles eram artesãos e homens de negócios que enxergavam nos Estados Unidos um território fértil para as suas indústrias, principalmente as têxteis<sup>64</sup>. Tão logo chegaram à América, às notícias sobre o preço baixíssimo das terras se acumulavam e faziam com que a imigração se tornasse um grande empreendimento<sup>65</sup>.

Começou então o recrutamento através de uma série de agências de emigração como a *Zwisler & Cia.* de Amsterdã. Em torno desse processo, um grande comércio se estendeu com corretores marítimos e fornecedores de materiais para a travessia<sup>66</sup>. Nicoulin caracterizou essas levas de 1816 e 1817 como de dois tipos: agências recém-formadas de viagem e emigrações por conta própria<sup>67</sup>.

A passagem da emigração como uma espécie de negócio financiado por agências ou investimentos pessoais para um processo de oficialização se deu a partir do empreendimento de Sebastião Nicolau Gachet. Negociante de Gruyères, em 1817 comprou diversas terras na Suíça, emprestou dinheiro e investiu em alguns negócios, como uma casa

---

<sup>61</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.34.

<sup>62</sup> JACCOURD, Rafael. *Op.Cit.* p.61

<sup>63</sup> ARAÚJO, R. J; MAYER, M. J (Orgs). Op. Cit. p.25.

<sup>64</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.37.

<sup>65</sup> *Idem*, p.37.

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.38.

de banho que conseguiu arrematar em um leilão<sup>68</sup>. Porém, Gachet não fazia suas transações desacompanhado. Ele trabalhava em conjunto com um sócio, Jean-Baptiste Jérôme Brémond e boa parte dos seus projetos tem o financiamento direto dele<sup>69</sup>. A proposta inicial de Gachet era a de desenvolver a agricultura e o comércio no Brasil, buscando construir seus negócios nas terras americanas e, sendo assim, conseguiu do governo o passaporte no dia 5 de maio de 1817. Porém, suas ideias chamaram a atenção do governo helvético, o que gerou uma nova proposta muito mais ampla no dia 18 de maio: a de criar uma colônia de suíços no Brasil<sup>70</sup>.

Após convencer os membros do conselho do governo sobre o seu projeto, conseguir uma carta patente que lhe dava a credencial para assumir os interesses da Suíça, e depois de receber o seu passaporte das autoridades, Gachet alcançou o título de Diplomata. Viajou até o Rio de Janeiro na expectativa de dialogar com o Ministro dos negócios do Império do Brasil, João Paulo Bezerra de Seixas. Chegou ao porto do Rio de Janeiro no dia 3 de outubro de 1817 e por causa dos problemas de saúde do ministro, foi o próprio Rei Dom João VI que o atendeu numa espécie de entrevista<sup>71</sup>.

No início da conversa, o diplomata apresentou seus títulos e o projeto de estabelecer "uma colônia de suíços de religião católica apostólica e romana" como constava em sua carta patente<sup>72</sup>. Depois teria feito declarações elogiosas sobre os suíços, colocando-os como bons trabalhadores na agricultura, pecuária e principalmente na manufatura têxtil. Dessa forma, teria demonstrado os possíveis benefícios da introdução dessa manufatura no Brasil, já que com o ingresso de imigrantes experientes nesse tipo de ofício, poderia haver melhoria econômica com a queda de êxodo de capitais para a importação de produtos manufaturados<sup>73</sup>.

No diálogo, teria feito um acordo sobre a possibilidade dessa imigração ser uma espécie de teste para outras no futuro. Assim, Gachet teria estipulado cerca de 2.000 artesãos e agricultores católicos de diversos cantões nessa primeira leva. Também teria posto em pauta as características de seu projeto ao imperador: providenciar um culto católico, dez anos de isenção de impostos, além da liberdade de exportação e importação<sup>74</sup>. Gachet teria deixado claro que era um dos agentes de uma "sociedade de

---

<sup>68</sup> JACCOURD, Rafael. Op. Cit.p.64.

<sup>69</sup> Idem, p.65.

<sup>70</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.46.

<sup>71</sup> ARAÚJO, R. J; MAYER, M. J (Orgs). Op. Cit. p.25.

<sup>72</sup> Carta de recomendação para estabelecer o projeto junto às autoridades no Brasil. *Apud.* NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.47.

<sup>73</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.49.

<sup>74</sup> Idem, p.50.

suíços" e que seu objetivo seria o de fornecer crédito aos colonos mais pobres, contanto que a empresa fosse à única dona de todos os lotes, financiando assim a viagem dos colonos da Suíça até ao Rio de Janeiro. A sua proposta era de investir na emigração dando créditos aos que precisavam fazer a travessia e, após a chegada, o governo de Dom João VI assumiria as dívidas contraídas pelos colonos com Gachet e as pagaria com jurus, fazendo com que o agenciador e seu empresário recebessem lucros no processo<sup>75</sup>.

O Príncipe Regente teria imposto algumas condições que podem ser consideradas reações às propostas iniciais de Gachet. Dentre elas, a necessidade de que todos fossem artesãos para desenvolverem a indústria de algodão e couro, as quais seriam consideradas fundamentais para o império. Propôs também a naturalização imediata dos colonos e colocou em xeque a questão dos empréstimos, considerando a parte "mais delicada" da proposta de Gachet; o que teria causado a paralisando das negociações até o dia 20 de novembro de 1817<sup>76</sup>.

Contudo, no dia 15 de dezembro de 1817, Sebastião Gachet enviou uma carta endereçada ao rei, pedindo para Brémond ser o cônsul de Portugal para a Suíça com o objetivo de alinhar seus interesses aos do seu sócio. Com este assumindo as rédeas do empreendimento, Gachet poderia conseguir melhores vantagens financeiras com o processo de recrutamento e organização dos colonos<sup>77</sup>. No dia 02 de maio de 1818, Brémond é nomeado cônsul geral de Portugal e do Brasil para a Suíça e, de acordo com Nicoulin, seria uma pessoa com muito prestígio e diversos contatos por vários cantões, tendo um papel importante na captação e agenciamento dos emigrantes<sup>78</sup>.

Assim que retomaram as negociações, em meio aos processos de encontrar uma fórmula que atendesse tanto os objetivos do imperador quanto os da Suíça, e também de Nicolau Gachet, foi pensada a localização da colônia. A princípio, alocariam esse contingente em Santa Catarina, mas a terra de Cantagalo<sup>79</sup>, com seu clima mais frio e cercada por montanhas, foi escolhida para o assentamento por ser considerada com o mesmo clima e paisagem de Friburg, sendo esta visitada pessoalmente por Gachet em sua passagem pelo Rio de Janeiro<sup>80</sup>.

O processo de compra da terra começou no dia 6 de maio de 1818. O Rei enviou uma carta para Monsenhor Miranda, um sacerdote e magistrado, Desembargador do

---

<sup>75</sup> *Idem*.

<sup>76</sup> *Idem*, p.52.

<sup>77</sup> *Idem*, p.55.

<sup>78</sup> *Idem*, p.55.

<sup>79</sup> Sobre a região de Cantagalo, vide o capítulo 2.

<sup>80</sup> JACCOURD, Op. Cit. p.66.

Paço e membro da Mesa de Consciência e Ordens, chamado Chanceler-mor do Reino do Brasil em 1817, que foi juiz conservador e deputado da junta de administração do Tabaco em 1818 e Inspetor da colonização estrangeira em 1818<sup>81</sup>, solicitando o estabelecimento da colônia na "comarca de Cantagalo, na fazenda do Morro Queimado, que o seu proprietário, Monsenhor Almeida" teria "voluntariamente" se oferecido a vender para a Fazenda Real<sup>82</sup>. A ideia, portanto, era a de comprar a fazenda e depois "repartir entre os colonos", "fazer as obras que fossem necessárias" além de "tratar do desembarque e acomodações dos mesmos"<sup>83</sup>. No mesmo dia, Dom João VI enviou um decreto real para Monsenhor Miranda, a fim de angariar fundos para a compra da fazenda Morro Queimado. O objetivo era conseguir "fiéis vassallos que continuariam "a dar provas de amor e de lealdade", que pudessem então investir na compra do terreno a partir de apólices de 400\$00 e depois conseguir o dinheiro de volta em oito anos, pagos sempre no fim de cada ano, contraindo uma dívida de mais de 1:455\$400 no total<sup>84</sup>.

A Fazenda do Morro Queimado era composta por quatro sesmarias, com "duas léguas de testada por três fundos". Elas teriam custado 2:600\$, os utensílios agrários e o gado dariam em torno de 4:854\$000 réis e os escravos da lavoura em 4:400\$000<sup>85</sup>. Nesse sentido, o preço global da Fazenda foi o de 11:854\$000. O Rei também comprou outra propriedade denominada São José do Ribeirão, e mais duas glebas, de meia sesmaria cada, dos proprietários Manoel de Souza Barros e José Antônio Guimarães<sup>86</sup>. Segundo Jaccoud, Monsenhor Miranda e Monsenhor Almeida eram muito próximos e a compra da Fazenda do Morro Queimado teria sido articulada entre os dois amigos. Nesse sentido, Monsenhor Almeida teria comprado a fazenda Morro Queimado por 500\$00 e a teria vendido por 11:854\$000. Ou seja, tudo indica que o espaço no qual os imigrantes suíços iriam se alojar foi comprado por um preço que excedia em muito o seu valor real<sup>87</sup>.

Depois da compra do terreno dez projetos de imigração foram discutidos entre Gachet e Dom João VI, e somente no dia 11 de maio de 1818 chegaram a uma fórmula satisfatória<sup>88</sup>. Com 25 artigos, o decreto "Condições sob as quais Sua Majestade Muito-Fiel quis conceder ao Senhor Sebastião Nicolau Gachet, Agente do Governo de Friburg, um

---

<sup>81</sup> JACCOURD, Rafael. História, contos e lendas de Nova Friburgo. Edição independente, 2007. p.101

<sup>82</sup> *Idem*, p.16.

<sup>83</sup> Carta Régia de 6 de Maio de 1818. Apud CURIO, Pedro. Como surgiu Nova Friburgo: esboço histórico e episódico. Rio de Janeiro, 1944. p.16.

<sup>84</sup> Decreto Régio de organização da Colônia em 6 de Maio de 1818 Apud CURIO, Pedro. Op. Cit.. p.17.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> JACCOURD, Rafael. Op. Cit.p.102.

<sup>87</sup> *Idem*, p.102.

<sup>88</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p.236.



estabelecimento para uma colônia suíça nos Estados do Brasil" pode ser, portanto, considerado o marco de fundação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo<sup>89</sup>.

Questões sobre a administração e o processo de imigração foram relatadas nessas condições. O objetivo seria trazer um contingente de até cem famílias católicas, sendo que o Rei iria pagar a passagem até o porto do Rio de Janeiro, além de dar suporte e mantimentos até Cantagalo. Assim que estivessem no Morro Queimado, iriam morar em casas improvisadas pelo governo e ganhariam sementes, vacas, ovelhas, cabras e porcos<sup>90</sup>. Receberiam também 160 réis por dia durante o primeiro ano e 80 réis durante o segundo, sendo que os adiantamentos seriam descontados. Os colonos deveriam ser sapateiros, moleiros, curtidores, alfaiates, tecelãs, olheiros e telheiros, devendo ensinar aos portugueses os seus ofícios<sup>91</sup>.

O Rei também solicitou a presença de um cirurgião, um médico, um farmacêutico e um ferrador com especialização em veterinária<sup>92</sup>. Os afortunados teriam um espaço significativo nessas condições, pois eles poderiam conseguir mais terrenos adjacentes à colônia na expectativa de desenvolver a agricultura e os ofícios<sup>93</sup>. A religião também havia sido cogitada no estabelecimento das condições para a chegada dos suíços, pois a colônia teria que receber quatro eclesiásticos "para pregar o culto divino" os quais seriam "subordinados ao bispo da diocese da qual iriam fazer parte". Seriam remunerados pela Coroa e residiriam "em casas construídas pela população de cada paróquia"<sup>94</sup>.

A Vila seria o centro da colônia e o local de sua administração. O Rei deu o nome de Nova Friburgo e a Paróquia com "o nome de sua real pessoa", São João Batista. Nesse sentido, os suíços deveriam arcar com a despesa da edificação e decoração da capela principal e tudo seria feito "conforme as práticas do Brasil"<sup>95</sup>.

Todos os colonos deveriam se naturalizar quando chegassem em solo brasileiro, submetidos "às autoridades e leis de sua Majestade e gozariam, sem exceção, de todas as vantagens e privilégios concedidos dos dois hemisférios". Além disso, cada cidade e povoado teriam autoridades locais, administrativas e jurídicas<sup>96</sup>. A colônia seria organizada por um diretor até a criação de uma Municipalidade que deveria se

---

<sup>89</sup> Condições pelas quais sua Majestade fidelíssima há por bem conceder no seu Reino do Brasil o estabelecimento de uma colônia de suíços composta de cem famílias. Apud. CURIO, Pedro. *Op. Cit.* p.28.

<sup>90</sup> *Idem.*

<sup>91</sup> *Idem*, p.29.

<sup>92</sup> *Idem.*

<sup>93</sup> *Idem.*

<sup>94</sup> *Idem*, p.30.

<sup>95</sup> *Idem*, p.29.

<sup>96</sup> *Idem*, p.30.

estabelecer no futuro<sup>97</sup>. Os impostos seriam isentados até 1829, ou seja, os encargos pessoais e territoriais de toda espécie não seriam cobrados por dez anos. Contudo, eles deveriam pagar o quinto de todos os negócios com contrato real que eram vedados aos portugueses<sup>98</sup>.

A questão militar era de suma importância, pois nas condições há cinco artigos versando sobre o tema. O primeiro estabeleceu a projeção de que quando a colônia completasse 150 homens de 18 a 40 anos "em estado de portar armas", seria organizada no seu interior uma guarda provisória que se encarregaria a "boa ordem" e que depois se transformaria em uma milícia "como em todo Brasil"<sup>99</sup>. Já no segundo artigo, os homens que seriam "julgados capazes de servir" participariam de um sorteio todos os anos no intuito de "fornecer contingente de regimentos de linha, na proporção de um para vinte".<sup>100</sup> Já no terceiro, quem fosse sorteado, poderia colocar alguém em seu lugar e seria dispensado dos demais sorteios<sup>101</sup>.

No quarto artigo referente à questão militar, os suíços que se alistassem voluntariamente deveriam ser supridos pela colônia, para não faltar "braços necessários à agricultura, às artes e ofícios"<sup>102</sup>. No quinto, os suíços não deveriam ficar mais de quatro anos em atividade militar, pediriam baixa, a menos que se alistassem voluntariamente, o que teriam "a liberdade de fazer"<sup>103</sup>. Por fim, os colonos que desejassem sair do país e voltar para a Suíça também seriam contemplados. Dom João VI, como "última prova de sua benevolência Real"<sup>104</sup>, deixaria o colono livre para voltar a sua pátria, mas este só levaria metade de seus bens e imóveis durante os vinte primeiros anos, sendo a outra metade alocada na vila no Brasil<sup>105</sup>.

Nicolau Gachet se aproveitou de duas lacunas nas condições impostas por Dom João VI. A primeira se referia as "cem famílias", ou seja, a quantidade de indivíduos por família não estava definida. A segunda seria a questão do pagamento da viagem, posto que o Rei não havia deixado claro se pagaria toda a travessia ou somente de um porto a outro<sup>106</sup>. A partir dessas lacunas, os sócios começaram o recrutamento de imigrantes em

---

<sup>97</sup> *Idem*, p.31.

<sup>98</sup> *Idem*.

<sup>99</sup> *Idem*.

<sup>100</sup> *Idem*.

<sup>101</sup> *Idem*.

<sup>102</sup> *Idem*.

<sup>103</sup> *Idem*.

<sup>104</sup> *Idem*.

<sup>105</sup> *Idem*.

<sup>106</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit.p.58.

vários cantões a partir de Friburg colocando como família o agrupamento de até 15 pessoas e fazendo com que algumas famílias deixassem a passagem inteira da travessia como dívida até chegar em solo brasileiro<sup>107</sup>.

No dia 21 de setembro de 1818, Nicolau Gachet já tinha retornado à Suíça e escreveu uma brochura para as autoridades suíças a fim de começar a angariar colonos. O relatório continha uma descrição do Brasil em uma espécie de propaganda: terras férteis com clima e paisagem idênticas as da Suíça<sup>108</sup>. O Cantão de Friburg, local de onde sairia o maior número de colonos foi escolhido pelo próprio cantão para organizar e receber as inscrições e o delegado de polícia, Charles de Schaller, foi incumbido dessa tarefa em 23 de outubro de 1818. Mesmo com as divergências de Schaller com Brémond, este ultramonarquista e aquele liberal, os dois trabalharam juntos para realizar o processo e por diversos cantões conseguiram recrutar muitas pessoas. O objetivo dos agenciadores no processo de captação de colonos era o de agrupar nas embarcações emigrantes de situação financeira confortáveis no intuito de chegar até o porto com o dinheiro de seus próprios bolsos. Todavia, o interesse da maioria dos cantões era o de resolver o problema da explosão demográfica, da falta de comida e da saída dos apátridas<sup>109</sup> de seus territórios<sup>110</sup>.

Assim, a imigração teria um duplo caráter: por um lado seria espontânea, com pessoas aderindo livremente por motivos diversos e, por outro lado, seria dirigida, de modo que alguns cantões como Berna forçaram os pobres, órfãos, revolucionários, filhos bastardos, mães solteiras e presidiários a emigrar, porque se não fizessem, seriam cortados os auxílios que o governo concedia a esses setores da sociedade<sup>111</sup>. O caso de Louis Hildebrand pode nos ilustrar essa questão: jovem aprendiz de alfaiate preso em Friburg por arrombamento e furto de 18 relógios e 24 francos que, como forma de degredo, emigrou junto com seu pai, Sebastien, sua mãe Catherine, suas irmãs Claudine, Catherine, Louise e o irmão Jacques. Porém, os apátridas formariam somente 16% do contingente imigratório, pois não seriam bons para os negócios dos agenciadores e para o contrato<sup>112</sup>.

Depois de diversas negociações, o recrutamento nos cantões<sup>113</sup> chegou ao fim no dia 29 de março de 1818. Foram contabilizados 1.999 colonos, sendo compostos por um

---

<sup>107</sup> *Idem*, p.58.

<sup>108</sup> *Idem*, p.63.

<sup>109</sup> Geralmente franceses que se refugiaram na Suíça por causa das guerras Napoleônicas, mas também todos aqueles considerados vadios, presidiários e pobres. Chamados de "*Heimatlosen*".

<sup>110</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.*p.65

<sup>111</sup> Bon, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: imagem virtual, 2004.p.41

<sup>112</sup> *Idem*, p.41.

<sup>113</sup> Friburg, Berna, Valais, Vaud, Neuchâtel, Genebra, Argóvia, Solothurn, Lucerna e Schwyz.

total de 1.102 homens e 897 mulheres e 83% do total eram formados por famílias<sup>114</sup>, e somente 418 de fala germânica<sup>115</sup>. Do total de emigrantes, 57% eram jovens<sup>116</sup> e 42% adultos<sup>117</sup>, sendo que 180 trabalhavam com agricultura, exercendo as atividades de agricultor, queijeiro, vinhateiro, criado e diaristas; 55 com construção e ofícios como pedreiros e artesãos; 82 com equipamentos como fabricantes de carroças, ferrador de cascos, fabricantes de pregos, seleiro, curtidor de peles, sapateiro, tamanqueiro, oleiro, tanoeiro e alfaiate; 27 com alimentação e tecelagem moleiro, padeiro, açougueiro e tecelão; e 18 eram instruídos ou exerciam profissões diversas<sup>118</sup>: padre, professor, médico, agrônomo, militar, prefeito, engenheiro, escrivão e tabelião. Segundo Nicoulin, os colonos formavam uma espécie de constelação, dadas as diferenças de trabalho, renda e aspirações<sup>119</sup>.

Para analisar a trajetória das embarcações que saíram dos cantões e passaram pelo porto em Dordrecht até a chegada ao do Rio de Janeiro, utilizaremos os diários de dois colonos: o do Padre Jacob Joye, que era um padre católico e seria o primeiro pároco da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, que veio com a leva de imigrantes suíços de 1818, e o diário de Joseph Heche, um alfaiate com muitas posses e riqueza que veio para o Brasil buscando prosperidade<sup>120</sup>. O primeiro foi embarcado no navio *Urânia* e o segundo no *Heurex Voyage*. Através das experiências desses dois homens, podemos reconstruir como foi à travessia oceânica dos emigrantes utilizando-nos dos acontecimentos nessas duas embarcações.

### ***As viagens em direção ao Brasil***

Os imigrantes oriundos desses cantões deveriam passar por todo rio Reno até a chegada em Dordrecht. A viagem seria feita em embarcações de um homem chamado "Frey". Ele faria o trajeto até a Holanda e, uma vez lá, desembarcaria as malas e os colonos. Também ficaria responsável por tendas nas quais os emigrantes iriam dormir. Na negociação com Brémond, em 21 de abril de 1819, Frey se comprometeu em não deixar que outros marinheiros fizessem parte do processo. Somente os seus homens poderiam

<sup>114</sup> Pai, Mãe, irmãos, irmãs, cunhada do pai ou da mãe.

<sup>115</sup> Dos Cantões de Algóvia (143), Lucerna (140), Solothurn (118), e Schwiz (17). Ver: NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p.110.

<sup>116</sup> De 0 a 19 anos.

<sup>117</sup> De 20 a 59 anos.

<sup>118</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p.116.

<sup>119</sup> Idem, p.85.

<sup>120</sup> Bon, H. *Op. Cit.* p.512.

guiar os colonos<sup>121</sup>.

Entre os dias 2 e 3 de julho de 1817, 1.088 emigrantes oriundos de Vaud, Valais, Genève, Neuchatel chegaram até a cidade portuária de Estavayer-le-lac se agrupando pelos locais de origem nas ruas<sup>122</sup>. Iriam encontrar os outros na Basileia. Para inspecionar, pagar os pedágios e resolver questões burocráticas, as administrações locais dos cantões designaram comissários que iriam auxiliar os emigrantes até a chegada na Holanda<sup>123</sup>.

No dia 4 de julho, às cinco da manhã, os colonos se reuniram na igreja paroquial. Com um sermão voltado à esperança e à moral, o bispo assinalou a possibilidade de os apátridas encontrarem um lar e aconselhou todos a viverem uma vida baseada nas virtudes cristãs e que se afastassem dos vícios.<sup>124</sup>

A saída do porto de Estavayer-le-lac foi descrita como um evento que chamou a atenção de todos que estavam ali presentes. Jacob Joye em seu diário relatou que "uma multidão incontável de espectadores vindo de todos os lados convergia todas as atenções ao porto"<sup>125</sup>. Por volta do meio dia, para "receber a benção de sua grandeza Monsenhor Bispo de Lauseanne", todos escutaram tiros de canhões<sup>126</sup>. As expectativas dos colonos com relação ao novo mundo eram enormes. Pelo menos é o que mostra a canção criada no porto, que versava sobre as possibilidades de enriquecimento na nova terra, a abundância de recursos e a benevolência de Dom João VI. Seria um bom indício de que as propagandas feitas por Gachet e Brémont afetaram as motivações dos emigrantes<sup>127</sup>:

Vamos ao Brasil viver alegres e contentes/  
Deixemos nossa pátria,  
amigos e parentes/  
Façamos à Suíça os adeuses, e não mais voltar/  
Pois vamos ao Brasil os dias terminar!/  
Vamos cara esposa, com todos os nossos filhos/  
Ver do ouro e prata os tão sonhados brilhos/  
Rasgando as terras, nós a cultivaremos/  
Em todas as estações os frutos conhecemos/  
Vamos filhas e filhos, também vos casaremos/  
Vamos filhos e filhas, o Brasil povoaremos/  
Será Nova Friburgo a nossa capital/  
Para sempre burgueses de um país ideal/  
Embarquemos todos, sobre as ondas do mar/  
Vamos ao Novo Mundo, depressa a sonhar/  
As vacas, cavalos e ovelhas achar/  
E tantas outras coisas, também encontrar!/  
Pois o rei do Brasil ao povoar essa terra/  
Dando-lhes a gleba e a riqueza que encerra/  
Foi preferir suíços, chamar

<sup>121</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* pp. 118-110.

<sup>122</sup> Bon, Henrique. *Op. Cit.* pp.42-43.

<sup>123</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p. 119.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>125</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:  
[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.6

<sup>126</sup> Diário de Jacob Joye, p.7.

<sup>127</sup> JACCOURD, Rafael. *Op. Cit.* pp.123-124.

friburgueses/ Entregando-lhes, por certo, o que sonharam por vezes!/  
 Ouçamos o mundo já tão corrompido!/ De mentiras tão cheio, que seja  
 esquecido!/ Caridade, fé, esperança, em nosso porvir/ Vamos seguro,  
 seu perigo medir!/ Se tudo é verdade, no que acreditamos/ Copos  
 cheios, amigos, a cantar vamos/ A canção do Brasil, para nos enlevar/  
 Que foi composta para nos alegrar!<sup>128</sup>

A letra desta canção pode nos dar a dimensão das expectativas dos imigrantes para a nova terra. Dentro de um contexto de carestia, fome e privatização das terras comunais, a ideia de cultivar as terras e produzir é um sinal claro da possibilidade de mudar de vida no Brasil. Outro traço importante da canção é que ela expressa de forma clara a necessidade de povoamento das novas terras, o casamento entre os colonos e o fortalecimento das famílias suíças. Além disso, a prosperidade e a opulência são marcas na canção, sendo a “gleba”, a “riqueza” e os “copos cheios”, menções a esse respeito, ou seja, a expectativa de superar a pobreza e enriquecer nas novas terras.

Na noite do quarto dia, o navio parou perto da ponte de Thielle, pois seria muito perigoso atravessá-la na escuridão. Como o horário estava demasiadamente avançado, os colonos dormiram ao relento. No dia seguinte atravessaram o lago Biase e, depois de uma pequena parada em Nidau, foram dormir em Brug. Joye relatou que o objetivo era ir mais longe, porém, "uma tempestade, das mais terríveis" apareceu e acabou obrigando "a desembarcar em meio a trovões, relâmpagos e uma chuva de granizo de tirar o fôlego"<sup>129</sup>. Nesse dia de tempestades e trovões, Joye relatou a penosa situação dos emigrantes: "Foi bem triste espetáculo ver-se todos os colonos, mulheres e crianças, vararem a chuva e não terem sequer um estábulo para refúgio e passar a noite."<sup>130</sup> É preciso observar que em todo o caminho, os mais pobres dormiam em celeiros, estábulos ou até mesmo nos navios ao relento, enquanto os mais abastados poderiam recorrer a hospedarias, a não ser quando os habitantes dos locais de passagem cobravam muito mais caro; o que fazia com que os colonos sofressem as intempéries da viagem<sup>131</sup>.

Havia, portanto, clara distinção social neste caminho até o porto. A diferença entre ricos e pobres foi assinalada por Joye, dado a diferença em que cada setor social se abrigava neste primeiro processo. Porém, podemos assinalar que até os colonos mais ricos foram prejudicados, já que os donos das hospedarias cobravam preços mais caros para eles.

<sup>128</sup> JACCOURD, Rafael. História. *Op. Cit.* pp.123-124.

<sup>129</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye.p.7](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye.p.7).

<sup>130</sup> *Idem*, p.7.

<sup>131</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.*. p. 137.

As intempéries foram experimentadas pela maioria dos imigrantes, mesmo muitos dos mais ricos que, embora tinham dinheiro para um pagamento razoável nas estalagens e pousadas, não conseguiram se abrigar por causa do preço.

No diário de Jacob Joye houve diversas vezes momentos de admiração com os locais nos quais ele havia passado. Por exemplo, ainda no quinto dia começou a travessia do lago de Bienne e alguns pararam para ir até a ilha de St Pierre. Joye foi um deles e relatou que a ilha seria "um pequeno paraíso terrestre". O que o fazia entender o "porque Jean Jacques Rousseau a deixou com tanto pesar"<sup>132</sup>. No sexto dia, os imigrantes passaram pelo rio Aar, chegando a Soleur à noite e, no relato de Joye, teriam chegado "sob o vibrar dos gritos de alegria e pelo troar de salvas de canhões"<sup>133</sup>. No dia 8 de julho partiram de Soleur em 6 chatas<sup>134</sup> e chegaram na Basiléia no dia 9, após duas paradas, uma em Arau e outra em Loffenbourg.

No dia 13, segundo os relatos de Joye, os imigrantes partiram em "seis barcas cobertas com tábuas" e "duas outras suplementares que não possuíam coberturas e que tão somente eram cobertas por lonas de panos de má qualidade"<sup>135</sup>. Os colonos dessas últimas embarcações, segundo Joye, sofreram mais que os outros e tiveram que improvisar um fogão de tijolos<sup>136</sup>. No dia 14 de julho, um emissário de Berna chamado Descoudres descobriu que Brémond combinou com Frey de transportar os colonos por um preço maior do que poderia conseguir e, em troca, seriam divididos os lucros com ele. Além disso, ficou sabendo que essas embarcações estavam sobrecarregadas com tonéis de queijo e vidro em nome do comissário Porcelet. Aos poucos, as autoridades reconheciam as verdadeiras intenções de Brémond<sup>137</sup>.

De fato, Brémond e Gachet entraram neste processo por causa do lucro que ganhariam na travessia, seja oceânica ou até o porto. A questão dos tonéis teve papel preponderante nessa questão, já que ambos os diários – de Joye e Heche – mencionam o fato como algo definidor da relação entre os angariadores e os imigrantes. Podemos compreender a partir dessa questão que a desorganização da viagem também poderia fazer parte do objetivo de conseguir maior lucro no processo, já que as despesas foram suprimidas, os imigrantes mais ricos conseguiriam a priori ter acesso as estalagens nos

<sup>132</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:  
[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye.p.7](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye.p.7).

<sup>133</sup> *Idem*.

<sup>134</sup> Pequenas embarcações.

<sup>135</sup> *Idem*, p.8.

<sup>136</sup> *Idem*.

<sup>137</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p. 141.

pontos de parada e, além disso, poderiam carregar até o porto produtos para serem vendidos.

Do dia 13 ao 19, os colonos passaram pelas cidades de Vieux-Brussac, Kheel, Strasborg, Fort-Luís, Guemershei, Baviera e Stuckstad. Nesta última, Joye relatou a dificuldade de encontrar provisões melhores e alojamentos, chegando a afirmar: "percorri toda a cidade em vão, a procura de um alojamento e de qualquer coisa para comer"<sup>138</sup>. Também fez uma observação interessante: "os habitantes foram tão honestos que disseram-nos que estavam proibidos de fazê-lo e se insistíssemos, corriam o risco de levar pancadas"<sup>139</sup>. No dia 20, todos os colonos estavam reunidos na cidade. Brémond e Gachet não planejaram que eles iriam chegar em grande número e que se aglomerariam vários cantões ao mesmo tempo, gerando falta de espaço para abrigar a todos, de modo que a solução foi colocá-los em celeiros e cavalariças<sup>140</sup>.

Não sabemos ao certo quais foram os motivos que levaram os políticos locais coagirem a população para não ajudarem os colonos, porém, podemos pensar ainda mais sobre a impossibilidade de acesso a melhores condições na viagem. Através deste exemplo, percebemos que a diferença social e econômica entre os imigrantes ficou, em alguns momentos, ofuscada por essa relação com a comunidade local. Ricos e pobres teriam as mesmas dificuldades em algumas partes da viagem até a chegada ao porto e que, mesmo não sendo mencionado por Joye, até as autoridades que seguiam os imigrantes e que estavam presentes para eliminar as burocracias e taxas não conseguiram eliminar esse problema de alojamento.

No dia 20 ao 26, os imigrantes passaram por Mogúncia, Beupart, Ordenat, Colônia, Guimmelgest e Düsseldorf. Na noite do mesmo dia, dormiram em Wessel, cidade da Prússia que faz fronteira com a Holanda. Antes da partida, Joye relatou a caída no Reno de três colonos, que foram imediatamente salvos<sup>141</sup>. Depois ficaram mais dois dias acampados em Sorvitt, local da primeira alfândega nos Países Baixos<sup>142</sup>. Demoraram por causa da "ausência de comissários, que foram a outra cidade obter a franquia de pedágio no território da Holanda, bem como a dispensa de severas que nos teriam ali retido por vários

---

<sup>138</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.9.

<sup>139</sup> *Idem*.

<sup>140</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit. p. 139.

<sup>141</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.10.

<sup>142</sup> *Idem*.



dias"<sup>143</sup>. No dia 28 de julho, os colonos dormiram em Nijmegen e, navegando pelo rio Val, chegaram no dia 29 a região de Dordrecht<sup>144</sup>.

Em um total de 1.548, os colonos partiram de Lucerna, no dia 11 de julho, com os colonos que vieram de Friburg, acompanhados por um agente do governo e como escreveu Joseph Heche em seu diário, passaram por Helder, descendo o rio Reunss "alegres e cantando o novo hino dos imigrantes"<sup>145</sup>. O colono relatou a dor da separação de sua mulher e filhos na cidade de Lucerna, dizendo que ele "estava de coração partido" e teve de "deixar meus três amados filhos, que continuaram a olhar para mim com os olhos cheios de lágrimas"<sup>146</sup>.

Chegaram em Laufenburg no dia 12 de julho e como já era tarde, se hospedaram na expectativa de esperar até o dia seguinte. Porém, por ter que esperar as embarcações da Basiléia ficarem prontas, aguardaram oito dias e somente no dia 20 à noite chegaram nesta cidade. Heche relatou que atracaram na cidade "*ensopados como pobres ratos*" por causa de uma chuva torrencial e como já era noite, os colonos que possuíam dinheiro dormiram em hospedaria, já os mais pobres tiveram que dormir acampados em cima de palhas<sup>147</sup>.

A viagem de Joye e os colonos que faziam parte dessa primeira leva até a chegada no porto foi perpassada por vários problemas estruturais. Chuvas torrenciais, problemas com as balsas, falta de dinheiro, impossibilidade de acomodação mais confortável, paradas longas por causa da burocratização do processo e a falta de lideranças que poderiam auxiliar os colonos até chegarem com segurança no porto. Como já foi dito acima, podemos refletir que o motivo pelo qual toda essa desorganização foi causada pela possibilidade de lucro, uma vez que era necessária a diminuição dos custos da viagem e a maior arrecadação neste processo.

Na sua estadia na Basiléia, Joseph Heche teve um encontro inesperado com dois de seus filhos, Antônio e Aloísio. Relatou que não conseguiu colocá-los no navio nesta cidade, mas que deu "seis louisidor como dinheiro de viagem com a ordem de seguirem na minha frente, a pé ou com veículo" e os esperariam na Holanda<sup>148</sup>. Enquanto os colonos de Friburg saíam da cidade, os de Valais, Solothurn, Argóvia, Schwitz e Lucerna esperaram mais dois dias e meio até os navios ficarem prontos.

---

<sup>143</sup> *Idem.*

<sup>144</sup> *Idem.*

<sup>145</sup> MÜLLER, Armindo. Joseph Heche: A imigração suíça no Brasil 1819-1823 (descrita por um participante). Rio de Janeiro: edição independente, 2009. p.33.

<sup>146</sup> *Idem*, p.34.

<sup>147</sup> *Idem.*

<sup>148</sup> *Idem.*

No dia 23 de julho todas as famílias lucernenses embarcaram comprimidas mesmo em um navio grande<sup>149</sup>. Desceram o Reno em direção a Dordrecht e Heche relatou que todos os colonos estavam "de olhos arregalados, vendo os muitos pontões e pontes voláteis, os inúmeros navios do Reno, grandes e pequenos, com seus mastros"<sup>150</sup>. Os colonos só pararam para as inspeções nas alfândegas todas as noites e, quando tinham que pernoitar, compravam mais provisões. Heche relatou que "a viagem foi divertida até a Holanda" e sem maiores problemas chegaram em Dordrecht no dia 4 de agosto, à noite, dormindo no navio<sup>151</sup>.

Em seu diário, Jacob Joye não descreve longamente a estadia em Dordrecht, somente assinalou que chegou no dia 29 julho<sup>152</sup>. O padre relatou que foi "4 ou 5 vezes a Rotterdam, a 4 léguas de distância, para realizar gestões de interesse da colônia", e saiu algumas vezes, mas todas bem rápido porque deveria voltar sem demora para o acampamento"<sup>153</sup>. Por outro lado, Joseph Heche dedicou algumas páginas do seu diário para relatar sua estadia na cidade. Descreveu que seus filhos o encontraram em Dordrecht e lá conseguiram se inscrever como emigrantes, gozando dos mesmos direitos quanto ao recebimento de provisões<sup>154</sup>.

Heche lamentou pelo fato de não poder zarpar rapidamente, "pois os grandes transatlânticos em Helder ainda não estariam abastecidos de provisões e ainda sem condições suficientes para enfrentar a travessia marítima"<sup>155</sup>. 158 colonos foram procurar alojamentos dentro ou fora da cidade e aqueles que não tinham dinheiro, "instalaram barracas ao relento ou se alojaram em celeiros e em casas dos colonos mais próximos"<sup>156</sup>. Enquanto os colonos pobres ficavam em uma situação bem desconfortável, Joseph Heche e alguns imigrantes mais abastados se hospedaram sem sofrer quaisquer dificuldades, recebendo a porção de provisão e passando os dias "comendo, bebendo e passeando". Para Heche, "quem estava sadio, podia viver como um senhor em Dordrecht"<sup>157</sup> e "podia-se comprar aqui o que ainda se achava necessário: colchões, cobertores de lã para verão e utensílios para cozinha de toda ordem"<sup>158</sup>.

---

<sup>149</sup> *Idem*, p.34.

<sup>150</sup> *Idem*, p.35.

<sup>151</sup> *Idem*.

<sup>152</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.10.

<sup>153</sup> *Idem*, p.11.

<sup>154</sup> MÜLLER, Armindo. Op. Cit. p.35.

<sup>155</sup> *Idem*.

<sup>156</sup> *Idem*, p.36.

<sup>157</sup> *Idem*.

<sup>158</sup> *Idem*.

Ao contrário de Joye, Heche não relatou as dificuldades gerais que os colonos passaram. Como um imigrante mais abastado, ele não teve empecilhos para dormir e conseguir se alojar de forma mais confortável. Porém, ele também assinalou que havia uma diferença na condição financeira dos colonos e essa se fez visível na medida em que o acesso aos recursos das cidades era determinado por questões econômicas. Segundo o próprio Heche, nas cidades poderiam comprar qualquer item desejado e não houve o mesmo processo de corte ao acesso dos colonos nas lojas das cidades.

Durante os passeios pela cidade, o colono quis conhecer um navio, provavelmente o *Urânia*<sup>159</sup>, no qual iria levar os imigrantes de Friburg nos princípios do mês de setembro. Junto com outros colonos, ele atravessou o rio para ver a embarcação e contou as conversas das quais participou ao longo do passeio:

Durante o trajeto foi-nos dito: lá está Niccolau Gachet, o nosso guia, que assinou o contrato com o rei do Brasil em nome de cem famílias suíças; este é o homem que deseja tornar-nos felizes. Se ele nos acompanhar para o Brasil, será o nosso diretor e protetor e atuará como o nosso consultor em nome dos suíços junto ao reino do Brasil; a ele teremos que levar as nossas reivindicações<sup>160</sup>.

A visão dos emigrantes sobre a pessoa de Nicolau Gachet antes da partida para o Brasil parecia ser positiva, afinal, ele era considerado "diretor", "protetor" e "consultor" em nome dos suíços. Além disso, seria o homem "responsável por trazer a felicidade" para aquelas pessoas. Porém, Heche assinalou que:

A escolha deste homem para diretor parece ter sido acertada, se, ao menos, a sua aparência fosse mais agradável. Mas quem poderia imaginar, que, atrás de um homem, a quem a natureza concedeu uma corcunda tão expressiva, estivesse escondida tanta velhacaria? Teria ele desfigurado também a alma dele?<sup>161</sup>.

O diário foi escrito depois da chegada ao Brasil. Pela caracterização de Gachet como um homem sem moral, podemos perceber que Heche já ouvira falar dele de forma depreciativa e, como estava na Basiléia, provavelmente soube de um escândalo que teria envolvido os dois agenciadores na região, em que Gachet e Brémond teriam colocado

<sup>159</sup> Partiu no dia 12 de setembro de Dordrecht, passando pelas cidades de Rotterdam, Delphte, chegando ao porto de Armsterdam e, a partir daí, fazendo a travessia do oceano. Diário de Jacob Joye. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.10-11

<sup>160</sup> VMÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.37.

<sup>161</sup> *Idem.*

diversos tonéis com vidro e queijo para serem transportados nos navios e vendidos quando chegassem na Holanda, sendo os dois punidos pelas autoridades que supervisionavam as embarcações<sup>162</sup>.

Porém, podemos pensar que Gachet era um homem muito respeitado pelos imigrantes. Através do relato de Heche, vemos que ele era considerado “protetor”, “diretor” e aquele que iria ser uma espécie de “consultor” para levar ao “reino do Brasil” as reivindicações dos suíços, além de ser aquele que levaria a felicidade aos imigrantes<sup>163</sup>. Não sabemos ao certo por falta de documentação, mas podemos pensar que poderia ser um reflexo das propagandas de angariamento de colonos, além de ser Gachet a única autoridade conhecida que poderia ser uma espécie de “ponte” entre os imigrantes e o Brasil.

Quando chegaram do outro lado do rio, Heche e alguns emigrantes entraram na embarcação. Através de seu relato, podemos saber como eram os navios que trouxeram os imigrantes para o Rio de Janeiro. O colono subiu na embarcação através de uma escada de cordas e, quando olhou o convés, viu que "estava tudo instalado com esmero e firmeza". Porém, depois de saber a quantidade de pessoas que iriam embarcar, os colonos desceram no convés e tiveram uma "visão desoladora": as pessoas, grandes e pequenas, idosas e jovens, doentes e sadias, já se encontravam comprimidas. Fazia muito calor. Muitas já estavam doentes, algumas em estágio terminal"<sup>164</sup>. Relatou que ficou muito "angustiado" por causa dos possíveis problemas ao longo da travessia: viagem demorada, os ventos contrários, as tempestades e os enjoos no mar, podendo afetar a todos os outros que estavam sadios<sup>165</sup>.

A situação dos colonos em Dordrecht não era confortável. As provisões eram escassas devido ao aumento de preço dos alimentos na Holanda, problemas com ladrões de bagagens, mudanças de clima, falta d'água e doenças como a varíola gerando um total de 40 crianças e alguns idosos mortos<sup>166</sup>.

Mesmo com as partidas dos navios *Daphné* e *Urânia*, respectivamente nos dias 11 e 12 de setembro, muitos colonos ficaram no porto do dia 29 de julho até 10 de outubro. Segundo Nicoulin, os sentimentos coletivos dependiam da presença ou não de Nicolau Gachet. Ou seja, os emigrantes ficavam mais seguros com a presença do agenciador porque

---

<sup>162</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p.141

<sup>163</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.37

<sup>164</sup> *Idem.*

<sup>165</sup> *Idem.*

<sup>166</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit* p. 149.

ele ajudava a atravessar os problemas burocráticos e trazia mais subsídios para seguir viagem<sup>167</sup>. Porém, os dois sócios, Gachet e Brémond, desfizeram sua aliança no porto de Amsterdam por causa da impossibilidade de lucro do empreendimento<sup>168</sup>.

Segundo Bon, o navio *Daphné* saiu do porto de Dordrecht no dia 11 de setembro de 1819. Seria uma embarcação forte e veloz que fez a travessia em 55 dias sem nenhum incidente<sup>169</sup>. Chegou no porto do Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1819. Já o navio *Debby Elisa*, que saiu no dia 12 de setembro de 1819, perderia o mastro durante uma tempestade e seu capitão teria ultrapassado o trajeto, demorando 76 dias até chegar ao porto em 26 de novembro de 1819<sup>170</sup>. Também no dia 12 de setembro de 1819, o navio *Duex Catherine*, o mais lento de todas as embarcações, só chegaria no dia 4 de fevereiro de 1820, por causa de um erro do capitão, que não ancorou o navio e o deixou dias ao sabor das correntes<sup>171</sup>. A embarcação *Elisabeth Marie* partiu para cruzar o oceano no dia 10 de outubro de 1819 e chegou, sem nenhum contratempo, no dia 12 de dezembro de 1819<sup>172</sup>.

O navio *Trajan* encarregado de levar as malas dos colonos chegou ao Rio de Janeiro em 1 ou 2 de fevereiro de 1820, mas não há registro de sua saída. Decidimos analisar a trajetória de duas embarcações mais profundamente, *Urânia e Heureux Voyage*, através dos diários de Jacob Joye e Hoseph Heche. Esses documentos nos dão relatos interessantes sobre a vida a bordo: alimentação, divergências entre os colonos, problemas com o mau tempo, dentre outras questões.

**Quadro 1. Síntese da viagem no navio *Heurex Voyage* até a Basileia, local de encontro com outros imigrantes, a partir dos relatos de Monsenhor Joye**

<b>Data</b>	<b>Local(s)</b>	<b>Acontecimento(s)</b>
02 a 4 de Julho de 1817	Estavayer-le-lac	Agrupamento dos emigrantes de Vaud, Valais, Gêneve e Neuchatel.
04/07/1817	Thiele	Parada perto de sua ponte
05/07/1817	Lago Biase, Nidau e Brug	Atravessaram o lago, fizeram uma pequena parada em Nidau e dormiram em Brug.
05/07/1817	Ilha de St. Pierre	Joye se admirou com a ilha.
05/07/1817	Rio Aar e Souleur	Passaram pelo rio e chegaram à noite em Souleuer.

<sup>167</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>168</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>169</sup> BON, H. *Op. Cit.* p.75.

<sup>170</sup> *Idem*, p. 75-76.

<sup>171</sup> *Idem*, p.75.

<sup>172</sup> *Idem*, p.76.

08/07/1817	Souleur	Saída de Souleur em seis chatas.
09/07/1817	Arau, Loffenbourg e Basiléia.	Paradas nas duas primeiras cidades até chegar, depois, na Basiléia para encontrar as outras embarcações.

FONTE: Diário de Diário de Jacob Joye. Disponível em:  
[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.10.

**Quadro 2. Viagem no navio *Heurex Voyage*, partir dos relatos de Monsenhor Joye, da Basiléia até Dordrecht, para irem em direção ao Brasil.**

Data	Local(s)	Acontecimento(s)
13/07/1817	Basiléia	Processo de Saída da Basiléia
13 a 19 de julho de 1817	Vieux-Brussac, Kheel, Strasborg, Fort-Luís, Guemershei, Baviera e Stuckstad.	Em Stuckstad, Joye relatou a dificuldade de encontrar suprimentos.
20 a 26 de julho de 1817	Mogúncia, Beupart, Ordenat, Colônia, Guimmelgest, Düsseldorf e Wessel.	Caída de três emigrantes no rio Reno.
27 de julho de 1817	Sorvitt	Acampados nesta cidade da Prússia.
28/07/1817	Nijmegen	
29/07/1817	Dordrecht	Navegaram pelo rio Val.

FONTE: Diário de Jacob Joye. Disponível em:  
[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.10.

**Quadro 3. Viagem no navio *Urânia* de Lucerna até Basiléia para o encontro com os outros imigrantes. Baseado no diário de Joseph Heche**

Data	Local(s)	Acontecimento(s)
11/07/1817	Lucerna, Hélder e rio Reunss.	Saída da cidade.
12/07/1817	Laufenburg	
20/07/1817	Basiléia	Os emigrantes tiveram que esperar as embarcações da Basiléia ficarem prontas. Demoraram oito dias para ficarem prontas.

FONTE: MÜLLER, Armindo. Joseph Heche: A imigração suíça no Brasil 1819-1823 (descrita por um participante). Rio de Janeiro: Edição Independente, 2009

### *A travessia oceânica pelo olhar de Jacob Joye e Joseph Heche*

Os diários são bem diferentes em forma e conteúdo. As memórias de Heche são relatadas para seus conterrâneos em forma de narrativa para documentar toda a viagem, com o objetivo de descrever os costumes brasileiros, bem como demonstrar a situação na qual os suíços se encontravam na Vila. Já o diário de Jacob Joye parece ser uma narrativa com menor teor descritivo, na medida em que somente relata os dias e alguns acontecimentos. Embora em ambos diários possamos observar as experiências da travessia até o Brasil, o relato de Heche se encontra de forma mais densa e minuciosa do que o de Jacob Joye, o que nos faz, em diversos momentos, utilizar de forma mais ostensiva o material produzido por Heche.

Sobre o ambiente a bordo, Heche dedicou longas passagens de seu diário, diferentemente de Jacob Joye, que não chegou a fazer esse tipo de comentário em seus registros. O imigrante ressaltou as dificuldades de dormir na embarcação, chegando a escrever que os tripulantes tinham “pavor da noite”. Essas dificuldades eram provocadas pela combinação do calor intenso, com o cheiro de suor e “toda sorte de aromas”<sup>173</sup>. Além disso, os imigrantes estavam sufocados porque não dava para dormir tranquilo em um local tão pequeno:

Imagine-se em uma grande e comprida caixa, sem janelas para receber ar fresco, onde só existem 2 buracos, um nos fundos e outros no meio, onde é preciso permanecer. Num recinto destes, de 60x15 pés, todos eram obrigados a dormir à noite, tão amontoados que seriam impossível colocar um sapato entre eles. Ali deitavam, lado a lado, jovens e velhos, enfermos e sãos, pequenos e grandes, um verdadeiro espetáculo. Aos amantes da música não faltavam ocasião, mas precisavam estar tão afinados a ponto de imaginar uma harmonia no meio de tantas outras. O lastimoso choro das crianças podia ser ouvido em toda parte e éramos obrigados a suportá-lo, mesmo que não quiséssemos. Ouviam-se vozes de toda espécie. Meu filho mais novo, de forma alguma um músico insuportável, disse, certa vez: ouçam o contralto, o tenor, o soprano. Outra vez ele me disse: pai, aqui é divertido, jamais, em toda minha vida ouvi cantar tantas vozes como aqui; eu desejaria que todos estivessem em Paris<sup>174</sup>.

As condições de higiene do navio também foi tema recorrente da narrativa de Heche. Segundo ele, os imigrantes teriam convivido com “piolhos” e “ratos”, mas havia

<sup>173</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.*44.

<sup>174</sup> *Idem*.

limpeza em todo o ambiente porque os imigrantes se revezavam para todas as tarefas da embarcação. Diversas pessoas da tripulação faziam ronda para não deixar que a falta de higiene se proliferasse por causa das doenças que podiam, dentro daquelas circunstâncias, serem facilmente contagiosas<sup>175</sup>. Mesmo assim, muitos problemas com a higiene permaneceram, como a situação com os piolhos que só acabou quando eles passaram a linha do Equador e, com o clima mais quente, conseguiram se livrar deles<sup>176</sup>.

A alimentação também foi abordada no diário de Heche. Os imigrantes foram bem servidos a bordo, de modo que a comida era dada em porções de acordo com o número e a idade das pessoas. Embora Heche tenha reclamado em seus escritos sobre o gosto da carne, acabou resolvendo essa questão trocando com outros imigrantes, bem como pedindo outros tipos de refeições para os cozinheiros. Não houve nenhum relato de problemas relativos a fome, muito pelo contrário, pois o imigrante relatou que os cozinheiros “estavam muito ocupados, fazendo cafés, chás e outras manias”, além de não haver nenhum relato de falta de comida ou racionamento em ambos os diários<sup>177</sup>.

Ambos os relatos são permeados de questões religiosas. Tanto Heche, quando Joye descrevem suas experiências nas viagens através do aspecto religioso. Para Heche, as felicidades e angústias dos imigrantes eram definidas nas relações entre eles e a moral cristã. Sobretudo para Heche, as tragédias na viagem, como a queda de um mastro, o mar revolto ou a morte de alguém eram consideradas elementos que ajudariam aos imigrantes lembrarem da piedade e da vida religiosa.

Além disso, Heche caracterizou a relação dos imigrantes com a religião como negativo, pois, em seus relatos, “no navio se vivia no mínimo com piedade e fé” e os imigrantes preferiram cantar, dançar e assobiar do que participar do sermão e do terço dominicais<sup>178</sup>. No entanto, monsenhor Joye descreveu seus relatos somente pelo viés de seu ofício divino, ou seja, suas atividades como padre, na medida em que ministra os sacramentos, faz as orações e cerimônias religiosas, não ficando evidente o aspecto moralista de sua narrativa<sup>179</sup>.

A moralidade é, portanto, um componente indissociável da narrativa de Heche. Lamentou a impossibilidade de manter a “honra” naquela viagem. Argumentou que seria impossível porque toda risada, festa e dança se transformavam em “leviandade” e

---

<sup>175</sup> *Idem*, p.44.

<sup>176</sup> *Idem*, p.45.

<sup>177</sup> *Idem*, p.42.

<sup>178</sup> *Idem*, p.45.

<sup>179</sup> *Idem*, p.44.



“malícia”. Ressaltou que “apenas com uma tragédia” os imigrantes poderiam mudar e levar “uma vida diferente”. Isso é demonstrado na seguinte passagem:

O subir e descer do navio acordava os passageiros que eram obrigados a se segurarem para não serem jogados ao chão. A vontade de dançar acabava, quando tudo ficava escuro dentro e fora do navio, quando o céu derramava água aos cântaros, quando a escuridão da noite era riscada por horríveis relâmpagos seguidos de fortes trovões, fazendo com que imaginássemos que o navio tivesse sido atingido. O silêncio dentro do navio era interrompido pelas orações que só terminavam com o cessar da tempestade. Mas logo a velha comédia reiniciava. Neste momento vê-se a inconstância, a natureza e a miséria do ser humano. De manhã toma bons propósitos e no dia seguinte ou até mesmo uma hora depois o velho ser mostra quem é<sup>180</sup>.

Para Heche, quando a situação na viagem estava calma, os imigrantes logo esqueciam da religião, mas quando acontecia algum infortúnio, rezavam e clamavam a Deus para que tudo terminassem bem, essa questão fica bastante evidente no caso da queda de um mastro<sup>181</sup>.

No dia 4 de novembro, dia de São Carlos Bartolomeu, os colonos se preparavam para uma grande festa. Segundo Heche, um homem de Solothurn deu um banquete para o comandante, entregou garrafas de vinho aos colonos e à noite teria um baile, tudo porque era o dia de seu santo de devoção. Porém, os marujos já tinham alertado sobre uma tempestade e uma forte rajada de vento atingiu as velas, "o mastro central, mais alto que o maior pinheiro, começou a estalar e se quebrou ao meio, levando consigo o anterior e o posterior e o vento os jogou ao mar"<sup>182</sup>. O culpado por essa situação, segundo Heche, foi um piloto que "descuidou da vigilância e se pusera a namorar uma mulher". O comandante pediu para cortar as cordas das velas, elas se perderam e puxaram os mastros para o navio afim de consertá-los. Como havia ainda reservas suficientes de madeira e velas, os colonos carpinteiros foram recrutados para terminar a obra "o mais rápido possível"<sup>183</sup>.

Enquanto os carpinteiros e marujos trabalhavam com afinco durante os oito dias para reconstruir os mastros, Heche assinalou a "transformação de caráter" dos colonos: depois do infortúnio, o padre fazia o sermão "apelando para a transformação das mentes e da leviandade", depois rezava o rosário e uma litania para Nossa Senhora. Heche em seu

---

<sup>180</sup> *Idem*, p.51.

<sup>181</sup> *Idem*, p.45.

<sup>182</sup> *Idem*, p.47.

<sup>183</sup> *Idem*, p.48.

relato disse que ficou emocionado ao ver o povo clamando "como crianças, a Maria, a quem confiava de coração como a Rainha dos mares. Assim, tudo foi edificado"<sup>184</sup>.

A morte foi um tema recorrente nas duas narrativas. Logo no segundo dia de viagem, monsenhor Joye administrou o sacramento da unção dos enfermos a François Butty<sup>185</sup> e realizou a cerimônia fúnebre de Pierre Perrier<sup>186</sup>. Sem descanso, no mesmo dia, à noite, enterrou François Butty, vítima da febre. As duas mortes foram recebidas com certo pesar em seu diário, pois Joye assinalou que "já havia, pois, duas mortes antes de entrarmos no oceano"<sup>187</sup>. Já nos primeiros dias de viagem de Heche, o medo de ficar doente assolava os tripulantes e a morte de "uma mulher do Valais" foi descrita em seu diário. Depois, Heche assinalou a morte de um rapaz e de uma criança, "assim por diante"<sup>188</sup>. Em ambos os relatos, os sepultamentos aconteciam da mesma forma: enrolava-se o sudário em volta do corpo, depois o colocava em uma pequena tábua. Depois da cerimônia realizada pelo padre, lançava-o no oceano, sendo devorados por tubarões<sup>189</sup>.

Jacob Joye relatou de forma explícita quinze mortos, entre homens, mulheres e crianças, enquanto Heche assinalou 100 mortes até a conclusão da viagem. Em alguns momentos cessaram as cerimônias fúnebres com cânticos, somente com orações, para que, segundo ele, "não assustemos os doentes com cânticos fúnebres"<sup>190</sup>. Porém, somente um caso sobre esse tema foi relatado de forma mais ostensiva pelo monsenhor, um corpo foi encontrado dentro de um tubarão:

Os marinheiros se divertiam tentando pescá-los, armados com seus arpões e anzóis. Um deles, de 18 pés, foi fígado, "posto sobre a ponte, após muito trabalho, teve logo cortada as extremidades da calda e, em seguida, abriram seu ventre". Surpreso com o que encontraram em suas vísceras, "uma pequena criança com a cabeça e uma parte do corpo intactos, com exceção de um dos braços" logo presumiu que se tratava "da filhinha de Pierre Joseph Oddin, de Mézieres, que morrera durante a noite precedente".<sup>191</sup> Diante de tal

---

<sup>184</sup> *Idem*.

<sup>185</sup> Patriarca de uma família abastada, natural da região de Mézières. Nasceu em 1775 e faleceu em 1819. BON, Henrique. *Op. Cit.* p.343-344.

<sup>186</sup> Filho de Jacques Perrier, de família com muitas necessidades financeiras que trouxeram os instrumentos para trabalhar na lavoura e foram financiados pelo irmão de Jacques. BON, H. *Op.Cit.* p.725.

<sup>187</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.15.

<sup>188</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.47.

<sup>189</sup> *Idem*, p.46.

<sup>190</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.18.

<sup>191</sup> *Idem*, p.20.

cena, o tenente ordenou para os marinheiros atirarem novamente ao mar o tubarão, afim de não chocar os colonos. Versando ainda sobre a cena, Joye relatou que "o peixe é, entretanto, bom para comer" e que "os marinheiros pregaram as pontas do rabo do tubarão na parte de trás do navio, como uma marca de triunfo"<sup>192</sup>.

Foram diversos momentos felizes relatados por Heche e Joye. O primeiro, em diversas partes do relato, demonstrou que a vida dos imigrantes era baseada em “cantar”, “dançar”, “assobiar” e “dar risadas” quando não havia nenhum infortúnio por perto<sup>193</sup>. Já o segundo imigrante entendeu como momentos significativos para seu relato o batismo "em presença de todos os passageiros" de Elizabeth, filha de Claude Equez, de Villariaz<sup>194</sup>, ocasião esta que foi festejada com um quarto de vinho para todos os colonos. Podemos perceber que, diante das situações que se acometeram no navio, um ritual como o batismo era considerado um momento não só de alegria, mas de sociabilidade na vida a bordo.

Não só o batismo enquanto ritual foi realizado na embarcação, mas depois da Linha do Equador, um ritual de passagem também foi feito. Este chamou a atenção dos relatos dos dois imigrantes, de forma bem semelhante. O ritual começava com "cinco dos marinheiros na ponte, representando Netuno, sua mulher e seus arqueiros, enfeitados, faziam elogios a ele". Com um tridente, ele perguntava ao capitão: "que navio era este? De onde vinha? Para onde ia?" e este dava todas as respostas. O capitão, com uniforme de gala, recebia o homem vestido de Netuno na ponte de comando que dizia que "já o conhecia bem e que ele já satisfizera as leis da linha", pois o capitão já a tinha cruzado por diversas vezes<sup>195</sup>.

Depois, o marujo vestido de Netuno vedou os olhos do imediato de bordo e o conduziu para perto de um tonel de água, pintou seu rosto de preto e fez a sua barba, colocou-o em uma prancha e depois tirou-a, deixando o homem cair dentro do tonel e jogando diversos baldes d'água em sua cabeça<sup>196</sup>. Após o ocorrido, todas as pessoas, incluindo homens e mulheres, a exceção dos enfermos, que não haviam passado pela linha, foram molhados com os baldes<sup>197</sup>. É importante notar que este ritual suspendia as hierarquias a bordo, porque o único critério para participar era não ter cruzado a Linha do

---

<sup>192</sup> *Idem*, p.21.

<sup>193</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.45.

<sup>194</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.21.

<sup>195</sup> *Idem*, p.22.

<sup>196</sup> *Idem*.

<sup>197</sup> *Idem*, p.23.

Equador. Inclusive, relatou Heche, muitos marujos participaram.

Somente Heche descreveu um conflito na viagem. Neste percurso pela linha do Equador, dois colonos, um do cantão de Schwyz, "que estava embriagado" e outro de Valais, "que tinha sangue jovem e quente", teriam trocado insultos. O de Schwyz foi denunciado por um homem de Solothurn ao capitão e então formou-se um "júri" no qual "os pilotos eram os juízes" para resolver logo o assunto<sup>198</sup>. Sendo assim, o de Schwyz foi "condenado a ser amarrado pelas mãos, ser suspenso por uma corda e receber 50 chibatadas"<sup>199</sup>. Segundo Heche, a pena foi cumprida imediatamente: dois pilotos aplicaram as chibatadas e seus ouvidos, face e outras partes do corpo ficaram inchadas. Ele não precisaria, segundo Heche, de ter todo esse castigo se tivesse pedido perdão, mas preferiu os açoites e ter razão. De fato, depois teria sido provado que ele não tinha feito nada e os outros dois colonos lhe serviram vinho por 8 dias com medo de serem denunciados<sup>200</sup>. Entendemos assim que o único conflito narrado pelo imigrante foi por causa de uma possível bebedeira, não por questões ideológicas, desentendimentos políticos ou embates religiosos.

Foram muitos os percalços até a chegada no Rio de Janeiro. Enquanto Joye relatou uma série de tempestades que atrasou a chegada e "uma onda violenta" que teria revirado tudo o que estava na mesa do convés e que fora arrumado pelos marujos<sup>201</sup>, Heche assinalou que Até chegar no porto do Rio de Janeiro, ficaram oito semanas sem visualizar terra alguma. A "saudade da terra" foi relatada por Heche, dizendo que muitos deles, diariamente até tarde da noite, "aguçavam os olhos, procurando ver terra", ainda mais quando começou a ser dito que estavam próximos do Rio de Janeiro<sup>202</sup>. Somente dois dias e meio depois do ocorrido os colonos conseguiram ver "a terra desejada". Com gritos de "terra, terra!", o navio "se encheu de ânimo e a satisfação podia ser vista em todos os rostos". Os imigrantes visualizaram um grande número de pescadores e um deles se transformou, a pedido do capitão, em um guia para entrar no porto do Rio de Janeiro, que se concretizou no dia 30/11/1819<sup>203</sup>.

A chegada dos suíços ao Rio de Janeiro concretizava umas das primeiras de instalação da imigração europeia não portuguesa para o Brasil ainda no período colonial,

<sup>198</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.56.

<sup>199</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.56.

<sup>200</sup> *Idem.*

<sup>201</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.24.

<sup>202</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.* p.58.

<sup>203</sup> *Idem.*

em 1819. Cerca de cinco anos depois, já no período pós Independência, o governo imperial brasileiro empreendeu nova política que traria uma segunda leva de imigrantes europeus não portugueses para o Rio de Janeiro. Desta vez, a opção seria pelos germânicos luteranos. Vejamos o contexto germânico que conduziu à saída de vários habitantes em busca de melhores chances numa área das Américas.

## 1.2. A imigração germânica

### *Conjuntura das cortes germânicas em 1823 e a captação de emigrantes*

O chamado "Sacro Império Romano Germânico" ocupava um extenso território que abrangia diferentes ducados, principados, eleitorados, arcebispados e Cidades-Estados que se manteve até o começo do Oitocentos. Neste período, enquanto os outros territórios europeus já possuíam uma centralização política e econômica, os estados germânicos ainda estavam fragmentados<sup>204</sup>. Contudo, esse fracionamento não estava alojado somente no que tange aos aspectos administrativos, mas também culturais, já que depois da Reforma protestante passaram a vigor dois credos que dividiram a região: enquanto o luteranismo se espalhou para o norte, o catolicismo se manteve no sul. Também é possível observar que as disputas territoriais se davam hegemonicamente entre a Prússia e a Áustria, tendo a primeira um caráter mais centralizador e modernizante e a segunda a permanência de um governo centralizador<sup>205</sup>.

Depois de quase quinze anos de guerras ininterruptas, entre 1803-1815, se iniciou um período de dez anos de paz por causa da vitória da coalizão Rússia, Áustria, Prússia e Inglaterra nas guerras napoleônicas. A partir de 1815, com o Congresso de Viena realizado pelas potências vitoriosas, as extensões territoriais dos governos legítimos foram redefinidas. Do Congresso, surgiu a "Confederação alemã", uma união política e econômica composta por mais de trinta Estados soberanos, na tentativa de garantir a manutenção da segurança, a independência e a invulnerabilidade de cada Estado germânico<sup>206</sup>. A situação socioeconômica da Confederação estava caótica em 1820: subprodução agrícola, carestia, ausência de trabalho para ex-soldados que até então estavam em campos de batalha e falência de muitas manufaturas domésticas frente à

---

<sup>204</sup> LENZ, Ewel Sylvia. *Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008 p.34.

<sup>205</sup> *Idem*, p.35.

<sup>206</sup> *Idem*, p.38.

entrada dos produtos industrializados ingleses. Boa parte da população não tinha opção: ficar no campo como camponês pauperizado, nos centros urbanos como artífices em vias de proletarização ou encarar a emigração para as Américas que poderia trazer liberdade longe da carestia e a fome que assolava a Europa<sup>207</sup>.

Seguindo a tendência europeia de criar mercados mais liberais após as Guerras napoleônicas, algumas cortes germânicas começaram a se inserir nos mercados americanos fomentando a emigração de camponeses desapropriados, de pessoas desempregadas e também estabelecer casas comerciais nos principais portos da América Latina e do Caribe a fim de atender a demanda de produtos alemães pelos emigrantes estrangeiros<sup>208</sup>. Porém, não só as cortes germânicas da Confederação estavam interessadas no processo migratório para as Américas, o Brasil, país que tinha acabado de declarar sua independência de Portugal, começara a captar imigrantes europeus através de seu enviado, Schaeffer<sup>209</sup>.

Jorge Antônio Schaeffer ficou responsável pela captação de colonos germânicos. Era major da Guarda do Império do Brasil e Cavaleiro da Ordem de Cristo, responsável pelo processo da primeira leva de imigrantes germânicos para o Brasil e um negociante que desde 1821 tinha terras na Bahia, além de ser sócio de negociantes germânicos como Joham Philip Hering, que o levou a conseguir tais terras no Brasil. Ele já teria sido agente de imigração e teria criado uma colônia de procedência germânica na Bahia, em 1821, de nome Frankenthal. A partir das "instruções particulares para servirem de regulamento ao Sr. Jorge Antônio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Viena da Áustria e outras" assinadas por José Bonifácio em 21 de agosto de 1822, o major começou a sua missão em prol dos interesses do Império brasileiro<sup>210</sup>. As "instruções" formavam um conjunto de procedimentos necessários para entrar em contato com as cortes germânicas, fundamentar laços diplomáticos e agenciar novos imigrantes<sup>211</sup>

No primeiro artigo das "instruções", o major deveria apresentar ao "Augusto sogro" do Imperador Dom Pedro I a missiva que lhe foi dada, além de conseguir através do diálogo com o Imperador da Áustria assegurar "a prosperidade" do Reino e a "segurança de seus habitantes", que Schaeffer "jurou defender e proteger"<sup>212</sup>. O segundo artigo dava instruções para ele "penetrar a política do gabinete Austríaco, Prussiano e Bávaro, pondo

<sup>207</sup> *Idem*, p.45.

<sup>208</sup> *Idem*, p.39.

<sup>209</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976, vol 310. p.5.

<sup>210</sup> *Idem*, p.8.

<sup>211</sup> *Idem*.

<sup>212</sup> MARTINS, B. L. NEVES, R. G, SILVA, E. (Orgs). *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. p.247.

em prática todos os meios possíveis para alcançar a sua adesão à causa do Brasil"<sup>213</sup>. Dessa forma, logo no início das "instruções" podemos perceber que o teor da missão do major era a de facilitar a legitimidade do processo de independência do Brasil no exterior e abrir frentes diplomáticas com as cortes europeias.

O processo imigratório que se iniciaria em solo brasileiro, em 1824, teve estreita relação com a independência do Brasil. Com a volta de Dom João VI para Lisboa em 1821 afim de retomar laços diplomáticos com a França, se afastar da dependência exclusiva da Inglaterra e buscar aliança com outras cortes europeias, o processo de independência se deu gerando múltiplas questões que o novo império brasileiro necessitaria resolver, incluindo aí a legitimação por parte das cortes europeias<sup>214</sup>. Deixou no Brasil seu filho Pedro como Príncipe regente que acabou adquirindo amplos poderes, como a administração da fazenda e da justiça, bem como as questões militares e eclesiásticas<sup>215</sup>.

A questão diplomática se acentuou no terceiro artigo das "instruções". O major deveria entrar em contato com "os agentes brasileiros de Paris e Londres" e criar uma relação "diretamente com eles". Nesse sentido, essa relação serviria para "entrar no conhecimento dos Projetos da Santa Aliança", trazendo as mesmas relações com os Diplomatas das Cortes estrangeiras, porque "agentes de uma pequena Corte obtém esclarecimentos e segredos de Estado, que aliás, custariam ser conhecidos", enviando para o Brasil informações sobre a conjuntura europeia<sup>216</sup>. Ele enviaria informações das cortes europeias não só sobre a relação delas com o Brasil, mas também sondaria os objetivos e projetos da "Santa Aliança" afim de criar vantagens para o novo Império brasileiro se articular diplomaticamente.

Do quarto ao décimo artigo constavam instruções referentes aos objetivos da imigração. Depois de "sondar" as cortes germânicas, Schaeffer deveria organizar "uma colônia rural-militar", nos moldes "dos Cossacos do Don e do Ural", segundo o artigo quarto, que se organizaria em duas classes fundamentais de imigrantes: soldados e colonos. O primeiro grupo deveria servir ao Brasil por seis anos e seriam trazidos "debaixo do disfarce de colonos" e o segundo, "indivíduos puramente colonos", que receberiam terras para seus estabelecimentos, mas em tempos de guerra deveriam servir como militares "à

---

<sup>213</sup> *Idem*.

<sup>214</sup> NEVES, P. B. M. Estado e política na independência. in: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.113.

<sup>215</sup> *Idem*, p.119.

<sup>216</sup> MARTINS, B. L. NEVES, R. G, SILVA, E. (Orgs) *Op. Cit.* p.248.

maneira dos Cossacos"<sup>217</sup>.

Depois de seis anos de serviços militares remunerados, segundo o artigo V, aqueles que estivessem na primeira classe de colonos iriam para a segunda, recebendo terras para cultivarem. Segundo o sexto artigo, o local destinado para os imigrantes seria "no interior de Minas, no extremo do Norte da Província, para o lado da Bahia", teriam isenção de dízimo por oito anos, mas ficariam responsáveis pela abertura de "estradas de comunicação com as Províncias vizinhas ou portos de mar"<sup>218</sup>.

Nesse sentido, podemos observar que havia continuidade, mas também rupturas em relação ao processo de imigração proposto por Dom João VI. Se, por um lado, o processo imigratório de 1824 queria aprofundar o povoamento das regiões fronteiriças, por outro, teve uma maior preocupação com questões militares. Sendo assim, para conseguir uma unidade nacional, bem como se defender de possíveis ameaças bélicas de Portugal e outros países europeus, trazer imigrantes combatentes oriundos das guerras napoleônicas seria uma solução<sup>219</sup>. A ideia de trazer para o Brasil um contingente de imigrantes europeus para a ocupação do solo imperial a partir de pequenas propriedades rurais militares já era entendida como uma das faces da organização do exército brasileiro desde o comando do general de origem germânica João Henrique Böhm, que comandou as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia no Sul do Brasil por volta de 1760, ou seja, antes mesmo da independência<sup>220</sup>.

A possibilidade de trazer imigrantes estrangeiros para serem soldados foi acentuada a partir da criação do Batalhão Estrangeiros, compostos de maioria germânica trazidos por Schaeffer e alguns irlandeses e criado por um decreto em 8 de janeiro de 1823. Segundo Flores, essa força militar era composta de mercenários estrangeiros que emigraram por causa do fim das guerras napoleônicas e tinham a seguinte configuração: 2º e 3º Batalhões de Granadeiros, 27º e 28º Batalhões de Caçadores e o Esquadrão de Lanceiros Imperiais<sup>221</sup>. Esses Batalhões serviram ao Brasil em vários momentos, como na Revolução Pernambucana de 1824, na Guerra Cisplatina de 1827 e na Guerra dos Farrapos de 1835<sup>222</sup>

O sétimo artigo versava obre o contingente de colonos. O máximo de

<sup>217</sup> *Idem*, p.249.

<sup>218</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.* p.12.

<sup>219</sup> NEVES, P. B. M. Estado e política na independência. in: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *Op. Cit.* p.114.

<sup>220</sup> MÜLLER, Armindo L. O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil, Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003. 13.

<sup>221</sup> FLORES, H. A. H. *Alemães na guerra dos farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.10.

<sup>222</sup> *Idem*, p.11.



imigrantes giraria em torno de quatro mil, contando com oficiais competentes que em tempos de paz serviriam como "Diretores e administradores das Colônias". Havia a intenção de não aumentar ou multiplicar o número dos oficiais porque deveriam ser incorporados brasileiros que poderiam "dirigir os colonos e ilustrá-los sobre a topografia, costumes e legislação deste Reino", sendo os de primeira classe o terço do número total<sup>223</sup>.

Schaeffer deveria comprar o armamento dos colonos de primeira classe em sua passagem pelas Cortes germânicas e, segundo o artigo oitavo, estes deveriam vir para o Brasil devidamente "uniformizados como os Cossacos do Don"; ou seja, com "pistola, sabre, espingarda e lança". Segundo artigo X, cada colônia teria um "governador" nomeado pelo Príncipe Regente, "ficando em tudo sujeito estes estabelecimentos às leis civis e militares do País" e, no décimo artigo, fica claro que é Schaeffer aquele que ficaria encarregado de organizar a chegada desses imigrantes nos portos do Brasil<sup>224</sup>.

O artigo XI versava sobre uma terceira etapa das viagens de Schaeffer pelas cortes germânicas. Ele receberia mais ordens para "comprar por conta do Estado" apetrechos navais e "assalarinar marinheiros nos portos da Alemanha como da Suécia e Noruega". Contudo, essa terceira parte da missão deveria ser avisada previamente ao Império e só poderia ser executada com um aval do Imperador<sup>225</sup>. Já o décimo segundo artigo versava sobre o fomento da emigração de "artistas e lavradores", os quais poderiam "contar com a proteção do Governo e a fruição de todos os direitos"<sup>226</sup>

Questões diplomáticas permeavam os artigos finais das "instruções". O artigo XIII sinaliza que Schaeffer deveria publicar em alemão os "papéis do Brasil favoráveis à Causa deste Reino", com o objetivo de "desenganar os europeus sobre o caráter que vulgarmente se dá naqueles remotos países à nossa Revolução". Ou seja, mostraria que:

O Brasil, sim, proclamou a sua Independência Política, mas não quer a separação absoluta de Portugal e pelo contrário S.A.R tem protestado em todas as ocasiões e ultimamente no seu manifesto às Nações, que deseja manter toda a Grande Família Portuguesa reunida politicamente debaixo de um só Chefe que ora é o Sr. Dom João VI, o qual porém se acha cativo e prisioneiro em Lisboa, a mercê dos facciosos das Cortes; e por estes respeitos S.A.R. há assumido o poder e a autoridade em que os Povos do Brasil o tem confirmado<sup>227</sup>.

<sup>223</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.*p.12.

<sup>224</sup> MARTINS, B. L. NEVES, R. G, SILVA, E. (Orgs). *Op. Cit.*p.250.

<sup>225</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.*p.13.

<sup>226</sup> MARTINS, B. L. NEVES, R. G, SILVA, E. (Orgs). *Op. Cit.*p.250.

<sup>227</sup> *Idem*, p.251.

Por fim, o Artigo XV dizia respeito ao pagamento do Major. Ele teria uma pensão anual de um conto e duzentos mil réis, venderia nas casas comerciais germânicas um carregamento de Pau Brasil para pagar as despesas extraordinárias e dirigiria a "correspondência secretíssima" escrita em francês ou latim para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros<sup>228</sup>.

Entre 13 de dezembro e 2 de janeiro de 1822, Schaeffer já estava na Europa comandando sua missão em Paris, mantendo contato com outros funcionários do Império brasileiro e administrando suas futuras viagens. Além disso, em Paris, começou o seu contato com um antigo amigo, Conrado Meyer, que lhe ajudaria a captar os colonos, enquanto Schaeffer administraria o contato com as cortes germânicas<sup>229</sup>. Como um homem de negócios, Schaeffer não agiria sozinho no processo de imigração, se tornando sócio do doutor Kretzschmar, que lhe ajudaria investindo neste possível negócio lucrativo<sup>230</sup>. Sendo assim, depois do dia 2 de janeiro, passou por Munich e depois Viena, onde entregou a carta de Dom Pedro para Francisco I. Depois, visitou Hamburgo e diversas cidades dos reinados, principados e grão-ducados e demais locais que considerava de terceira e quarta classes. A partir de abril de 1823, Schaeffer já comandava suas operações em Frankfurt, considerada por ele como uma cidade livre.

Schaeffer viajou para Paris e Viena, fazendo visitas às cortes locais. Das principais delas, destaca-se a que ele fez em Munich no dia 13 de dezembro e se diz acolhido pelo Ducado de Hesse (local onde saíram os primeiros colonos recrutados). Mas, na sua missão na Áustria, obteve a primeira frustração como diplomata e ganhou sua perseguição durante os anos que passou representando o Brasil na Europa<sup>231</sup>. Alguns foram os motivos para essa animosidade se instalar entre a corte Austríaca e o major apontados por Souza: o fato dele representar um imperador cuja vontade popular foi auxiliar ao direito divino, além de seus discursos contrários ao absolutismo da forma como era conduzido na corte de Viena.<sup>232</sup>

Portanto, pode-se perceber que se estabeleceram certas tensões entre a corte de Viena e o major, provavelmente por conta de seus ideais nada ortodoxos. Mesmo assim, conseguiu alguns benefícios por conta de, mesmo não sendo tratado de forma amistosa,

---

<sup>228</sup> *Idem.*

<sup>229</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.*p.17.

<sup>230</sup> *Idem*, p.26

<sup>231</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>232</sup> *Idem.*

assumir uma postura cortesã em relação à corte Austríaca<sup>233</sup>. A tensão não somente se resumia em sua relação com a corte, mas se tornaram públicas em periódicos da época, como em um artigo no jornal *times* que data do dia 15 de maio de 1823, que o encheu de injúrias em seu labor como diplomata iniciante e mostrou em minúcias os seus objetivos e trajetos<sup>234</sup>.

A questão financeira foi inicialmente um ponto complicado da passagem do Major pelas cortes germânicas. Chegando em Paris, já teria contraído uma dívida de 20 a 30 milhões de *piastras*, que reembolsaria em 20 a 25 anos ao Império brasileiro<sup>235</sup>. Esses custos seriam para cuidar da compra dos uniformes, armas, embarcações, hospedagens, impostos e demais encargos. Inicialmente, a ideia de Schaeffer era a de conseguir vender uma remessa de Pau Brasil vinda de Pernambuco, e com ela conseguir fretar os navios com tranquilidade, pagando suas dívidas e ainda lucrar com todo o processo de imigração<sup>236</sup>. Além dos empréstimos do Império brasileiro, Schaeffer pretendia pagar os custos da missão com a venda de alguns diamantes caso o comércio de Pau Brasil não desse certo. Como não conseguiu enviar a tempo as remessas de Pau Brasil, Schaeffer conseguiu com a venda de diamantes na Inglaterra, 3.500 libras esterlinas que foram imediatamente destinadas para o frete de diversos navios e as despesas da viagem dos colonos até o Brasil<sup>237</sup>.

No processo de captação de colonos, José Bonifácio anulou efetivamente as instruções no dia 26 de abril de 1823. Sendo assim, todo o trabalho diplomático de Schaeffer não seria mais necessário e este passou a se estabelecer como um angariador particular de imigrantes e, além disso, a ideia de núcleos rurais-militares "aos moldes dos cossacos do Don e do Ural" também foi anulada<sup>238</sup>. Não sabemos ao certo os motivos pelos quais essa mudança ocorreu, mas a partir das ações do major em terras europeias, podemos perceber que sua situação financeira não era tão boa e que, acima de tudo, seu papel de diplomata não teria sido satisfatório.

Seguindo a lógica proposta anteriormente, Kretzschmar e Schaeffer iriam alocar os colonos para as colônias de "Leopoldina e Frankenthal, sobre os rios de Caravella e Viçosa"<sup>239</sup> no litoral brasileiro, porque já tinham enviado emigrantes para essa região<sup>240</sup> e

---

<sup>233</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>234</sup> *Idem*.

<sup>235</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op.Cit.* p.18.

<sup>236</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.*p.39.

<sup>237</sup> *Idem*.

<sup>238</sup> *Idem*, p.41.

<sup>239</sup> Localizadas na Bahia desde 1818.

o "Contrato de imigração para as colônias de Leopoldina e Frankental" descrevia todas os "pontos de convenção a respeito do estabelecimento dos colonos"<sup>241</sup>. Ele foi dividido em oito pontos que versam sobre os direitos do cidadão do Império, os subsídios destinados a eles, a relação de compra e venda das terras ganhas, o recebimento de grãos, a construção de casas, dentre outros assuntos que passaremos a tratar abaixo<sup>242</sup>.

O primeiro artigo designava todas as vantagens de emigrar para o Brasil. A primeira era a de que todo imigrante se transformaria, em tese, em cidadão do império brasileiro e gozaria de "todas as vantagens e os direitos gerais e especiais dos proprietários e possuidores livres" conforme as leis imperiais. A segunda vantagem era a de isenção de todos os "impostos públicos e de outras contribuições quaisquer" durante oito anos, para que o Império possa "assistir os recém-chegados de maneira benévola"<sup>243</sup>. A terceira seria a incorporação desses emigrantes nas colônias já estabelecidas desde 1818, Frankenthal e Leopoldina, no sul do Brasil, porque as "terras virgens" por muitas vezes tornava o cultivo "impraticável", ou seja, para o Império brasileiro a produção seria mais rápida em um solo que já comportou lavouras. Por fim, a quarta vantagem seria a assistência por parte de Schaeffer a todos os colonos que se estabeleceriam nessas duas colônias<sup>244</sup>.

As terras dos colonos e os edifícios eram parte preponderante do conteúdo do contrato. Com base no segundo artigo, os homens receberiam duzentas jugadas<sup>245</sup> de terras ou quatrocentas braças quadradas que não tivessem "serventia" aos proprietários locais e poderiam ser herdadas por seus descendentes. Os novos proprietários poderiam vender suas terras a "estranhos", ou seja, pessoas que não estavam na lista de imigrantes<sup>246</sup>. Tanto as casas dos colonos quanto os outros edifícios seriam construídos, segundo o terceiro artigo, pelos proprietários de terras que deveriam empregar pedreiros e carpinteiros para o empreendimento e essas casas seriam propriedades dos próprios colonos<sup>247</sup>.

Os colonos teriam que arcar com as despesas dos grãos. Segundo o artigo quarto, eles forneceriam as mudas e sementeiras de diversos gêneros, tais como café, fumo, açúcar, algodão, inhame, batatas, bananas, plantas oleagíneas, etc. O direito de pescar e

---

<sup>240</sup> Documentos da colonização alemã. p.4. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo\\_manuscritos\\_documentos\\_colonizacao\\_alema](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo_manuscritos_documentos_colonizacao_alema)

<sup>241</sup> *Idem.*

<sup>242</sup> *Idem.*

<sup>243</sup> *Idem.*

<sup>244</sup> *Idem.*

<sup>245</sup> Extensão de terra que uma junta de bois lavra em um dia.

<sup>246</sup> Documentos da colonização alemã. p.2. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo\\_manuscritos\\_documentos\\_colonizacao\\_alema](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo_manuscritos_documentos_colonizacao_alema)

<sup>247</sup> *Idem.*

caçar seriam assegurados e todos os distritos seriam comunais, mas os colonos poderiam criar cercas proporcionais ao número deles. Sendo assim, alguns deles seriam convocados para "ofícios especiais como a serraria de madeira, fabricação de carvão, de vidro e etc"<sup>248</sup>. Além dessas questões, os colonos poderiam manter minas de ouro e carvão que houvessem, contanto que pagassem o quinto ao Império.

O quinto artigo dizia respeito ao desenvolvimento dos colonos nos primeiros anos. Ao entender que os imigrantes não poderiam se desenvolver rapidamente, determinava que logo nos primeiros anos poderiam adquirir empréstimos de gados dos proprietários para a sua alimentação. Sendo assim, o Império deveria restituir aos colonos esses valores. Contudo, para que os proprietários não se prejudicassem por causa das suas inúmeras responsabilidades para com os colonos, estes levariam suas mercadorias para os engenhos e armazéns e imigrantes poderiam cobrar uma taxa de cinquenta por cento de todos os produtos, além de que se responsabilizariam pelo transporte, como versava o artigo sexto<sup>249</sup>.

Contudo, essa questão era regulamentada. Se for para "sustentar a vida", os colonos poderiam armazenar grãos gratuitamente. Além disso, o Império só pagaria o reembolso do valor de 50% do uso dos engenhos e armazéns aos proprietários depois de dez anos, na "esperança que seus fiéis súditos alemães, a expiração deste termo" prosperaria ao ponto de conseguir "uma condição de estabelecer os necessários engenhos as suas próprias custas"<sup>250</sup>. Mas para usufruir dessas benesses, os colonos deveriam ficar obrigatoriamente durante dois anos nessas terras e não poderiam ir embora para outro local<sup>251</sup>.

O sétimo artigo do contrato de imigração versava sobre a liderança religiosa. De fato, a colonização germânica era oficialmente protestante e Frederich Oswald Sauerbronn foi designado como "pastor protestante" e ele deveria receber o mesmo ordenado de um cura católico e se não fosse pago, os colonos deveriam fazer uma contribuição para chegar até o valor desejado<sup>252</sup>.

Por fim, o oitavo artigo deixava claras as obrigações dos colonos. Eles teriam que pagar "de seus próprios meios" as despesas de suas passagens, além de obedecer às ordens "que dizem respeito a moralidade e sobriedade". Também deveriam fazer jus à

---

<sup>248</sup> *Idem*, p.3

<sup>249</sup> *Idem*.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> *Idem*.

<sup>252</sup> *Idem*, pp.4-5.

fama dos alemães de "bons costumes, perseverança e obediência às autoridades públicas" e teriam que ter "plena devoção inviolável e inteira lealdade para sua Majestade Dom Pedro I, Imperador do Brasil, seu gracioso Pai e Monarca"<sup>253</sup>.

Os possíveis lucros com o transporte de imigrantes seriam através do preço das passagens pagas pelos próprios colonos. Os maiores de 12 anos deveriam pagar 35 escudos espanhóis "por cabeça", os de 6 a 12 anos, os 27 1/2 escudos e os de até os seis anos poderiam embarcar de forma gratuita<sup>254</sup>. Contudo, todas as passagens pagas pela metade ou as gratuidades seriam reembolsadas pelo Império brasileiro ao Major Schaeffer.

### *A viagem para o Brasil*

Após o recrutamento promovido pelo doutor Krestzschmar, os colonos partiram para o Brasil em oito embarcações entre janeiro de 1824 a março de 1825. O primeiro navio, de nome "Argus", chegou ao Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 1824 trazendo 150 soldados e 134 lavradores, além de 24 canhões. Ao contrário da imigração suíça, os navios dos germânicos não produziram relatos substanciais das viagens. Somente podemos reconstruir parte da trajetória do Navio "Argus" através de uma carta não datada do pastor Sauerbronn, remetida para seus familiares em 1824, com uma cópia preservada no arquivo da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo e uma missiva de Charlotte Hess, sua filha, escrita em 19 de dezembro de 1829, não temos relatos mais profundos da travessia dos outros navios.

O trajeto dos imigrantes deveria ser feito dos rios Mein e Reno passando até Amsterdam para embarcar no navio Holandês, Argos. Durante o caminho para a chegada a Holanda, dois colonos morreram afogados no rio Reno<sup>255</sup>. No dia primeiro de maio de 1823, todos os imigrantes desse navio já se encontravam em Amsterdam e zarparam no dia 24 de junho do mesmo ano. Contudo, antes de embarcar, o colono Henrique Dautt faleceu,

---

<sup>253</sup> *Idem*, p.5

<sup>254</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. Op. Cit.p. 32

<sup>255</sup> *Idem*, p.115.

deixando viúva e filhos que, mesmo diante do infortúnio, seguiram viagem para o Brasil<sup>256</sup>.

Os momentos difíceis foram os mais narrados nas duas cartas porque tanto Charlotte, quanto Sauerbronn deram ênfase nessa questão. Segundo o relato do pastor, depois de dezoito dias de viagem, o navio teve que voltar ao porto de Helder por causa do mastro médio que havia se quebrado. Teriam sido gastos mais doze dias até conseguir entrar novamente no canal da mancha e outra vez a tempestade os "obrigou a entrar no porto de Couse, na Inglaterra"<sup>257</sup>. Mais onze dias se passaram, receberam "novo estabelecimento" e a viagem continuou até as Ilhas canárias, gastando assim mais 54 dias, "com ventos desfavoráveis", até a Ilha de Tenerife, "a maior das Ilhas Canárias". Já Charlotte Hess escreveu que a viagem não teria sido como desejava, mas pelo menos não houve tantas perdas quanto nos outros navios, descrevendo também diversos casos de tempestade e ventos contrários durante a viagem<sup>258</sup>.

Outro momento de complicação da viagem e que só foi relatado pelo pastor Sauerbronn, foi a repentina chegada de um pirata e seu grupo no navio quando estavam em alto mar. Segundo o pastor, um dia antes de chegar até Tenerife, o navio foi abordado por uma embarcação pirata. Segundo Sauerbronn, ele estava acompanhado por "cem homens e 36 canhões a bordo"<sup>259</sup>. "A meio tiro de espingarda de distância", os homens da embarcação pirata carregavam seus fuzis e junto ao canhão "estava um homem pronto para abrir fogo"<sup>260</sup>, enquanto o pirata mandou abaixar as velas<sup>261</sup>. Depois que o homem e seu companheiro "vestidos de modo pitoresco"<sup>262</sup> viram os "rostos assustados de medo"<sup>263</sup>, perceberam que o navio só tinha colonos e então ofereceram "frutas, como: uvas, figos, laranjas, maçãs, como também vinho e aguardente"<sup>264</sup>. Após essa situação, o navio voltou a seguir viagem.

Como o navio *Argos*, com 24 canhões e 150 soldados, conseguiu sair pacificamente dessa situação? Não sabemos ao certo se todos os soldados estavam apresentados como tal, com uniforme e armamento. Também não sabemos se no convés do navio dos colonos havia tais armas. De qualquer forma, como as "instruções" dadas a

---

<sup>256</sup> *Idem.*

<sup>257</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta do Pastor Frederick Sauerbronn, p.1.

<sup>258</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta de Charlotte Hess, p.1.

<sup>259</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta do Pastor Frederick Sauerbronn, p.1.

<sup>260</sup> *Idem.*

<sup>261</sup> *Idem.*

<sup>262</sup> *Idem.*

<sup>263</sup> *Idem.*

<sup>264</sup> *Idem.*

Schaeffer já demonstravam o objetivo de trazer soldados disfarçados de colonos, o que explicaria essa conduta amistosa do pirata? Após chegarem até a Ilha da Madeira, os colonos souberam que este pirata havia capturado um navio mercante um dia antes<sup>265</sup>.

O acontecimento central nos dois relatos foi a morte do filho do Pastor Sauerbronn, Peter Leopold. Em Tenerife, receberam mantimentos e de lá, até às ilhas de Cabo verde, não encontraram "mais tempestades, mas sempre ventos contrários". Antes de chegar até Cabo verde, à meia noite e meia do dia 17 de novembro de 1823, veio à luz o filho do pastor Sauerbronn, Peter Leopold, um "garoto saudável"<sup>266</sup>. Segundo seu relato, "reinou a alegria geral nos camarotes" e, para comemorar, ele teria doado "36 garrafas de vinho de Tenerife"<sup>267</sup>. Porém, no dia seguinte "a uma hora e meia da tarde", a sua esposa veio a falecer e não "conseguiu ver o belo Brasil do qual sempre falava", pois "sempre após uma alegria exagerada, aparece a tristeza"<sup>268</sup>. Depois de ter passado por todos esses percalços, Sauerbronn relatou que os tripulantes não tiveram mais "acontecimentos especiais". Charlotte Hess também relatou o caso, dizendo que o "mais triste" foi ver Sauerbronn fazer a cerimônia fúnebre da própria esposa".<sup>269</sup>

A viagem teria transcorrido de forma mais tranquila, com "ventos fracos" e ancoraram no Rio de Janeiro, segundo o pastor, depois de "oito meses de viagem", no dia 13 de janeiro de 1824, com "mais pessoas abordos", porque embora tenham morrido duas pessoas, "houve 16 nascimentos"<sup>270</sup>. Logo depois chegou o navio *Caroline* que saiu de Hamburgo no dia 17 de dezembro de 1823 e chegou ao Rio de Janeiro no dia 13 de abril de 1824 trazendo 174 imigrantes e 51 soldados<sup>271</sup>.

Depois das duas primeiras expedições, Schaeffer tratou de começar a erigir novos empreendimentos, sob pressões do imperador, que necessitava de soldados para defender o novo império e houve um novo pedido dele, de enviar para o Brasil cerca de 3.000 soldados e, de acordo com os dados, o número de soldados que desembarcaram no Brasil é ínfimo em relação ao que foi prometido pelo major e acordado de forma oficial posteriormente, mas ele não tinha ainda o dinheiro suficiente para novos empreendimentos. Depois de levantar os recursos necessários, começou os preparativos para a próxima

---

<sup>265</sup> *Idem.*

<sup>266</sup> *Idem.*

<sup>267</sup> *Idem.*

<sup>268</sup> *Idem.*

<sup>269</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta de Charlotte Hess, p.1.

<sup>270</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta do Pastor Frederich Sauerbronn, pp.1-2.

<sup>271</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. Op. Cit.p.33



embarcação, o *Anna Louise*<sup>272</sup>, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 4 de junho de 1824, com 62 dias de viagem, com 206 soldados e 120 lavradores<sup>273</sup>.

Um mês e meio depois, anunciavam a partida de um novo navio, de nome *Germania*, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 14 de setembro de 1824 com 182 soldados, 70 lavradores, e outros (um doutor de nome Daniel Hillebrand, mulheres e crianças), somando 275 pessoas<sup>274</sup>. Neste navio, houve um motim no dia 3 de julho e cinco colonos foram fuzilados, sendo que dois se jogaram ao mar e um foi levado de volta a Europa por se aliar aos amotinados<sup>275</sup>. Souza não explica os motivos para tal motim, dificultando assim uma análise mais aprofundada sobre o mesmo.

Depois foi a vez do navio *Georg Friedrich* que no dia 30 de junho chegou ao Rio de Janeiro com 462 passageiros, entre eles soldados (330 homens), lavradores, um médico e quatro oficiais<sup>276</sup>. Schaeffer tinha muita estima pelos passageiros desse navio, pois todos eles pagaram as suas passagens<sup>277</sup>. Logo após saíram mais duas embarcações, o primeiro de nome *Peter e Marie* que chegou ao Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1824 com 206 soldados e 74 lavradores<sup>278</sup>. Dessa forma, podemos observar com clareza que o número de soldados foi se elevando de modo que Schaeffer vai tentando cumprir a sua parte no acordo a cada embarcação que chega ao Brasil.

Nessa expedição houve um obstáculo, pois o encarregado de negócios de Portugal em Hamburgo dificultou a partida da embarcação e esse pequeno problema foi facilmente contornado, mas de acordo com a correspondência endereçada a José Bonifácio, Schaeffer dar a entender que há tempos, forças de outras cortes andam maquinando contra ele, querendo informações sobre as embarcações e duvidando de suas intenções<sup>279</sup>.

O major Schaeffer queria enviar outro navio até fins de agosto ou início de setembro, de nome *Hebe*, no qual estariam 330 colonos e mais uma parte de suas dívidas que seriam entregues ao Banco do Brasil e só iria finalizá-las depois que a embarcação *Peter e Marie* fizesse mais uma viagem. De acordo com Souza, o navio *Hebe* seria a última embarcação que navegaria para o Brasil com os colonos e a importância que Schaeffer tanto queria. Mas, por motivos desconhecidos, o substituíram pelo *Kranich*, que chegou ao

---

<sup>272</sup> *Idem*.

<sup>273</sup> MÜLLER, Armino L. 2003. Op. Cit. p. 20.

<sup>274</sup> *Idem*.

<sup>275</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. Op. Cit. p. 35.

<sup>276</sup> *Idem*, p.20.

<sup>277</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>278</sup> MÜLLER, Armino L. 2003. Op. Cit. p. 20.

<sup>279</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. Op. Cit. p. 38.

Rio de Janeiro em janeiro de 1825 com 77 soldados e 282 lavradores<sup>280</sup>.

Sobre os cálculos dos imigrantes, Souza nos dá um número total dos que chegaram ao Rio de Janeiro até a vinda do navio *Kranich*:

Antes indicaremos, com mais probabilidade de acerto, o total de alemães, tanto da primeira classe, quanto da segunda, transportados nesses sete navios. Já vimos que nas três primeiras galeras, chegaram 830 alemães. Nas outras quatro, vieram: *Germania*, 277; *Jorge Frederico*, 463; *Pedro e Maria*, 269 e no *Kranich*, 268, no total de 1.277 que, somados a 830, perfazem 2.107 alemães dos quais deixaram a Alemanha e, em 1824, chegaram ao Brasil. Deste total, concluímos de um cálculo baseado no número de soldados, quando declarado, que 1.300 Alemães foram engajados no exército e 800 enviados para as colônias<sup>281</sup>.

Os dados exatos sobre a imigração não são precisos, pois Souza analisa os relatórios de Schaeffer e os compara com os dados do *Diário Fluminense*, creditando veracidade ao segundo. Já Müller não cita as referências de onde tirou todos os dados que fornece em seu livro. Ambos não utilizam critérios para distinguir quais são da primeira classe de imigrantes, quais são da segunda e quais são os caracterizados como “outros”. Assim, não sabemos ao certo se realmente eram soldados, podendo ser mercenários, deportados, trabalhadores “transformados em soldados”, ou seja, não podem ser categorizados como somente soldados profissionais. Da mesma forma, a segunda classe tida como “colonos” não era homogênea, mas composta por artesãos, camponeses e diversos trabalhadores enquanto os chamados “outros” ora são designados como médicos, mulheres e crianças e ora são mencionados como criminosos ou degredados.

Souza acredita que no navio *Kranich* desembarcaram no Brasil alguns “criminosos” de Mecklemburg. Mas, de acordo com Dreher, que usa uma forte documentação sobre essa questão, desde a embarcação *Georg Friedrich* teriam emigrados pelo menos 30 detentos. Sobre os criminosos ou degredados de Mecklemburgo, é necessário entender que, pela burocracia em torno do processo de imigração nesta etapa (o emigrante tinha que provar não ter dívidas, ter pagado seus impostos, ter pagado uma taxa de 10% sobre seus bens, além de requerer licença para emigração, acompanhada de documento expedido pelo Estado destinatário, assegurando concessão de cidadania e de declaração própria do emigrante, renunciando à cidadania antiga), dessa forma, era mais fácil a Schaeffer mandar para o Brasil os “vagabundos” e “desocupados”, e ele teria

<sup>280</sup> *Idem*, p.80.

<sup>281</sup> *Idem*, p. 48.

prometido isso a corte de Hamburgo.<sup>282</sup>

A questão dos apenados enviados para o Brasil de 1824 a 1825 deve ser entendida como uma prática comum das cortes europeias, como as deportações que desde 1801 eram feitas pelas cortes germânicas aos países baixos. Em 1817, foi criada a Casa de Trabalho Rural, no Grão-Ducado de Mecklemburgo, em um antigo palácio-residencial com o nome de Casa de Trabalho Rural de Güstrow, que era destinada a receber pessoas classificadas como: mendigos e vagantes (também suas famílias) de ambos os sexos que não podiam ser extraditados por não existir Estado responsável por eles, pessoas súditas do Grão-Ducado, em relação ao qual nenhuma autoridade tinha compromisso com eles além do rei e mendigos e vagantes do território que, após diversas tentativas de autoridades locais, não haviam se afastado da mendicância, da vagância e da ociosidade, necessitando de medidas mais drásticas para “corrigirem” seu “modo de vida”.<sup>283</sup>

Os chamados “vagabundos” eram aqueles que exerciam trabalhos considerados inúteis, ociosos, atividades proibidas ou perigosas. Eles não estavam providos da necessária documentação para trabalhar e buscavam a sobrevivência no território em trabalhos que geravam renda insuficiente como condutores de ursos, apresentadores de marionetes, funâmbulos e músicos. A detenção era por tempo determinado, até que o apenado conseguisse trabalho ou que tivesse convicção de que teria que “se alimentar de maneira digna”.<sup>284</sup>

A Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural, formada por Conde Von der Osten-Sacken, Major Von Oertzen e o Conselheiro da Corte Trotsche, começou a negociar a deportação de criminosos para a Holanda, mas sem sucesso. As negociações com o Brasil começaram a partir dos contatos que Schaeffer fez a outro major, Von Reich, para auxiliá-lo a encontrar soldados para o Brasil e que, por sua vez, só poderia encontrar tais homens dentre os detentos de Güstrow.<sup>285</sup> De fato, para as cortes germânicas seria mais vantajoso deportar os seus detentos do que soldados, dado que nesta época a Europa estava se reorganizando geograficamente e militarmente por conta do fim do império Napoleônico.

Pelos dados fornecidos por Dreher, podemos ter uma dimensão do perfil desses degredados no que tange a sua formação ou trabalho. É interessante notar que, muitos desses “criminosos” eram soldados desertores, o que pode ter chamado a atenção de

---

<sup>282</sup> DREHER, Martin. Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 21.

<sup>283</sup> *Idem*, p.22.

<sup>284</sup> *Idem*.

<sup>285</sup> *Idem*, p. 23.

Schaeffer para a formação de milícias e os utilizando como mercenários. Da mesma forma, há nos dados de Dreher diversos colonos com profissões diversas e muitos, talvez, tivessem aprendido um ofício na própria Casa de Trabalho Rural.

No dia 12 de maio de 1824, o Grão-Ducado de Mecklemburg assinou uma Ordem de Gabinete que autorizava a emigração dos detentos da Casa de Trabalho para o Brasil, desde que o fizesse “livremente”. Os emigrantes seriam transportados por terra para Boizenburg e, a partir daí, por via fluvial, até Hamburgo. Schaeffer prometeu diversas vantagens para quem quisesse emigrar para o Brasil: o governo assumiria os custos com o transporte, alimentação e tratamento médico; quem fosse servir no serviço militar por seis anos, receberia seu soldo em moeda sonante; todos os colonos ganhariam 200 “geiras” de terra e caso tivesse mais de três crianças receberia o pedaço de terra proporcionalmente maior, além de receber uma casa do tamanho correspondente ao da família, também o inventário, sementes e víveres por 18 meses<sup>286</sup>. Diante de tantas vantagens, não é difícil concluir que, para os detentos, seria vantajosa tal emigração.

Depois da chegada em Schwartow, cidade próxima a Boizenburg, os colonos receberiam nova vestimenta paga pelo governo brasileiro providenciada pelo Conselho de Legação de Mecklemburg. No relatório de Schaeffer, constam detalhes das roupas endereçadas para os colonos, chamadas de “roupas brasileiras” e consistiam em um casacão cinza, casaco de linho branco, pantalonas, uma camisa e um par de botas. Dessa forma, só poderíamos distinguir quais eram soldados e quais eram colonos, mediante os dados da emigração fornecidos por Dreher.<sup>287</sup>

De forma não muito precisa, pois não sabemos ao certo se os que trabalhavam como soldados ou mercenários continuavam com o seu emprego no Brasil e quantos colonos se transformavam em militares, podemos utilizar as “folhas 34 a 42” da documentação fornecida por Dreher em seu livro, no qual aponta a lista de todos os detentos da Casa de Trabalho. Assim, podemos concluir que, dez dos 133 colonos eram soldados (aí incluindo cinco deles desincorporados, dois suboficiais também na mesma situação e três marinheiros), 72 colonos tinham profissões das mais diversas (diaristas, tecelãs, moços de recados, servos, caseiros, padeiros, pedreiros, sapateiros, carnicheiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros, alfaiates e tanoeiros). Um fato importante com relação ao grupo que estava na lista é a presença de um cirurgião dentre aqueles que tinham alguma profissão. Dessa forma, podemos deduzir que não só os detentos eram enviados,

---

<sup>286</sup> *Idem* p. 25.

<sup>287</sup> *Idem* p. 58.

mas alguns funcionários da Casa também, de modo que não há com essa documentação, distinguir quais são os que trabalhavam e quais são os detentos, tendo uma evidência da inconsistência de tais dados.<sup>288</sup>

De acordo com as informações fornecidas por Dreher, estavam na lista para o Brasil 77 homens, 23 mulheres (algumas com profissão e outras não) e 33 crianças.<sup>289</sup> De fato, no relatório da Casa de Correção Rural do dia 22 de junho de 1824 ao Grão-Duque de Mecklemburg, somente 30 das 133 pessoas puderam ser embarcadas, pois Schaeffer deveria fazer uma seleção antes e não sabemos quais eram os seus critérios, embora na missiva endereçada ao Grão-Duque de Mecklemburg-Schwerin no dia 21 de dezembro de 1824<sup>290</sup>, diz com clareza que Schaefer não quis embarcar diversos emigrantes por serem muito velhos.<sup>291</sup> Em outro relato, porém, diz que o navio Georg Frederich saiu com 150 Mecklemburgueses, mas não dá a entender quantos eram da Casa de Trabalho.<sup>292</sup>

Segundo Santana, de uma forma geral, a imigração para o Brasil no período de 1824 era composta de imigrantes vindos das cortes Germânicas, de comunidades mais ou menos auto-suficientes e resistentes a influências externas ao grupo. Pertenciam a um modelo patriarcal e mentalidade tradicionalista, dado que estavam em áreas bem isoladas da Europa e aqui no Brasil, estas tendências se acentuariam<sup>293</sup>.

Após investigar o processo de imigração tanto suíça quanto germânica, passaremos a analisar o assentamento dessas duas levas de imigrantes na vila de São João Batista de Nova Friburgo. Iremos, portanto, examinar a chegada dos colonos no Rio de Janeiro, a viagem até a vila, o assentamento desses imigrantes nos lotes coloniais e o a relação entre os colonos. Além disso, iremos refletir sobre os aspectos religiosos dos imigrantes, bem como os conflitos religiosos derivados desses processos imigratórios.

---

<sup>288</sup> *Idem*, p. 46-50.

<sup>289</sup> DREHER, Martin. *Degredados Op.Cit.* p. 50.

<sup>290</sup> *Idem*, p. 103.

<sup>291</sup> *Idem*, p. 52.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>293</sup> SANTANA, De Carlos Maria Nara. *Colonização Alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. In: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 237.

## CAPÍTULO 2

### Os assentamentos suíços e germânicos e os conflitos religiosos

#### 2.1. Os sertões do leste fluminense

O que comumente se tem chamado por “Vale do Paraíba”, o espaço em que se localizam as terras banhadas pelo Rio do Paraíba do Sul e que compreende parte do leste do estado de São Paulo e do oeste do Rio de Janeiro, pode ser considerado socialmente construído e que, portanto, varia no tempo. Por essa razão, o seu espaço deve ser compreendido não somente como uma base territorial, mas sobretudo como fruto de relações que foram estabelecidas e vivenciadas pelos agentes que interagiam ali<sup>294</sup>.

Até o século XVIII, os “Sertões do Leste” ou “Sertões do Macacu”, como era chamado uma parte do Vale do Paraíba, era uma região que envolvia a zona da Mata Mineira e o centro-norte do Estado do Rio de Janeiro e considerada proibida, pois assim evitaria o contrabando de ouro por essas terras<sup>295</sup>. Segundo Mayer, era comum no século XVIII a proibição de zonas que se ligariam com Minas Gerais, a fim de conter o contrabando de ouro e conseguir o pagamento do quinto<sup>296</sup>.

Composta pelas áreas que hoje inclui os atuais municípios de Teresópolis, Sapucaia, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Carmo, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Itaocara, São Fidélis, Três Rios, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e parte de Petrópolis. Era o lar dos chamados “índios brabos”<sup>297</sup> e de alguns quilombos<sup>298</sup>.

A partir de 1770, essa região foi penetrada e escassamente povoada pelas incursões de um contrabandista de ouro alcunhado de “Mão de luva”, que teria fundado um

---

<sup>294</sup> MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica Imperial p. 295. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf)

<sup>295</sup> MAYER, J. M. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. p 100.

<sup>296</sup> *Idem*.

<sup>297</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>298</sup> *Idem*, p. 112.

arraial, atraindo a vinda de diversos aventureiros e faiscadores mineiros pelo vale de Macacu. A partir de 1786, com a prisão de “Mão de Luva”, a escassez de ouro, além do desinteresse do governo de Minas Gerais<sup>299</sup> pelas terras, a região do entorno foi ocupada com a distribuição de sesmarias a todos que possuíssem 12 ou mais escravos e quisessem garimpar ou plantar<sup>300</sup>.

Como parte da política de imigração de Dom João VI, voltada para a interiorização e consolidação do território brasileiro, foi autorizado o estabelecimento de uma colônia nessa região, por um decreto em 1818, comportando cerca de 100 famílias agrícolas e um número suficiente de carpinteiros, curtidores, tecelões, marceneiros e pedreiros que vieram por uma companhia de Emigração dos cantões de Friburg, na Suíça. Os gastos com a viagem seriam ressarcidos e os imigrantes teriam abrigo, cuidados médicos, 160 réis diários no primeiro ano e 80 no segundo, sementes, animais, ferramentas e lotes de terra<sup>301</sup>.

Para a execução desse projeto, foi comprada a fazenda do Morro Queimado, que pertencia ao Distrito de Cantagalo. Era composta por quatro sesmarias, totalizando duas léguas de testada por três fundos, e foi adquirida por vinte vezes o seu valor. A partir daí, foram edificadas 100 casas provisórias, pontes, ruas, estradas, a casa do inspetor, depósito de víveres e utensílios, moinhos, fornos, enfermaria, botica e quartel de polícia. Com a primeira légua, foram demarcados 120 lotes. A metade da outra légua destinou-se à criação da vila de Nova Friburgo e na outra metade foi construída a fazenda São João do Ribeirão, que permaneceu sob o proveito da coroa<sup>302</sup>.

A região escolhida para a montagem da colônia que viria a ser a futura Vila de Nova Friburgo tinha características físicas consideradas dificultosas para a ereção desse empreendimento: o relevo montanhoso coberto por florestas, além do clima frio o qual não favoreceria o cultivo de café. Localiza-se em uma cadeia de serras com vales fragmentados integrando a chamada “Serra do mar”. Essa região viria a ser um ponto importante para a transposição da serra rumo a Cantagalo e a Minas Gerais<sup>303</sup>.

Além da morfologia, a região estava bem provida de águas que orientariam a direção do povoamento. Das quais a micro-bacia do rio Bengalas, formada pela junção dos rios Cônego e Santo Antônio; a bacia do Rio Grande como um dos maiores afluentes do

---

<sup>299</sup> *Idem.*

<sup>300</sup> FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. *In: I Simpósio de Cartografia Histórica, 2011.* Paraty, p. 14.

<sup>301</sup> *Idem.*

<sup>302</sup> *Idem.*

<sup>303</sup> MAYER, J. M. Op. *Cit.p.* 118.

Paraíba e nasce a oeste de Nova Friburgo, formam diversos riachos. Além dessas, há a Bacia do Macaé que nasce no atual distrito de Lumiar e recebe afluentes entre os quais o Rio das Flores, o Boa Esperança e o Bonito que deságua no Oceano Atlântico<sup>304</sup>.

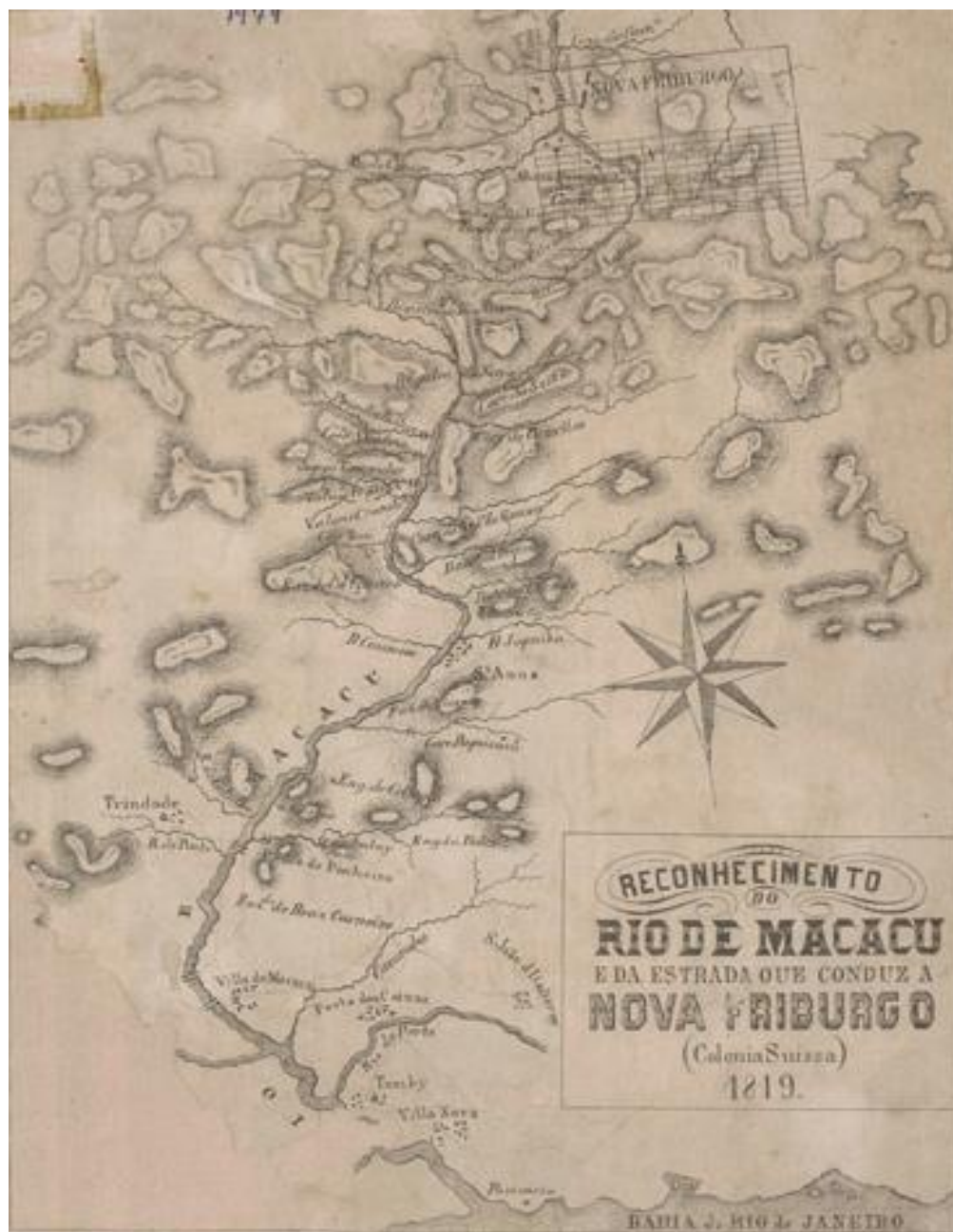
No mapa a seguir, que mostra a região na qual a Vila de Nova Friburgo foi criada, podemos perceber a demarcação dos lotes coloniais e como estes foram feitos de forma arbitrária. A distribuição das terras coloniais foi realizada por sorteio e boas partes dos imigrantes não tiveram acesso a um terreno com a qualidade necessária para o plantio de café. A partir do mapa, portanto, podemos observar a trajetória da viagem dos imigrantes pelo rio Macacu até a chegada no espaço dos lotes coloniais.

---

<sup>304</sup> MAYER, J. M. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. p. 120.



**Mapa 1 – Reconhecimento do rio Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo (colônia suíça) – 1819**



FONTE: Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart524755/cart524755.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524755/cart524755.jpg)

Nova Friburgo começou a ser edificada dentro de um contexto maior, o do Vale do Paraíba fluminense, em que a partir dos fins do século XVIII, segundo Muaze, foi se transformando de uma região com grandes quantidades de matas virgens ou parcamente

povoadas, territórios de tribos diversas, em imensos e modernos cafezais, passando de lugar pouco explorado a centro econômico do império<sup>305</sup>.

A partir de 1814, Cantagalo passou de distrito para vila e, mais adiante, em 1820, é a vez de Nova Friburgo ser transformada em Vila, ganhando autonomia em relação à Cantagalo. Ou seja, antes de 1820, Nova Friburgo pertencia à Cantagalo e um ano após a instalação dos imigrantes suíços, obteve sua autonomia<sup>306</sup>. Para Fridman, a vila é uma unidade administrativa que articulava a produção, a circulação e o consumo a partir de estradas que ligavam distantes localidades a partir da integração das oligarquias. Dessa forma, as vilas seriam núcleos urbanos baseados em rede de centros com uma unidade política e econômica que influenciaria e controlaria assim o processo de urbanização<sup>307</sup>.

Para a autora, a política e a administração no Brasil do século XIX eram voltadas para a relação entre centro e periferia; ou seja, há uma articulação entre as políticas administrativas do centro e a maior ou menor autonomia das vilas no que tange a essas duas questões. O Brasil era dividido em províncias que eram administradas por um presidente nomeado pelo Imperador. Porém, este não era a única autoridade, pois as câmaras de vereadores ficavam responsáveis pelo governo econômico e político da determinada região, embora a hegemonia do campo político estava circunscrita aos interesses dos grandes proprietários rurais.<sup>308</sup>

A Lei 276 de 5 de fevereiro de 1826 ordenou o estabelecimento de um núcleo colonial em cada município da província do Rio de Janeiro e a Lei Provincial 226 de 30 de maio de 1840 discorria sobre a organização de colônias agrícolas e “industriosas”, através de contrato com empresários ou companhias sob diversas condições, tais como: a garantia de terras próximas às cidades, vilas ou povoados aos colonos, quatro anos de isenção de foro e de pagamento de qualquer serviço público, isenção de 10 anos de impostos provinciais, não seriam admitidos escravos, entre outras disposições.<sup>309</sup>

Na vila de São João Batista essas alterações não ocorreram. Até o momento, não encontrei qualquer tipo de documentação oficial que demonstre que essas leis tiveram efeito no espaço em questão. Na Câmara dos vereadores<sup>310</sup>, nos documentos do Cartório do

---

<sup>305</sup> MUAZE, Mariana. Op. Cit. p.297

<sup>306</sup> FRIDMAN, Fania. Op. Cit. p. 14.

<sup>307</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>308</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>309</sup> *Idem*, p.13.

<sup>310</sup> Atas da Câmara dos vereadores da Vila de São João Batista de Nova Friburgo volumes I, II e III.  
Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

segundo ofício<sup>311</sup> e nos outros documentos oficiais locais<sup>312</sup> que abrangem de 1826 a 1850 não encontrei novas colonizações, novas terras para os imigrantes e a compra de escravos acontecia sem sofrer alterações.

Com o ato adicional de 1834, os conselhos gerais das províncias se transformaram em Assembleias legislativas provinciais e assim conseguiram uma maior autonomia mesmo que relativa, pois poderiam a partir daquele ano deliberar sobre a divisão civil, eclesiástica e judiciária das províncias e mudar as suas capitais sem consultar outras instâncias<sup>313</sup>. O processo de expansão territorial não se limitava a algumas áreas nas terras fluminenses, mas cobria todo o território da província, uma vez que se articulava em torno da produção cafeeira, mas tendo um ritmo próprio de relações comerciais locais, ou seja, um mercado regional fundamentado através da divisão de trabalho e das economias de escala.<sup>314</sup>

A vila de São João Batista de Nova Friburgo estava imersa nesse processo de expansão territorial. A economia era exercida com diversificação de gêneros alimentícios produzidos em seu território servia de escoamento para o Rio de Janeiro de produtos produzidos na vila e do café de Cantagalo, como uma espécie de entreposto<sup>315</sup>. É nessa região que os imigrantes seriam instalados. A partir dos próximos itens, passarei a analisar o processo de ocupação da colônia iniciando pela chegada dos suíços, em 1819, e depois pela instalação dos germânicos, a partir de 1824.

## **2.2. Da chegada dos suíços ao Rio de Janeiro à ida para Nova Friburgo**

Os navios com 261 famílias suíças, ou seja, 161 a mais do que o combinado, chegaram ao Rio de Janeiro entre novembro e dezembro de 1819. Dessas, cerca de 190 eram famílias calvinistas, contrariando o contrato de imigração. Muitos imigrantes estavam exauridos e 20% morreram na travessia<sup>316</sup>.

Assim que chegaram todos os navios ao porto do Rio de Janeiro, as diferenças

---

<sup>311</sup> Documentos do Cartório do Segundo ofício de Nova Friburgo. Livro de Notas I a 9.

<sup>312</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo" . Cx 1,2,3 e 4.

<sup>313</sup> FRIDMAN, Fania. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: MAYER, M.J. ARAÚJO, R. J. (orgs). *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Editora Ao Livro técnico: Rio de Janeiro, 2003. p.29.

<sup>316</sup> LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: MAYER, M.J. ARAÚJO, R. J. (orgs). *Op. Cit.* p. 30.

entre a antiga pátria e o Brasil ficaram evidentes. Se por um lado, Joseph Heche observou que "quando na Suíça quase tudo fica congelado, sente-se aqui o odor das flores mais lindas e cheirosas"<sup>317</sup>. Por outro, a primeira impressão relatada por Jacob Joye foi a de que "os arredores são mais bonitos que a cidade", "o calçamento é detestável, as casas bastantes mal construídas" e "e na maior parte elas não tem, senão, um andar"<sup>318</sup>.

O estranhamento se deu pelas diferenças nas características topográficas e sociais. Embora Joye tenha sofrido um choque cultural por causa dos negros cativos ao observar que "durante o dia não vimos se não negros, eles fazem todo o trabalho" e "a maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível, tanto que não podia esperar para o momento de voltar a bordo"<sup>319</sup>, Joseph Heche se fixou nas "árvores ornamentadas de flores inigualáveis" e na possibilidade de "se vestir com roupas bem leves", ao contrário das roupas grossas da Europa<sup>320</sup>.

Depois da chegada de todos os navios, os colonos foram recepcionados pelo próprio Dom Pedro I. Segundo Heche, "este estava sentado num grande salão ao lado da esposa, a princesa austríaca e seus dois príncipes, ainda rodeado de ministros"<sup>321</sup> e depois do beija-mão, todos voltaram a bordo para comer uma "sopa de toucinho e vagem"<sup>322</sup>. Como liderança espiritual dos colonos, monsenhor Joye assistiu à missa na "Capela do Rei" a convite de um dos ministros e depois conseguiu uma audiência com o Imperador no Palácio Real na qual ele o saudou "com três profundas reverências, de distância em distância" e depois de lhe ter beijado a mão "segundo os costumes portugueses", conversaram<sup>323</sup> durante 25 minutos sobre a viagem e a situação física e moral dos imigrantes<sup>324</sup>.

Após a recepção feita por Dom Pedro e sua corte, os imigrantes se prepararam para subir a serra. Da capital até Nova Friburgo, percorreriam 120 km de subidas e estradas precárias<sup>325</sup>. O cenário era o de montanhas elevadas e rochosas, vales estreitos e sinuosos, com um clima fresco e úmido que completaria a paisagem montanhosa<sup>326</sup>. A viagem foi

---

<sup>317</sup> MÜLLER, Armino. *Op. Cit.*, 2009. p.59.

<sup>318</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.26.

<sup>319</sup> *Idem*, p.27.

<sup>320</sup> MÜLLER, Armino. *Op. Cit.*, 2009. p.60.

<sup>321</sup> *Idem*, p.61.

<sup>322</sup> *Idem*.

<sup>323</sup> Joye falava francês.

<sup>324</sup> Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye). p.28.

<sup>325</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.*p.175.

<sup>326</sup> *Idem*.

dividida em oito etapas, quatro por terra e mais quatro por água, em pequenos barcos. Depois da repartição de víveres (frutas, carne e vinho), começaram a marchar para os chamados "Sertões do leste"<sup>327</sup>.

Em um documento datado de 1819 com o nome "Providencias para a jornada da Colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até a Nova Friburgo em Morro Queimado no Distrito da Vila de São Pedro de Cantagalo; dadas em consequência das ordens de Sua Majestade", escrito por Monsenhor Miranda, continha todas as providencias que deveriam ser tomadas pelas autoridades brasileiras após a chegada dos colonos. A proposta era a de assim que eles chegassem ao porto, "fossem socorridos de víveres e em todas as necessidades" até chegarem ao seu destino<sup>328</sup>. Eles deveriam comer pão ou biscoitos com carne fresca temperada com sal e, após estiverem com os víveres de dois dias em mãos, partiriam para a Vila de Macacu<sup>329</sup>, onde descansariam por cinco dias<sup>330</sup>.

A Vila de Macacu seria uma espécie de parada para o descanso dos colonos. Nela aqueles que estivessem sem condições de prosseguir por causa de alguma doença ou cansaço, poderiam ficar mais alguns dias com direito a presença de familiares até poderem se recuperar<sup>331</sup>. Depois de sair da Vila de Macacu, os colonos receberiam víveres por mais um dia até chegar "na fazenda do Coronel Ferreira", na qual ficariam a noite, ganhariam os víveres e retornariam para o trajeto<sup>332</sup>. Porém, essa viagem deveria ser feita com "bestas para transportar as bagagens dos colonos" e aqueles que estiverem descansados e sadios, deveriam fazer o campinho a pé<sup>333</sup>.

As "providencias" foram planejadas de modo que o trajeto levasse dez dias. Sendo dois dias "de bordo dos navios até Macacu pelo Rio acima", cinco em "demora em Macacu", mais dois "de Macacu até a fazenda do Coronel Ferreira" e um "do Coronel Ferreira a Morro-queimado"<sup>334</sup>. Esse documento não foi criado especificamente para esses colonos, mas formaria uma espécie de procedimento padrão pelo qual as futuras levas de colonos suíços poderiam se guiar.

---

<sup>327</sup> *Idem*, p.170.

<sup>328</sup> Providencias para a jornada da Colonia Suissa desde o Pôrto do Rio de Janeiro até á Nova Friburgo. Disponível em: [http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01274400/012744\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01274400/012744_COMPLETO.pdf). p. 5.

<sup>329</sup> Atual cidade de Cachoeiras de Macacu.

<sup>330</sup> Providencias para a jornada da Colonia Suissa desde o Pôrto do Rio de Janeiro até á Nova Friburgo. Disponível em: [http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01274400/012744\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01274400/012744_COMPLETO.pdf). p. 5.

<sup>331</sup> *Idem*.

<sup>332</sup> *Idem*.

<sup>333</sup> *Idem*.

<sup>334</sup> *Idem*, p. 7.

Para entendermos de forma mais clara como se deu a viagem pelos sertões do leste, analisaremos as experiências de Joseph Heche narradas em seus diários. Depois de terem ficado três dias no Rio de Janeiro, os imigrantes subiram os sertões através "de um rio" até uma cidade chamada Macacu<sup>335</sup>, onde foram para o Mosteiro de São Boaventura, no qual fora "montado um hospital para os suíços que chegaram doentes"<sup>336</sup>. Heche em seus relatos observou que os colonos saudáveis tiveram que "se contentar com uns catres bem ruins, que não se pareciam com camas normais, nem com colchões de palha"<sup>337</sup>.

Heche também assinalou a hospitalidade do mosteiro. Pela manhã "cozinham carne para nós" e uma mulher, "apesar de seu corpo ser muito preto", "mostrou ser amável conosco" e ela acabou servindo-os com "batatas e raízes de mandioca e ainda teve a bondade de nos ensinar como assá-las"<sup>338</sup>. No mesmo dia, os colonos tiveram que ir até o mosteiro para participar da missa e "um padre, indo e vindo no altar, com dois coroinhas negros, deu-nos a benção de que poderíamos precisar"<sup>339</sup>. De fato, antes de partir, o hospital improvisado ficou repleto de doentes de diversos navios, tendo o padre Abbey, "movido por amor a essas pobres pessoas", considerado como seu dever "ficar em companhia delas, para confortá-las"<sup>340</sup>.

Cumprindo as "providencias", os colonos tiveram que partir no dia seguinte pela manhã. Segundo Heche, "desse ponto em diante não era mais possível navegar a viagem deveria ser feita por terra" e, por isso, "cerca de 30 carroças nos esperavam ali, com animais fortes e rápidos, justamente como é na Suíça, mas com uma junta de seis bois"<sup>341</sup>. Enquanto as mulheres e crianças ficaram para trás nas carroças, os homens seguiram na frente, embora logo se juntassem ao longo do caminho<sup>342</sup>.

Os colonos chegaram a Fazenda do Coronel Ferreira no dia 24 de dezembro de 1819, "na véspera da festa do Natal do Nosso Senhor". Lá eles se alimentaram, receberam o "querido vinho" e depois foram dormir "sobre esteira de palha", acordando depois do meio dia para "festejar, com alegria e gratidão, conforme o costume católico, a data maior da humanidade"<sup>343</sup>. Porém, depois de assistir à missa, os colonos se puseram a caminho "no dia santo" e, "ao cair da noite", chegaram a um engenho de açúcar, "onde foi feita a

<sup>335</sup> Também conhecida como Santo Antônio de Sá. Não é a cidade de Cachoeiras de Macacu.

<sup>336</sup> MÜLLER, Armino. *Op. Cit.*, 2009. p.62.

<sup>337</sup> *Idem.*

<sup>338</sup> *Idem.*

<sup>339</sup> *Idem.*

<sup>340</sup> *Idem*, p.63.

<sup>341</sup> *Idem.*

<sup>342</sup> *Idem.*

<sup>343</sup> *Idem*, p.64.

chamada dos colonos por nome e sexo, antes de nos deixarem dormir"<sup>344</sup>.

Segundo o relato de Heche, a estadia no engenho foi péssima. "Por nossa vontade, teríamos partido dessa fábrica de açúcar na madrugada do dia seguinte, mas as mulas encomendadas ainda não estavam lá", relatou em seu diário. Não há mais no relato do colono sobre como foi a estadia no local, somente comentou os preparativos para chegar até o próximo local. As mulheres deveriam viajar em lombos de mulas, mas "não da maneira usual de montar, mas de cestos rasos, pendurados em ambos os lados, e que tinham dois buracos nos quais as crianças foram alojadas"<sup>345</sup>.

Do engenho até a estalagem na qual eles deveriam descansar, houve muitos percalços. Em terra firme, os colonos conseguiam andar por muito tempo, fazendo com que Heche os caracterizasse como "corajosos". Porém, quando viam um riacho que até "as mulas achavam muito ruim", eles tinham que enfrentar a pé. Heche relatou que mesmo os riachos tendo "pouca correnteza", eles davam a sensação de "medo" para atravessá-lo<sup>346</sup>. Depois de atravessar mais riachos e encontrar "um monte bem alto" que levou "quatro horas para subir", chegaram a uma "cabana toda moderna" com um galpão com "12 esteios de madeira, coberto de folhas de palmeira para proteger da chuva; totalmente aberto, sem parede em parte alguma"<sup>347</sup>.

Nesta estalagem, a noite também não foi tranquila. Heche relatou que os colonos tiveram "uma noite sem descanso" e não puderam se "cobrir e havia uma forte corrente de vento". Sendo assim, depois de uma tentativa frustrada de comer uma sopa porque no processo de cozimento a panela caiu no chão, os colonos partiram novamente pela manhã do dia seguinte com suprimentos de biscoitos e aguardente<sup>348</sup>. Depois de alguns percalços como muita lama na estrada, bem como passagem por florestas e montanhas, chegaram a "três propriedades rurais a uma hora de Nova Friburgo"<sup>349</sup>.

Quando chegaram nesse local, os colonos foram bem recebido pelos donos e por seus escravos. Eles lhes ofereceram "café preto com açúcar e outros alimentos doces" e, segundo Heche, "certamente ofereceriam tudo o que tinham em seus depósitos desde que nos entendessem" e "fortalecidos com a comida e encorajados pelo comportamento amigo dos agricultores brasileiros", chegaram "as duas horas na tarde de 27 de dezembro, dia de

---

<sup>344</sup> *Idem.*

<sup>345</sup> *Idem*, p.66.

<sup>346</sup> *Idem.*

<sup>347</sup> *Idem*, p.68.

<sup>348</sup> *Idem*, p.69.

<sup>349</sup> *Idem*, p.70.

São João Evangelista, na bela cidade, nova em folha, de Nova Friburgo"<sup>350</sup>.

Através dos relatos dos imigrantes podemos pensar que o trajeto do Rio de Janeiro até a vila de Nova Friburgo foi precário. Isso se deve, portanto, ao problema de gerenciamento da quantidade de imigrantes, além do caráter frágil dos projetos de imigração no século XIX já discutidos no capítulo 1. Não houve planejamento deste trajeto e os imigrantes ficaram em acomodações provisórias. Mesmo tendo provisões e não havendo significativas reclamações no que tange a alimentação, as acomodações foram alvos das críticas dos imigrantes.

Após a chegada na Vila, os aspectos externos a ela foram muito bem comentados pelos imigrantes. Joseph Heche assinalou que tinha "cem casas inteiramente novas, cada qual com quatro quartos e cobertas com telhas de cerâmica"<sup>351</sup> e Jacob Joye percebeu que "sua Majestade não havia construído barracas como no tratado, mas casas com quatro cômodos, porém sem cozinha"<sup>352</sup>. Porém, Joye assinalou que não havia a possibilidade de "fazer fogo" dentro da casa e Heche percebeu que as acomodações em seus interiores "deixaram a desejar"<sup>353</sup>.

O maior problema que os colonos tiveram que enfrentar foi a quantidade de indivíduos por casa. Segundo Laforet, utilizando a ideia de "família artificial", os imigrantes deveriam viver em número de 16 pessoas por casa, fazendo com que o pároco Jacob Joye escolhesse aqueles que viviam em harmonia para habitar a mesma casa<sup>354</sup>. Dessa forma, como chegaram 1.631 imigrantes em Nova Friburgo<sup>355</sup> e somente cem lotes coloniais estavam divididos de forma arbitrária, essa criação de "famílias artificiais" foi realizada para poder agrupá-los.

Segundo o relato de Joseph Heche, "em cada casa seria escolhido um pai de família ou chefe da casa" que teria como incumbência "receber os subsídios mensais ou alimentos, sementes, assim como o tão esperado gado", além de administrar a chave da casa que estaria "com o número gravado a fogo"<sup>356</sup>.

Todas as casas estavam sem móvel algum. Os colonos acabaram dormindo no chão no primeiro dia e nos dias seguintes, começaram a buscar madeira para criar os móveis dos quais necessitavam. Também havia muita dificuldade para conseguir criar os

---

<sup>350</sup> *Idem*, p.70.

<sup>351</sup> *Idem*.

<sup>352</sup> *Idem*, p.28.

<sup>353</sup> *Idem*, p.71.

<sup>354</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.49.

<sup>355</sup> NICOLIN, Martin. *Op. Cit.* p. 173.

<sup>356</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.*, 2009. p.71.



móveis, pois só existiam 3 machados na Vila e estavam esperando chegar o carregamento com mais utensílios para todos os colonos<sup>357</sup>. Passados dois dias na Vila, festejaram o novo ano com votos de felicitações, conversando e contando "suas próprias epopéias", porém, chegaram ao fim de 1819 ainda sem o sorteio dos lotes coloniais e dormindo em algumas casas que compunham a Vila<sup>358</sup>.

Nessa situação conturbada, os colonos ficaram por cinco meses. Após esse período, chegaram as malas e caixas onde estavam as roupas, utensílios agrícolas, instrumentos de construção e ferramentas manuais. Depois da distribuição dos lotes, cada colono ficou com um terreno que, segundo Heche, daria "uma hora de caminhada de comprimento e meia hora de largura"<sup>359</sup>. Segundo o próprio colono, muitos desses terrenos tinham água potável e madeira em abundância, porém, tiveram ainda "quase meio ano de confusão, enquanto construíamos estradas e caminhos"<sup>360</sup>.

Por causa da arbitrariedade da delimitação dos lotes coloniais, muitos colonos ficaram prejudicados. Alguns acabaram recebendo terras inférteis e montanhosas que dificultavam muito o cultivo. Contudo, não foi somente a questão da demarcação das terras o problema principal ocorrido nos primórdios da organização da vila. Diversos outros, tais como a subalimentação, os preços altos dos alimentos, a exaustão dadas as longas viagens até os lotes, doenças e etc. Nos primeiros seis meses, segundo o diário do colono Joseph Heche, teriam falecido cerca de 130 suíços em Nova Friburgo<sup>361</sup>.

A tônica das descrições dos imigrantes sobre o terreno e a vila em si era a precariedade da estrutura. A distância entre os terrenos era grande, a seleção dos mesmos foi feita de forma arbitrária, a ideia de "família artificial" aglomerou um grupo grande de pessoas sob o mesmo teto e a falta de utensílios gerou a demora na construção de móveis e da própria produção. Além disso, as terras não eram férteis e a demora para o deslocamento entre um terreno e outro dificultou a comunicação e interação na vila. Foi necessária a construção de uma estrutura administrativa.

Para supervisionar os assuntos relativos à imigração Suíça, foi nomeado o inspetor Monsenhor Miranda. Magistrado e religioso, Doutor pela Universidade de Coimbra e bacharel em Filosofia, foi substituto na cadeira de História eclesiástica pela mesma universidade e acólito da Igreja Patriarcal de Lisboa. Segundo Bon, ele serviu no

---

<sup>357</sup> *Idem*, p.72.

<sup>358</sup> *Idem*, p.73.

<sup>359</sup> *Idem*, p.75.

<sup>360</sup> *Idem*.

<sup>361</sup> *Idem*. p.42.

batalhão dos privilegiados, de Nossa Senhora de Oliveira, sendo promovido a Major em 1810. Também foi Desembargador do Paço e da Mesa da Consciência e chanceler-mor do Reino do Brasil em 1817, além de juiz conservador e deputado da junta de administração do tabaco em 1818. No Brasil, também em 1818, foi nomeado Inspetor da colonização estrangeira até 1821. Foi ministro do Supremo tribunal em 1818 e faleceu no Rio de Janeiro em 1839<sup>362</sup>. Foi o responsável pela compra da fazenda do Morro Queimado, que era pertencente a outro membro do clero, Monsenhor Lourenço de Almeida. Sobre essa questão, muitas críticas foram feitas a Monsenhor Miranda, por ter pago vinte vezes mais o valor das terras e omitido a infertilidade do Solo<sup>363</sup>.

Ao redor da Fazenda do Morro Queimado, havia outras terras ocupadas por fazendas com escravos, tais como: a de Águas Compridas, pertencentes a Lourenço Correia Dias; a Fazenda São José e a fazenda Córrego Dantas. Mayer entende que a Vila de Nova Friburgo teria o importante papel de ser uma espécie de “ponte” entre a Corte e o interior, já que estava situada na rota de Cantagalo<sup>364</sup>.

Acredito que a escolha da fazenda do Morro Queimado se deu por causa dessa localização entre a corte e o interior, na medida em que a produção gêneros alimentícios diversificados abasteceria tanto a Corte, quanto Cantagalo, criando uma economia de base dentro da produção do café.

### **2.3. A vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1824)**

Como vimos no capítulo um, a Fazenda do Morro Queimado antes da chegada dos imigrantes já tinha sido transformada em vila por decreto no dia 16 de maio de 1818. Doravante, houve a construção de estruturas administrativas, como a Câmara dos Vereadores, e a instalação de dirigentes políticos do Império em diferentes cargos locais, tais como: dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador do conselho, dois almotacéis, dois Offícios de Tabelião do público judicial e Notas<sup>365</sup>. Todos esses cargos eram ocupados por brasileiros e, portanto, católicos, o que demonstrava a hegemonia política daqueles que eram da Corte ou que tinham fazendas ao redor de da vila.

A administração da Vila era exercida por João Vieira de Carvalho que,

---

<sup>362</sup> BON, Henrique. *Op. Cit.* p.383

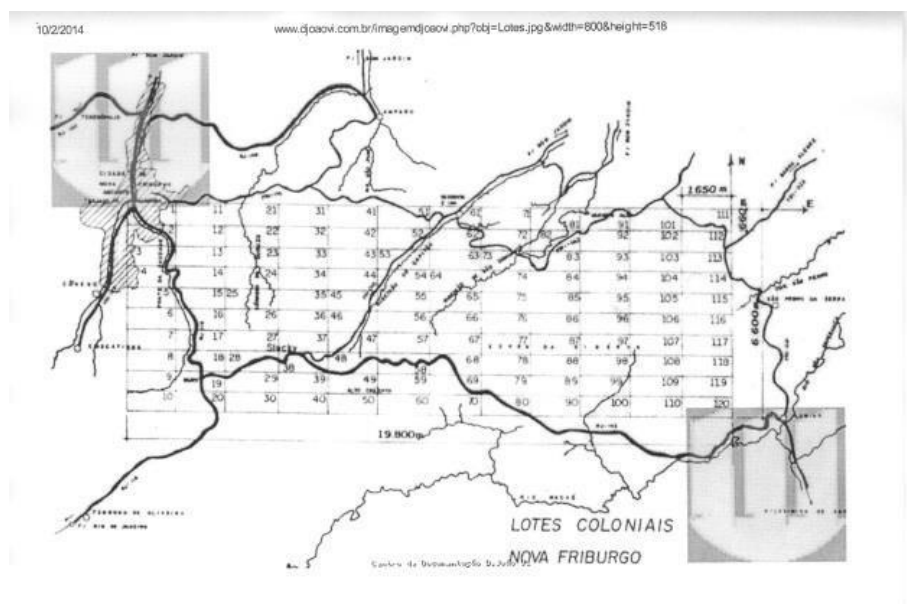
<sup>363</sup> MAYER, M.J. ARAÚJO, R. J. (orgs). *Op. Cit.* p.31.

<sup>364</sup> *Idem*, p.36.

<sup>365</sup> MÜLLER, Armindo. *Op. Cit.*p.41.

escolhido por Monsenhor Miranda, intervinha na sua organização e teve suas primeiras ações, segundo Meyer, destinadas ao controle e repressão dos imigrantes. O controle e repressão dos colonos teriam sido tão profundos que nos primeiros anos de atividade da Vila eram forçados a trabalhos na criação de obras públicas e não podiam se locomover para fora da Vila sem a autorização da Direção da mesma.<sup>366</sup>

### Mapa 2 - "Lotes coloniais". Vila de São João Batista de Nova Friburgo, 1819.



#### Fonte:

<http://www.djoaovi.com.br/imagemdjoaovi.php?obj=Lotes.jpg&width=800&height=518>

Muitos imigrantes conseguiam manter-se através do trabalho familiar com base na agricultura, com plantios de feijão, inhame, milho, mandioca, couve, criação de galinhas, porcos, cavalos e bois, apesar das dificuldades com o solo. Chegaram a lograr uma pequena produção mercantil que levou certa abundância até meados do século. Alguns imigrantes conseguiram prosperar e alguns foram proprietários de escravos e de fazendas de café em áreas adjacentes a Vila, como Cantagalo ou em Paquequer<sup>367</sup>.

Tão logo os imigrantes chegaram à Vila, as estruturas de poder já estavam presentes ali. De fato, a câmara dos vereadores era a principal instituição que demarcava a centralização da administração e da política da Vila, funcionando, segundo Mayer, de forma precária no Château, um antigo prédio que era da Fazenda do Morro Queimado

<sup>366</sup> *Idem.*

<sup>367</sup> MAYER, M.J. ARAÚJO, R. J. (orgs). *Op. Cit.*p.44

antes mesmo de ser comprada, e em suas sessões surgiam as nomeações de fiscais e tomadas diversas decisões. Segundo Mayer, a situação era tão precária que a Câmara se queixava da pobre distribuição de recursos para enfrentar os problemas de viabilização da Vila como a construção de pontes, cadeia, hospital e igreja<sup>368</sup>.

Até 1824, não observamos muitas ações da Câmara municipal que era composta por maioria brasileira. Na verdade, ela era composta inicialmente por cinco pessoas: o "Juiz Presidente", Lourenço Correa Dias; Manoel Rodrigues Ferreira; Augustin Stöcklin, representando os colonos, e o "Procurador", Francisco Gonçalves de Souza. As primeiras atitudes dos vereadores foi a de fiscalizar o comércio local, as ereções de alambiques, moinhos e demais estruturas produtivas, bem como conceder os subsídios necessários aos colonos Suíços<sup>369</sup>.

Interessante notar que os interesses dos imigrantes não estavam assegurados com a Câmara formada por brasileiros. Todas as questões relativas a acomodação dos colonos, bem como as providências para o melhor estabelecimento eram formadas por Monsenhor Miranda, porém, diversos casos de crime ou problemas com relação a administração da Vila, até questões religiosas, eram de responsabilidade da Câmara. Ou seja, as questões mais práticas eram, de fato, tratadas por Monsenhor Miranda, mas as questões administrativas que envolviam toda a vila e arredores (como questões econômicas e fiscais, por exemplo), ficava em posse da Câmara.

Nos seus primeiros anos, a Câmara de vereadores da Vila tentava se organizar tanto estruturalmente quanto politicamente. Porém, ela servia também como uma espécie de mediadora de conflitos que começou na vereança de 29 de janeiro de 1821, quando apareceu a proposta de deferimento para o requerimento de Ignácio de Assis Saraiva Fonseca, que tinha arrematado "o talho da carne fresca de porco que alguns dos colonos, como forma de abuso, matavam porcos e os vendiam, em grave prejuízo"<sup>370</sup>. Ou seja, ao deixar Saraiva Fonseca comprar a carne que alguns colonos vendiam sem o requerimento de abertura de um estabelecimento para esse fim, podemos perceber que a Câmara agiu como uma mediadora do conflito entre os colonos e os brasileiros que ocupavam os arredores da vila.

Somente em 14 de março de 1821 podemos observar a composição da Câmara

---

<sup>368</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>368</sup> *Idem*, p.148.

<sup>369</sup> Fundação Dom João VI. Atas da Camara, livro I, p.9. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>370</sup> Fundação Dom João VI. Atas, da Câmara, Livro I, p. 15. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

e demais autoridades da Vila com mais certeza, pois foi a data de um solene juramento. Não podemos dizer que foi um ato de abertura da Câmara, mas a partir da leitura das atas, podemos perceber que eles juraram "Veneração e respeito à nossa Santa Religião, obediência ao Rei, observar, guardar e manter perpetuamente a Constituição tal qual se faz em Portugal". Ou seja, podemos caracterizar esse juramento como uma forma de legitimação dos colonos estrangeiros às leis imperiais.

Após o termo de juramento, pode-se ler os seguintes nomes que nos podem fornecer a dimensão da administração da Vila: João Manoel de Almeida Moraes Pessanha, "Fidalgo Cavaleiro e tenente coronel de Milícias e Diretor da colônia de suíços"; Lourenço Correa Dias, "Juiz Almotocé"; Charles Emmanuel Quévremont, "chef de Police de la Ville"; José Ribeiro de Almeida, "Comissário do exército e administrador das obras reais da casa de Inspeção da Colônia dos suíços"; Joaquim Leocardio, "Comissário de Exército e pagador da Colônia"; Jacob Joye, "Cavaleiro da Ordem de Cristo e Vigário Colado da Freguesia de São João Batista, da Vila de Nova Friburgo"; Padre Rodrigo de Souza Vahia, "Coadjuntor"; Inácio de Assis Saraiva e Fonseca, "Cavaleiro da Ordem de Cristo e negociante desta Vila"; além de 170 assinaturas dos colonos e dos vereadores.<sup>371</sup>

Importante assinalar que tanto Joye quanto Inácio de Assis Saraiva e Fonseca tinham as insígnias da Ordem de Cristo. Esta era uma ordem militar e banqueira que teria surgido no século XIV depois das querelas geradas entre o papado e os cavaleiros cruzados<sup>372</sup>. Porém, a partir do século XVIII não havia mais a exigência de ser um militar, mas era dada em forma de comenda para magistrados e aqueles que prestassem serviços ao rei e atuavam no Estado<sup>373</sup>. Portanto, é muito significativo a presença de dois cavaleiros da Ordem dentro da estrutura administrativa da vila e, no caso de Joye, podemos pensar que sua legitimidade e autoridade também tinha uma fonte integrada as questões político-administrativas que estão em comunhão com sua tarefa religiosa neste contexto.

No início da organização econômica da Vila, a mesma foi administrada através da câmara dos vereadores e Joye era o claviculário do cofre<sup>374</sup>. Na vereança do dia 24 de março de 1821, foi posto o valor do cofre da Vila em "um conto, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e seis réis". Desse total, 515\$830 réis foram captados dos leilões

<sup>371</sup> Fundação Dom João VI. Atas da Camara, Livro 1, p.16. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobrel-1/cp2x>.

<sup>372</sup> SILVA, L. A. O novo templo português: a formação da Ordem de Cristo – Século XIV. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Jul. 2011. p.10.

<sup>373</sup> *Idem*, p.2.

<sup>374</sup> Detinha as chaves do cofre e todas as contas passavam por ele, pelo menos até 1834, depois de problemas com a Câmara dos Vereadores que será abordado ainda neste capítulo.

dos pertences pessoais dos imigrantes que faleceram desde a saída da Suíça até a chegada à vila, 369\$260 réis eram dos imigrantes órfãos, 14\$720 réis dos depósitos dos subsídios que “incompetentemente” receberam alguns colonos, 216\$960 réis de multas “dos colonos que faltaram ao trabalho dos caminhos das terras dos ditos”, 17\$600 réis das multas dos colonos que “excederam a licença”, 237\$535 réis provenientes da compra da Botica por Leopoldo Boelle<sup>375</sup>, 192\$432 réis do “arrendamento dos moinhos” e 33\$949 réis provenientes do “arrendamento das formas de coser pão”<sup>376</sup>.

Esses dados nos indicam que a captação do cofre colonial inicialmente foi realizada de diversas formas, mas todas giravam em torno dos imigrantes. A captação de recursos aconteceu inicialmente através de multas, arrendamentos e compra de prédios públicos e a partir de 10 de dezembro de 1821, os claviculários do cofre seriam o Diretor da colônia, o vigário Jacob Joye e outro à escolha do Diretor. Essa administração ficou até 1833, quando houve um embate entre o vigário e os vereadores, no qual Joye pede para sair da função<sup>377</sup>.

O comércio na Vila era uma questão muito complexa, pois em um primeiro momento, era necessário alimentar todo aquele contingente de imigrantes e não havia estoque de víveres nas fazendas que faziam limites com a Vila. Monsenhor Miranda, Inspetor da Vila, autorizou o funcionamento de casas de negócio na vila recém-criada e essa iniciativa foi logo produzindo efeito. De modo que muitos interessados de Minas Gerais e Cantagalo começaram a fazer negócios com o Morro Queimado<sup>378</sup>. Por causa dessa questão, os preços dos produtos eram considerados excessivamente caros pelos imigrantes, pois os negociantes aproveitavam a situação da Vila e especulavam sobre suas vendas<sup>379</sup>. De acordo com Laforet, alguns helvéticos se beneficiavam com uma produção que estava além da agropastoril e já comum entre os imigrantes suíços e também a complementavam; ou seja, pequenos negócios com produtos artesanais, tais como vinho, pão, aguardente, carne e toucinho. O que garantia modestos rendimentos<sup>380</sup>.

Mesmo com a maioria de sua população originalmente composta por homens livres no centro da vila, foi criado, em 1848, um código de posturas que trazia em seu

---

<sup>375</sup> Leopold Boelle nasceu em 15 de novembro de 1790 e faleceu em 24 de janeiro de 1824. Foi o boticário da vila até seu falecimento. BON, H. *Op. Cit.* p.288.

<sup>376</sup> Fundação Dom João VI. Atas da Câmara, Livro 1, p.17. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>377</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p. 62.

<sup>378</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>379</sup> *Idem*.

<sup>380</sup> *Idem*, p.65

conteúdo longas disposições sobre o tratamento e controle de escravos. Nessa época, as freguesias que compunham a Vila, como a de Conceição de Sebastiana, São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, eram marcadas pela forte presença do café e, por conseguinte, com a presença de um grande contingente escravo<sup>381</sup>.

Desse modo, a presença de um povoamento de portugueses e naturais da América portuguesa anterior à chegada dos imigrantes helvéticos, mesmo que escasso, nos revela que a região onde se deu a construção da Vila de Nova Friburgo era perpassada por diversos proprietários portugueses e viajantes que circundavam aquele território e suas relações estavam baseados na típica conjuntura do período: pequenas e médias propriedades e a presença da mão-de-obra escrava em fazendas de café. Nesse sentido, concordo com a afirmação de Lisboa:

O município de Nova Friburgo apresenta características culturais, institucionais e arquitetônicas muito mais próximas da sociedade cafeeira escravista, que caracterizou o Brasil no século XIX, do que uma colônia de imigrantes suíços e alemães que formaram uma área livre em pleno sertão fluminense, no século XIX.<sup>382</sup>

Diante dos problemas com a infertilidade dos solos de alguns loteamentos, o fracasso da primeira safra, a suspensão durante cinco meses de fundos destinados à Vila por causa do retorno de D. João VI para Portugal, em 1821, e a consequente mudança de conjuntura no que tange à política de imigração, os helvéticos começaram a buscar posses menos acidentadas e mais férteis nas margens dos rios Grande, Macaé e São João e, mesmo sem legitimação, ocuparam essas regiões. O que implicaria numa redução da ocupação dos suíços na área do Morro Queimado, com o abandono de diversos lotes coloniais em busca de novas terras para o plantio.

Em 1821, o administrador da vila de Nova Friburgo negociou a legitimidade dessas terras para os imigrantes, garantindo a posse. Porém, não só essas regiões foram ocupadas, como também a estrada que ligava a Fazenda Córrego D'antas, na qual alguns colonos começaram o plantio de café e a criação de gado nas margens do Ribeirão de Santo Antônio da Barra Alegre e outros que ocupavam as terras devolutas próximas do rio Paquequer<sup>383</sup>.

---

<sup>381</sup> *Idem*, p.82.

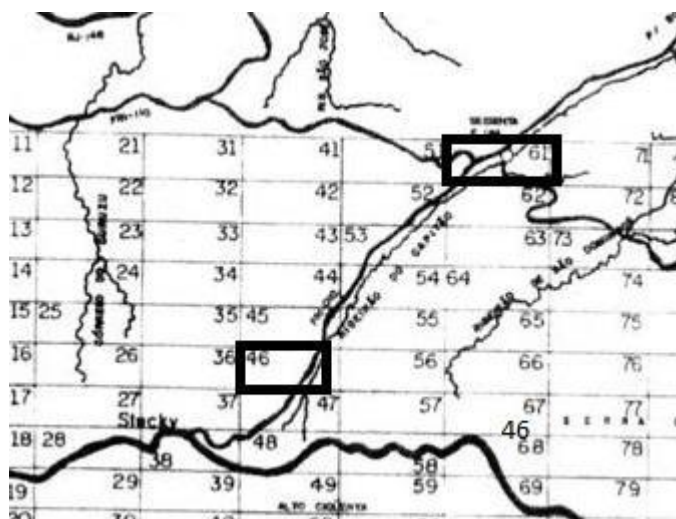
<sup>382</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>383</sup> LAFORET, C. R. M. A colônia de Nova Friburgo no Século XIX. In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999. p.54.

A partir dessa situação, a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro, localizada na corte e formada por negociantes helvéticos, decidiu auxiliar seus compatriotas da vila de Nova Friburgo. Para tal, investiu na compra de um moinho d'água, que se localizaria no lote 54, para uso coletivo e prometeram outros quatro entre os lotes 111 e 120, nos de número 39 e 58 e na fazenda do Colono Musy em Macaé. Também foram distribuídos diversos utensílios como pás, enxadas, foices, podadeiras, entre outros instrumentos de trabalho, e para um menor número deles foi financiada a compra de escravos<sup>384</sup>. Mesmo assim, a documentação utilizada por Mayer leva a crer que o dinheiro da sociedade filantrópica foi desviado de alguma forma, impossibilitando que todos os donativos chegassem nas mãos dos imigrantes<sup>385</sup>.

Para Laforet, os casos de evasão da vila de Nova Friburgo não foram isolados, tomando proporção coletiva, pois em 1825, ou seja, cinco anos após a criação da vila, um terço dos imigrantes helvéticos (cerca de 650), tinha se evadido espontaneamente da área original.<sup>386</sup> A sede da vila estava semideserta e os pequenos sinais de vitalidade do local vinham do campo, com alguns colonos que insistiam em ocupar seus lotes, suprindo suas necessidades com a plantação em pequena escala<sup>387</sup>. Muitos morreram por ficarem nesses terrenos acidentados em situação de miséria e a existência de dois cemitérios nos lotes 46 e 61 ilustravam essa situação<sup>388</sup>.

**Mapa 3 - "Lotes coloniais". Lotes 46 e 61, locais de criação de cemitérios**



<sup>384</sup> *Idem*, p.62.

<sup>385</sup> *Idem*.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>387</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>388</sup> *Idem*, p.62



**Fonte:**

<http://www.djoaovi.com.br/imagemdjoaovi.php?obj=Lotes.jpg&width=800&height=518>

Os depoimentos sobre a estagnação da vila percorreram o Rio de Janeiro e fizeram com que a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro - uma junta de negociantes que prestavam socorro aos emigrantes no Brasil - se reunisse no dia 31 de maio de 1821 na tentativa de suprir o abandono das autoridades brasileiras em relação ao envio de recursos da filantropia da confederação helvética<sup>389</sup>. Na ata da reunião para a confecção de um abaixo-assinado, a Sociedade Filantrópica caracterizou a situação dos imigrantes como “lastimosa” por causa do governo que não conseguiria “ajudar” e resolver o problema de “escassez de recursos” pelo qual passava a vila. Além disso, na reunião se observou que muitas famílias estariam “reduzidas à maior indigência” e as crianças não receberiam “educação alguma”, fazendo com que a Sociedade filantrópica fizesse um “compromisso” de “aliviar a miséria”, “encorajar os bons costumes”, além de dar “apoio e auxílio” na educação das crianças das famílias suíças<sup>390</sup>.

Segundo Nicoulin, o objetivo da Sociedade Filantrópica Suíça seria o de suprir o que Dom João VI estava faltando em relação àquela colônia, seja em termos econômicos, seja em termos morais. Por causa das notícias de jornais e cartas queixosas dos imigrantes, a Sociedade se organizou para tentar remediar a situação<sup>391</sup>. Os membros da sociedade decidiram criar um centro de arrecadações em Londres e depois espalhar as decisões do centro para Paris e toda a Europa a fim de aumentar o número de subscrições de ajuda a Colônia<sup>392</sup>.

Os impactos do movimento gerado pela Sociedade filantrópica suíça atingiram os jornais. O jornal “Império do Brasil” noticiou em sua seção “artigos do ofício”, uma nota de José Bonifácio do dia 17 de dezembro de 1822 atendendo a representação da Sociedade “em favor dos órfãos e das viúvas” e suas “tristes circunstâncias”. Nesta nota, o Imperador mandou o oficial de polícia Quevremont e o Monsenhor Miranda concederem a fazenda São José para a instalação de um “estabelecimento pio” para amparar os colonos com necessidades e alertou a Quevremont a analisar todos os requerimentos e relatar

---

<sup>389</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.*p.209.

<sup>390</sup> *Idem.*

<sup>391</sup> *Idem*, p.211.

<sup>392</sup> *Idem.*

“todos os meios mais eficazes para se aplanar todas as dificuldades”<sup>393</sup>.

No fim de 1828, a Sociedade Filantrópica suíça do Rio de Janeiro tinha arrecadado 1.500 libras esterlinas com o auxílio estrangeiro<sup>394</sup>. Contudo, desde a chegada de Dom Pedro II ao trono que algumas medidas foram tomadas para reverter à situação. De fato, a ajuda não conseguiu ser concretizada em sua totalidade, pois, segundo Nicolin, houve um desentendimento entre os membros da sociedade e os colonos mais influentes da vila<sup>395</sup>.

Apesar deste quadro, alguns imigrantes suíços prosperaram na Vila de São João Batista de Nova Friburgo para além da produção do café, como é o caso de Conrado Boherer. Este pegou empréstimo de duzentos mil réis com o “cofre da colônia”, em 1825, para ampliar sua pequena produção de sabão que, de acordo com Souza, foi a primeira experiência de produção manufatureira mais complexa na Vila<sup>396</sup>. Foi nos arredores da vila que algumas famílias prosperaram: os Lutterbach, Lapaire, Lutolf, Bussard, Cortat e Heggendorff conquistaram a condição de grandes fazendeiros de café no Distrito de Cantagalo. Já, no Vale do Rio Grande, a família Dafflon concentrou um grande patrimônio fundiário, Além das famílias Lemgruber e Moneratt que conseguiram enriquecer através do transporte e da comercialização do café<sup>397</sup>.

Mesmo com casos de enriquecimento e florescimento produtivo de algumas famílias, para Nicolin, a construção da vila de São João Batista de Nova Friburgo foi um projeto que fracassaria devido a vários aspectos, tais como: o número muito maior de famílias imigrantes além do combinado oficialmente, os desvios de verba, o descumprimento de diversos acordos (os subsídios chegavam de forma parcial, não foram dados os instrumentos de trabalho necessários, omitiu-se a infertilidade do solo e etc.), o fracasso da primeira safra e a mudança da conjuntura, ou seja, a independência do Brasil, em que nesse momento foram abandonadas as políticas de imigração. Todas essas questões contribuíram para diversos autores constatarem o “fracasso da colônia”, ou seja, a decadência do primeiro projeto de imigração<sup>398</sup>.

Embora ainda seja necessário realizar maiores investigações sobre os motivos pelos quais seria justamente nessa região que o governo imperial decidiria instalar a

<sup>393</sup> Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Império do Brasil: Diário do Governo (1823 a 1833). 8 janeiro 1823. Vol1, n5. p.11.

<sup>394</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p.215.

<sup>395</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p.215.

<sup>396</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.* p. 184.

<sup>397</sup> In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.63.

<sup>398</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.*, p. 230.

segunda leva de imigrantes europeus (desta vez germânica), acredito que tenha sido justamente pelo esvaziamento da ocupação suíça numa região que se acreditava preparada para receber os estrangeiros. Vejamos como se deu a instalação germânica, a partir de 1824, na área originalmente demarcada para abrigar os suíços.

#### **2.4. A chegada dos imigrantes germânicos ao Rio de Janeiro e a ida para Nova Friburgo em 1824**

Os colonos germânicos começaram a chegar ao porto do Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 1823 e, como aconteceu com os suíços, muitas características do Brasil geraram estranheza aos imigrantes. Utilizaremos duas cartas, uma de Sauerbronn e a outra de Charlotte Hess, para analisar o processo de assentamento dos imigrantes germânicos, sua chegada ao Rio de Janeiro, bem como o trajeto até a vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Antes de explicitar alguns dados relativos a esse processo, vamos analisar as duas cartas observando os seus contrastes. A produção das cartas data de 1824 e tiveram objetivos diferentes. Sauerbronn envia a epístola para sua comunidade natal, mostrando sua nova situação, agora considerada como agradável e abundante. Charlotte Hess enviou a carta para os sogros, com a finalidade de relatar a travessia e a estadia no Brasil. O que mais marca a carta de Hess é que seu marido já havia falecido desde abril (a carta data de dezembro) e Charlotte omitiu essa informação aos sogros, talvez para poupá-los.

A religião é lugar comum entre os dois discursos. Charlotte Hess observa diversos fatos como a ação de Deus em sua vida e dos colonos, além de assinalar sua confiança na divindade para o seu futuro. Sauerbronn faz uma única referência à religião em sua epístola, quando observa que os fiéis viajam mais de 4 horas à cavalo para realizar o culto, provavelmente em sua casa.

As duas epístolas são diferentes em diversos aspectos, incluindo ao tom positivo e negativo da trajetória e chegada à vila. Enquanto Sauerbronn se fixou em descrever os aspectos naturais das novas terras, Charlotte caracterizou a estadia como negativa e apontou diversos pontos que a incomodaram. No entanto, o pastor ressaltou somente as características positivas e deixou clara suas expectativas com a nova vida, observando a abundância de recursos. Sendo assim, se faz importante analisar os diversos aspectos das duas cartas desde a chegada ao Rio de Janeiro, até a instalação dos imigrantes. De acordo com a carta de Charlotte Hess para sua família no dia 19 de

dezembro de 1829, seu primeiro impacto foi com relação à presença negra na cidade.

Quando chegaram em terra,

O que mais nos impressionou no primeiro contato foi ver aquela gente de pele escura. Ouvíamos falar que existia gente com pele mais negra do que a nossa quando suja de carvão. Nós nunca acreditamos, até vermos com nossos próprios olhos. Eles são vendidos como nós fazíamos com os cavalos em Darmstadt. Para nós, causou-nos muita estranheza ver aquela gente sendo vendida como animais<sup>399</sup>.

Continuando a leitura da sua carta, podemos verificar que a mudança de planos da ida para Leopoldina e Frankental, na Bahia, para a vila de Nova Friburgo foi algo que seria mencionado na carta de Charlotte. Segundo ela, "após alguns dias na hospedaria, onde fomos brindados com Vossa Alteza Real, o Príncipe Dom Pedro I, e sua esposa, a Princesa Leopoldina, nossa patrícia, recebemos um comunicado que teríamos que ir para um burgo de suíços, subindo serra acima, no caminho a Macuco"<sup>400</sup>. Alguns colonos protestaram contra essa mudança de local, porque, segundo Charlotte, "soldados nos diziam que serra acima não era lugar de se viver", "diziam que a terra era muito ruim" e "as discussões que se seguiram foram tão grandes que o Jacob Heringer, foi preso porque não queria subir a serra" e "Johan, meu esposo, também quis enfrentar a polícia, mas eu pedi muito para que ele não fizesse isso e pensasse em nós e nossos filhos"<sup>401</sup>.

A situação de Heringer piorou enquanto os imigrantes ainda estavam no Rio de Janeiro. Depois de alguns dias preso, tentou trabalhar como ourives na cidade, mas não conseguiu permanecer por muito tempo. Estava em penúria com sua numerosa família e então pediu sua reabilitação na Vila de Nova Friburgo no dia 14 de maio de 1824, e por ordem do Imperador, conseguiu se voltar para a vila<sup>402</sup>.

Em 1824, os imigrantes germânicos que iriam se instalar na vila chegaram em dois navios (*Argus* e *Caroline*) na Armação da Praia Grande, em Niterói, e seguiram dias depois rumo à Nova Friburgo em um número de 342. Para conseguirem chegar até a vila, foi necessária a reconstrução da estrada que dava acesso ao local e a reforma das habitações semidestruídas com uma verba enviada pelo Império brasileiro para os reparos imediatos e para dar subsídios de igual valor aos Suíços. Os imigrantes germânicos não conseguiram pousar em postos de registros da serra, pois estes estavam danificados, então

<sup>399</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Cx1 Carta de Charlotte Hess. p.1

<sup>400</sup> *Idem*.

<sup>401</sup> *Idem*.

<sup>402</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.* p.160.

pousaram em fazendas particulares, como a do Coronel Ferreira, onde ficava o trecho mais íngreme de todo o trajeto chegando a Nova Friburgo. Depois que chegaram na sede da vila, foram alojados nas casas da Praça da Justiça, no centro do povoado.

Segundo uma carta enviada à Europa no dia 10 de setembro de 1824 por parte do pastor Sauerbronn, a trajetória dos colonos alemães até a Vila ocorreu sem transtornos. De acordo com sua descrição, os colonos ficaram "por conta do Imperador em dulce júbilo" e foram transportados no dia "25 de abril por conta ainda do Imperador para Nova Friburgo, 40 horas distante do Rio de Janeiro". Mesmo não descrevendo em detalhes como foi a viagem até a vila, podemos perceber que sob a experiência dele, nenhum percalço teria ocorrido<sup>403</sup>.

Quando os colonos estavam no trajeto para a vila, se depararam com um problema que iria se estender ao longo de 1824: a distribuição dos lotes coloniais. Eles deveriam ficar com os lotes abandonados pelos colonos suíços. De fato, depois da chegada, a administração do povoado na pessoa de Monsenhor Miranda endereçou um comunicado a Quevremont, no dia 29 de janeiro de 1824, antes da chegada dos imigrantes germânicos, pedindo para informar "o número de casas que há desocupadas na vila e nas duas povoações, as quais eram somente para habitação provisória dos suíços<sup>404</sup>". No mesmo documento, Miranda pede para "saber que datas de terra se acham devolutas daquelas que sobraram da distribuição feita aos colonos suíços, e quais se acham também devolutas porque os mesmos colonos as tenham não abandonado, porém nunca as cultivaram"<sup>405</sup>.

Nesse sentido, podemos observar através desses dados que havia um planejamento da Coroa para com os imigrantes que estavam a caminho da vila. A escolha dos terrenos férteis, a construção de estruturas para facilitar a viagem pelos sertões e a organização do número de casas e datas de terras que estariam disponíveis demonstram que o assentamento dos imigrantes germânicos na vila não foi improvisado, embora muitos deles tenham enfrentado algumas dificuldades com a pequena quantidade de terras.

De acordo com a carta de Sauerbronn, um relatório enviado por Monsenhor Miranda a Quévrémont, o oficial de polícia da vila, sobre os lotes abandonados pelos

---

<sup>403</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Cx1 Carta de Frederich Oswald Sauerbronn. p.1

<sup>404</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Carta de Pedro Machado de Miranda Malheiros, inspetor das colônias alemães ao Diretor da Colônia sobre a remessa de colonos alemães para Nova Friburgo. Cx1. doc 257.

<sup>405</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Carta de Pedro Machado de Miranda Malheiros, inspetor das colônias alemães ao Diretor da Colônia sobre a remessa de colonos alemães para Nova Friburgo. Cx1, doc 257.

suíços que deveriam agora passar para as mãos dos germânicos, descrevia a situação dos terrenos: dos 35 lotes abandonados pelos suíços, 13 eram inadequados para a produção agrícola desde a ocupação anterior com os suíços, 11 tinham como proprietários órfãos e soldados a serviço do Regimento Estrangeiro suíços, 8 eram de colonos suíços que não haviam renunciado seu direito de posse e apenas 3 estavam em condições para serem concedidos, embora tivessem sido requisitados pelos colonos suíços<sup>406</sup>. As terras em posse dos órfãos e soldados poderiam ser repassadas para os alemães, mas demorariam mais tempo para que isso acontecesse<sup>407</sup>.

A situação da demarcação das terras se alastrou por várias portarias de Monsenhor Miranda para Quevremont. No dia 18 de março de 1824, Miranda acusou o recebimento das informações e aconselhou o envio de um relatório ainda mais profundo para ele sobre a questão. Disse em sua missiva que o relatório anterior que ele havia lhe remetido, não poderia servir porque a declaração somente do nome do colono e a terra na qual ele cultivaria não condiziria com a posse ou não da terra. Também asseverou que "essas mesmas terras demarcadas para os colonos, tem a câmara e diretores concedido porções e diferentes colonos vendendo suas terras". Ou seja, os poderes locais também interferiam na demarcação de terras anteriores e poderiam mudar o tamanho original do lote<sup>408</sup>. Mandou então remeter "tudo isso com exata precisão e toda possível brevidade"<sup>409</sup>.

Mesmo após a chegada dos colonos na Vila, em maio de 1824, a situação da demarcação dos lotes continuou sem uma conclusão. Francisco Salles<sup>410</sup> enviou uma carta a Monsenhor Miranda no dia 24 de junho de 1824 dizendo que "ainda que alguns colonos alemães já se acha[ssem] cultivando várias porções de terras abandonadas pelos colonos suíços", a vila necessitaria de pessoas capacitadas para "fazer esta medição e que [fosse] de uma maneira legal em plena propriedade de cada uma das famílias naturais alemães a quantidade de braças que a Sua Majestade Imperial julga[sse] conveniente para seu estabelecimento"<sup>411</sup>. Também atentou para o número de colonos, "56 famílias naturais e não sendo possível que as terras abandonadas pelos colonos suíços e que são cultiváveis se

---

<sup>406</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Cx1 Carta de Frederich Sauerbronn. p.1.

<sup>407</sup> *Idem*.

<sup>408</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros acusando o recebimento do ofício de Francisco de Salles. Cx1 doc 279.

<sup>409</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros acusando o recebimento do ofício de Francisco de Salles. Carta de Salles sobre alemães que estão cultivando em terras abandonadas pelos suíços e outros assuntos. Cx1 doc 279.

<sup>410</sup> Responsável pela administração da vila em Nova Friburgo. Os relatórios eram trocados entre Monsenhor Miranda, Quevremont e Francisco Salles.

<sup>411</sup> Fundação Dom João VI, "Documentos da colônia" Cx1 doc 311.

possa acomodados os referidos números de famílias"<sup>412</sup>.

Mesmo com uma quantidade reduzida de imigrantes em relação aos suíços, a quantidade de terras férteis não conseguiria abarcar as necessidades das famílias germânicas. O fim do processo de marcação das terras se deu após um ofício de Monsenhor Miranda a Francisco Ferreira Salles no dia 14 de julho de 1824. Neste, Miranda demonstrou como o Imperador desejava que fosse feita a demarcação: o tamanho dos lotes coloniais eram de "62 braças<sup>413</sup> por indivíduo, qualquer que seja a idade", que devem formar 6.200 palmos quadrados, seja qual for a figura do terreno que façam também deveria "conhecer os números em que há terras para cinco pessoas, aquelas que há para seis pessoas, etc". Depois de ter analisado a quantidade de casas para cada composição familiar, Salles deveria deixar cada família escolher a sua terra de acordo com o seu tamanho e a sua proporção e se por acaso dois ou mais colonos quisessem o mesmo lote, decidiriam "na sorte"<sup>414</sup>.

Outras variáveis com relação aos terrenos também estavam nos planos de Miranda. Se, por acaso, "algum demorar mais do que o tempo necessário para arranjar provisões de mantimento para sua viagem para a vila, sem ir reconhecer e pedir o terreno, será castigado perdendo os seus subsídios"<sup>415</sup>. Ou seja, era uma forma pela qual Miranda poderia acelerar a produção nos lotes coloniais e acabar com uma possível ociosidade daqueles que por ventura não quisessem tomar posse das suas terras. Nesse sentido, os colonos que tivessem ganhado lotes improdutivos deveriam "medir suas competentes porções nas terras que ficam ao sul da colônia ou nos sertões de Macaé", sendo estas mais quentes e produtivas que muitos lotes da Vila<sup>416</sup>.

No mesmo ofício, Miranda ressaltou os planos com relação à presença germânica. Primeiro, solicitou a Salles a persuadir os colonos "as vantagens que lhes resultam antes de fixar os seus estabelecimentos nas terras abandonas pelos suíços", além de pensar que eles deveriam preencher "o vácuo que deixaram os suíços" e deveriam somar forças porque

por mais laborioso, por mais inteligente que um homem seja, estando isolado é nada; por mais fecundo que seja o terreno, se lhe fizerem um mesquinho cultivo, dá uma produção também mesquinha; e enquanto

---

<sup>412</sup> Fundação Dom João VI, "Documentos da colônia" Cx1 doc 311.

<sup>413</sup> 113,386 metros.

<sup>414</sup> Fundação Dom João VI, "Documentos da colônia", Cx1 doc 325.

<sup>415</sup> Fundação Dom João VI, "Documentos da colônia", Cx1 doc 325.

<sup>416</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Cx 1. doc 325.

os colonos não tomarem a resolução de se ajudarem reciprocamente, como é de costume entre as nações da Europa, nem esperem abundancia para si, nem cuidem que dão utilidade ao Estado.<sup>417</sup>

Para evitar que a mesma dispersão que ocorreu com os suíços se abatesse sobre os alemães, no dia 28 de julho de 1824 Monsenhor Miranda relatou ao governo a situação das casas na Vila de Nova Friburgo e sugeriu as seguintes providências, que foram aprovadas: as casas se destinariam somente a moradia, os moradores pagariam 1\$600 mensais para o Cofre da colônia (excetuando o médico, o vigário e do chefe de polícia), os imigrantes seriam obrigados a observar as medidas da polícia para a conservação das casas, o diretor da colônia examinaria mensalmente as casas, o Tesouro nacional adiantaria a quantidade necessária caso o Cofre da Vila não tivesse os subsídios necessários para a manutenção das casas e era de responsabilidade do diretor da Colônia a execução de todas essas medidas<sup>418</sup>.

As áreas que eram mais férteis, com uma localidade melhor e sem impedimentos foram então demarcadas (com certa lentidão por conta das chuvas que caíram na ocasião) por Luís Francisco das Chagas, sargento de artilharia montada a serviço de Monsenhor Miranda, pela portaria de 20 de setembro de 1824, e depois foram distribuídas, mas não em número suficiente. Segundo Souza, existiam terras devolutas no sul da Vila e nos sertões de Macaé e muitas famílias foram, portanto, acomodadas também nessa região e cada imigrante recebeu 62 braças de terra (cerca de 300 metros quadrados). Logo após a distribuição de terras, houve diversas reclamações sobre a coincidência das posses dessas áreas. Isso aconteceu, por exemplo, com o lote 88, que mesmo não tendo nada cultivado, não foi oficialmente renunciado e era de posse do helvético Lutolf, que se queixou da entrega de suas terras ao alemão Guttermann<sup>419</sup>.

No caso do pastor Sauerbronn, não houve reclamação sobre o seu terreno e a vila na qual os imigrantes foram instalados. Em sua carta comentou sobre as frutas em abundância como "pés de maçã ao lado de um limoeiro", "uma cerejeira ao lado de batatas", "deliciosos abacaxis e bananas ao lado de laranjeiras e videiras" e "todos os legumes da Europa"<sup>420</sup>. Também assinalou a quantidade de animais que eram criados nas

---

<sup>417</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros sobre terras cultiváveis abandonadas pelos suíços e outros assuntos. Cx1. doc 325.

<sup>418</sup> SOUZA, José Antônio Soares de. *Op. Cit.* p. 168.

<sup>419</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.158

<sup>420</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". , Cx1 Carta de Frederich Sauerbronn. p.1.



fazendas da região, tais como "cavalos, mulas, vacas, bois, suínos, ovelhas, patos, gansos, galinhas, perus e pombos de muita qualidade"<sup>421</sup>.

Contudo, para Charlotte Hess<sup>422</sup>, o seu lote colonial não era produtivo. Em sua carta, ela afirma que "a região é chamada de Barra alegre. Só se for ironia! Nosso lote é muito grande. Contudo, grande parte é montanha quase que só pedra, e o restante é um pântano que nos assusta"<sup>423</sup>. Sendo assim, podemos perceber que, mesmo com todas essas determinações, houve colonos que acabaram ganhando um lote no qual não poderiam produzir, fazendo com que Charlotte exclamasse que "apesar desta tristeza que por vezes nos assola, sei que será melhor para nós"<sup>424</sup>.

Dessa forma, mesmo que existissem mais cuidados na preparação dos lotes coloniais para a chegada dos novos imigrantes, podemos perceber que a situação encontrada foi bem distante daquela combinada com o Major Schaeffer – como vimos no capítulo 1 – e os muitos males que se abateram aos imigrantes helvéticos também iriam se abater também sobre germânicos, seja pelos problemas das terras, seja por ter que pagar quantias aos cofres da colônia ao invés de receber os subsídios por completo, dentre outras questões.

Os imigrantes suíços e germânicos estabeleciam trocas comerciais a partir de 1824. Muitos suíços achavam que fariam bons negócios, pois poderiam trocar seus campos, produtos ou ferramentas em moeda local e depois investir em atividades mais rentáveis e com maior segurança para além das terras pouco férteis da região. Além disso, alguns colonos pagaram suas viagens no intuito de empreender melhores condições de vida, o que significa que nem todos eles eram de fato pobres e com isso poderiam fazer essas trocas comerciais com os suíços que ali residiam<sup>425</sup>.

Tanto no caso dos imigrantes suíços, como no caso dos alemães, a posse de meios monetários definiu o sucesso ou insucesso daqueles que ficaram na vila. Segundo Laforet, o suíço Jean Gauthieu, com pouco dinheiro, conseguiu ampliar sua lavoura de milho, feijão e café em um terreno arrendado no lote número 15 conseguindo assim prosperar. Também nos indica o caso do moleiro germânico, Balthazar Grieb, que arrendou parte do lote 4 do suíço Johanes Werner obtendo subsistência para sua mulher e seus

---

<sup>421</sup> *Idem.*

<sup>422</sup> Filha do Pastor Sauerbronn.

<sup>423</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Cx1. Carta de Charlotte Hess.

<sup>424</sup> *Idem.*

<sup>425</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.158

filhos, além de prosperar com a venda de produtos agrícolas e a criação de animais<sup>426</sup>. A partir de 1840, a Vila de Nova Friburgo começou a expandir as fazendas de café em suas áreas adjacentes, mas também na sede, devido à conjuntura da economia fluminense que, a partir de 1821, se assentava na produção do café. Na segunda metade do século XIX, Nova Friburgo se beneficiou com a área de trânsito das tropas que transportavam o produto e definindo assim o seu papel econômico, ou seja, de produzir outros gêneros em complemento à economia cafeeira alocando a produção nas áreas adjacentes<sup>427</sup>.

A esse respeito, Visconde de Sinimbu, que visitou Nova Friburgo em 1851 para enviar para a Província um relatório sobre o sucesso ou fracasso da colonização na vila, comentou:

Além do milho, que forma o maior artigo da vila há a batata e o toucinho que os colonos transporta[vam] para Santana e Porto das caixas, ambos nas margens do Macacu, o primeiro a dez, o segundo a 16 léguas da vila. Os que se estabeleceram nas vertentes do rio Macaé, e cultiva[vam] o café, viv[iam] na posse de boa fortuna: tais são as famílias Jaccoud, Polbel, Boechart, Magnin, Bersot, Meiser, Wermellinger, Tardin e Marchon. Outro há também que pela plantação do milho, da batata e o fabrico do toucinho, ou pelo comércio acham-se em circunstâncias favoráveis: assim como Curty, Monnerat, Sanglard, Froissart, Clerc, Grandjean, Balmat e alguns mais. É verdade que a fortuna destes não pode ser comparável com as de seus compatriotas, estabelecidos no termo de Cantagalo, entre os quais alguns há, como a viúva Ludolf, os irmãos Eggdorn, os Lengruber e os Lutterbach, Moneratt irmãos e Ubilard, que possuem de 50 a 200 contos de réis<sup>428</sup>.

Diante desses dados, podemos tirar algumas conclusões sobre a formação de imigrantes prósperos oriundos da vila. De um modo geral, podemos observar que as famílias abastadas foram justamente aquelas que saíram da vila por causa da infertilidade dos solos de seus lotes coloniais. Outra questão importante é a de que não houve enriquecimento somente de cultivadores de café, mas de outros gêneros alimentícios e animais de criação. Por fim, podemos perceber a disparidade da quantidade de ganhos dos colonos suíços que estavam cultivando café em Macaé e aqueles que plantavam em Cantagalo.

<sup>426</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.158.

<sup>427</sup> In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.158.

<sup>428</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo: PP; Notação: 0477, Maço: 05, Cx 0180. 28. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. "Notícias das colônias agrícolas suíça e alemã fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo na Comarca de Cantagalo, acompanhada de informações sobre seu estabelecimento, marcha, administração e estado atual, com algumas observações sobre benefícios que produziram, e progresso que podem ter". p.28.

Depois de analisarmos a instalação dos colonos germânicos na vila de São João Batista de Nova Friburgo, vamos passar a refletir o componente essencial neste processo de imigração, a religião. Nesse sentido, como estamos lidando com duas imigrações que tem em seus projetos confissões religiosas diferentes - católica e luterana, para não falar nos poucos calvinistas que também chegaram na região – dedicaremos os próximos itens para analisar a formação dessas instituições religiosas dentro do contexto em questão, bem como seus conflitos internos.

## **2.5. A presença da Igreja Católica na Vila de São João Batista de Nova Friburgo e os embates acerca da construção do Templo católico**

Desde o século XVIII, mesmo assentados escassos contingentes humanos espalhados por diversas fazendas na região que viria a se constituir na vila de Nova Friburgo e na qual seriam assentados os imigrantes europeus, já se tem notícias da presença de líderes católicos nessa localidade, sobretudo jesuítas que, segundo Pedro, foram os primeiros a retirarem ouro nos Sertões do leste e ter atividade missionária, mais precisamente na região de Cantagalo, famosa por ser área de contrabando de ouro e ao sul, na região de Cachoeiras de Macacu<sup>429</sup>.

Segundo Fridman, uma freguesia é a menor unidade administrativa, com cerca de dez casas e algumas famílias, submetidas à administração espiritual e governamental de um cura. É sustentado por dízimos da Ordem de Cristo ali arrecadados, seu espaço delimitado a partir de um alvará e sua institucionalização é iniciada com a criação de uma paróquia. Dessa forma, podemos situar seu povoamento e os caminhos que ligavam a outras vilas e demais espaços de organização imperial<sup>430</sup>.

Com o advento da política Joanina de colonização para fins de integralização territorial no início do século XIX e a crescente produção de café, houve a ampliação do número de freguesias. De 1801 a 1836, foram estabelecidas 16 paróquias no bispado do Rio de Janeiro, em diversas áreas de produção e distribuição do café. De 1835 a meados do século XIX, 30 freguesias foram edificadas e na segunda metade do século XIX, mais 54 delas foram criadas nas regiões do médio Vale do rio Paraíba, na região serrana, no noroeste e norte fluminense, ou seja, o mesmo número de paróquias erguidas nos três

---

<sup>429</sup> ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p. 113.

<sup>430</sup> FRIDMAN, F. *Op. Cit.* p. 6.

séculos anteriores na mesma região.<sup>431</sup>

Nesse sentido, para cuidar dos serviços religiosos da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo no momento da instalação da imigração suíça, foram nomeados dois curas que pertenciam ao grupo dos suíços que haviam chegado ao Brasil: o Monsenhor Joye<sup>432</sup> e o padre Abbey, sendo que este último acabou morrendo afogado quando foi banhar-se no rio Macacu<sup>433</sup>. De acordo com Fluck, Jacob Joye, do Cantão de Friburgo, foi sagrado sacerdote católico no dia 14 de maio de 1812 e, de 1812 a 1819, foi capuchinho em Villaz-St-Pierre, também no Cantão. Em 1819 veio para o Brasil junto com os imigrantes suíços por ordem do bispo de Lausanne<sup>434</sup>. A Freguesia de São João Batista foi criada anteriormente à chegada dos imigrantes suíços como se pode observar nas “condições para a vinda dos Suíços”, documento responsável por tal criação. Neste sentido, a sua organização e funcionamento eram regidos, conforme a política de Padroado Régio, pelo Estado Imperial<sup>435</sup>.

Segundo Martins, o Padroado Régio é a relação legitimadora entre o discurso político monárquico e o discurso da hierarquia católica romana no que tange à autoridade divina do monarca na Terra, unindo Igreja e Estado. Ou seja, a monarquia teria o “direito natural” de resolver questões relativas à gerência da Igreja católica em seu território, mas deveria respeitar as orientações pontifícias representadas nas bulas e encíclicas papais<sup>436</sup>.

É importante ressaltar que Monsenhor Joye, pároco suíço e católico da Vila,

<sup>431</sup> FRIDMAN, F. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. in: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011. p. 6. As freguesias até o início do século XIX são: S. Tiago de Inhaúma, N. Sra do Loreto de Jacarepaguá, N. Sra d'Apresentação de Irajá, S. João Batista de Trairaponga (Meriti), N. Sra do Desterro de Campo Grande, S. Salvador do Mundo de Guaratiba, N. Sra da Guia do Mangaratiba, N. Sra dos Rmédios de Parati, N. Sra da Conceição da Ilha Grande, S. João Marcos, N. Sra da Conceição do Campo Alegre, S. Francisco Xavier de Itagoahy, N. Sra da Conceição do Marapicú, Santo Antônio de Jacutinga, N. Sra do Pilar de Iguacú, N. Sra da Conceição do Alferes, Santa (sacra) família o Tinguá, N. Sra da Conceição de São Pedro e São Paulo, N. Sra da Piedade de Inhomirim, N. Sra d'Ajuda da Ilha do Governador, N. Sra da Guia do Pacobaíba, S. Nicolau de Suruhy, N. Sra da Piedade de Magé, N. Sra da Ajuda de Aguapehy-merim, Santo Antônio de Sá de Casarabú, Santíssima Trindade, N. Sra do Desterro de Itambhy, S. Gonçalo de Guaxandiba, S. Lourenço da Aldeia dos índios, S. João Batista de Carahy, N. Sra do Amparo de Maricá, N. Sra de Nazaré de Saquarema, S. Sebastião de Araruana, N. Sra da Conceição de Iguaba, S. Pedro da Aldeia, N. Sra da Assunção de Cabo Frio, Sacra Família de Ipuca, Santíssimo Sacramento do Cantagalo, Sto Antônio de Guarulhos, S. Salvador, S. Gonçalo de Campos e São João da Barra.

<sup>432</sup> Jacques Joye, de Remont, Cantão de Friburgo, Suíça, foi sagrado sacerdote católico no dia 14 de maio de 1812 e, de 1812 a 1819, capuchinho em Villaz-St-Pierre, Cantão de Friburgo, Suíça. Em 1819 veio para o Brasil junto com os imigrantes suíços por ordem do bispo de Lausanne.

<sup>433</sup> NICOLIN, Martin. *Op. Cit.* p.263

<sup>434</sup> FLUCK, R, Marlon. A abertura dos portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, V, n.15, jan/2013. p. 5.

<sup>435</sup> PEDRO, J. C. *A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*. p.115.

<sup>436</sup> MARTINS, M. C. P. Padroado Régio no auge do Império brasileiro. In: *Revista brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano III, n.9, jan 2011.

recebeu do bispo do Rio de Janeiro diversos “poderes extraordinários” pela portaria de 17 de abril de 1820, por causa da distância da Corte, tais como: absolver todos os casos reservados ao bispado, fazer todas as bênçãos reservadas que não necessitassem do uso dos óleos sagrados, aplicar a indulgência plenária na hora da morte, estender o amparo da Desobriga da quaresma até o Espírito Santo, habilitar os cônjuges impedidos e atuar como juiz de casamentos<sup>437</sup>. Ou seja, a hierarquia católica na Freguesia estava munida de poderes extraordinários somente concedidos em circunstâncias normais ao bispo. Além disso, havia uma interação entre a Corte e a Freguesia nas figuras de Monsenhor Miranda e de Monsenhor Joye no que tange à organização eclesiástica e social dos imigrantes na tentativa de garantir que a constituição de 1824 fosse seguida e a hegemonia do campo religioso ficasse sob a ótica Católica.

O Estado Imperial, herdeiro do padroado colonial, considerava o aparelho eclesiástico indispensável para a sua legitimação e também manutenção de poder, além de homogeneizar os padrões e comportamento da população. Dessa forma, podemos dizer que o estado imperial manteve uma ambiguidade entre o projeto conservador e sua ideologia com elementos liberais. Essa situação é demonstrada pelo fato de Dom Pedro I ter reinado pela “aclamação dos povos” (12 de outubro de 1822) e com uma sagração (1 de dezembro de 1822), pela soberania popular e pela graça de Deus<sup>438</sup>.

A carta de 1824 que foi outorgada por Dom Pedro I incorporou o Padroado. Nesse sentido, no artigo 5, por exemplo, estabelecia que a religião católica continuaria a ser a religião do Estado e que os outros cultos só seriam exercidos de forma privada. No artigo 102 versava sobre a obrigação do imperador nomear os bispos e conceder ou recusar *placet* aos documentos da cúria romana. Portanto, podemos aprofundar essa ambiguidade dita acima, pois o império consideraria os brasileiros simultaneamente súditos e cidadãos<sup>439</sup>.

Até a inauguração do templo católico na vila, em 1869, todas as celebrações religiosas e a vida sacramental dos moradores estiveram restritas a um pequeno espaço no *Chateau Del Roi*, um prédio de condições precárias<sup>440</sup> onde se localizava a administração

---

<sup>437</sup> PEDRO, J. C. *A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*. In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999. p.116.

<sup>438</sup> GOMES, F. J. S. De súdito a cidadão: os católicos no império e na república. In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, junho 1997. p. 316.

<sup>439</sup> Idem, p. 317.

<sup>440</sup> PEDRO, J. C. *A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*. In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Op. Cit.* p.19.

da vila e era a câmara dos vereadores. Em 1830, a situação do prédio levou o vigário Jacob Joye a escrever uma carta ao Diretor interino da colônia, Mindelino Francisco de Oliveira, em primeiro de março, pedindo consertos necessários às paredes e janelas do Chateau, ressaltando que o prédio tinha custado muito aos cofres públicos<sup>441</sup>.

Podemos perceber que existia uma relação entre o Chateau, o prédio no qual funcionava a sede do Império e da burocracia, e o templo católico. Ou seja, o espaço no qual os imigrantes se assentaram estava diretamente relacionado ao Padroado e a hegemonia católica, porque até a fundação do templo católico em 1869, as missas e demais rituais católicos eram realizados no Chateau.

Quatorze dias depois da carta de Joye solicitando os consertos, o secretário dos Negócios Estrangeiros do Império, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, pediu a abertura de um edital para atrair o maior número de interessados a fazer as reformas necessárias ao Chateau<sup>442</sup>. Por eu não ter localizado nenhuma documentação com data posterior a esse episódio que dissesse respeito às reformas neste local, não temos como saber ao certo se a questão da reforma do Chateau foi executada, mas o processo de edificação de um templo católico a partir de 1833 pode nos dizer mais sobre a formação de um templo católico.

Em 4 de janeiro de 1833, o requerimento do vigário Jacob Joye para abertura de uma subscrição para angariar fundos através de uma petição e organizar a edificação de uma planta para a construção do templo foi aceita pela Câmara dos vereadores. Joye fez um requerimento para a Câmara de vereadores, em 24 de janeiro de 1833, solicitando o traslado da Igreja improvisada para a varanda do Chateau, que ficava muito perto da câmara dos vereadores, o qual foi negado por atrapalhar as sessões e misturar as questões políticas com as questões religiosas no mesmo ambiente<sup>443</sup>.

Buscando uma forma de retirar os ofícios divinos do Chateau e criar um templo católico, foi criada uma comissão da qual participariam quatro pessoas, incluindo o vigário Joye<sup>444</sup>. A subscrição foi feita e, de acordo com as contas do vigário, mobilizou 98 pessoas

---

<sup>441</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Solicitação de consertos necessários às paredes e janelas do Chateau. Carta do Vigário Jacob Joye endereçada ao Dr. Interino da Colônia Mindelino Francisco de Oliveira observando que o chateau se encontra arruinado e o dinheiro do cofre na Colônia não deve permanecer em sua residência. Cx5, doc 1580.

<sup>442</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Carta de Anrtonio José de Paiva Guedes de Andrade para Mendelino Francisco de Oliveira a respeito do conserto do Chateau. Cx5, documento 1586.

<sup>443</sup> Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 2-1, 24 de janeiro de 1833. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>444</sup> Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 2-1, 4 de janeiro de 1833. Disponível

gerando uma receita de 502\$700 por todo o ano de 1833 e as obras começaram no ano seguinte<sup>445</sup>. Dessa primeira construção, temos os recibos da mão de obra utilizada, todos assinados por Jacob Joye, que tinha ficado encarregado da questão financeira do templo. Os recibos totalizam cerca de 402\$620 gastos nos meses de agosto, setembro e outubro de 1834, com a abertura de uma estrada que levava ao templo, compra de tijolos e madeira, aluguel de escravos e a mão de obra de João Porchat, Antônio do Rego e Jacob Heringer<sup>446</sup>.

As obras oriundas da subscrição não terminaram. Por não ter encontrado nenhum documento sobre essa questão, não sabemos os motivos pelos quais a construção do templo não aconteceu mesmo com a compra de materiais e aluguel de escravos. Sendo assim, depois da frustração em relação à paralisação das obras do templo e o estado degradante do *Chateau*, monsenhor Joye trasladou o local de culto para a varanda do Chateau, gerando um pedido da câmara, em 14 de fevereiro de 1837, para que o vigário declarasse de forma urgente os motivos que o levaram a fazer a transferência<sup>447</sup>. No dia 16 de fevereiro do mesmo ano houve uma declaração do ex-presidente da câmara, Manoel de Oliveira, de que a varanda foi liberada para o exercício de culto até a câmara decidir o contrário, pois o local anterior estava “arruinado”<sup>448</sup>.

Foi formada uma comissão para averiguar a questão e dar um parecer sobre o caso. O mesmo foi dado pelo vereador Messider, em ata da câmara do dia 17 de fevereiro de 1837, dizendo que o vigário não foi obediente à proposta da câmara que decidiu reformar o Chateau, que extorquiu o ex-presidente da câmara e que essa situação foi “escandalosa”, pois misturaria o culto a Deus com “os vícios e as imoralidades”, além dos “ruidosos ofícios” da câmara. Sendo assim, a comissão deveria “defender sua propriedade” que havia sido ocupada ilegalmente e que, por isso, foi votado que o vigário, num prazo de um mês, deveria “mandar fora desta casa a referida Igreja”<sup>449</sup>.

Podemos perceber a ação do vereador Messider como uma forma de separar cada uma das funções, a eclesiástica e a política. Neste sentido, a esfera do sagrado deveria

em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>445</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Relação das despesas com os reparos na casa destinada à escola e à igreja improvisadas. Cx 9, documento 2200.

<sup>446</sup> Fundação Dom João VI, "Fundo da Administração de Nova Friburgo", Requerimento de João Batista Nicolao quer continuar com seu ofício Cx6, documento 1899.

<sup>447</sup> Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3-2, 14 de fevereiro de 1837. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>448</sup> Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3-2, 16 de fevereiro de 1837. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

<sup>449</sup> Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3-2, 17 de fevereiro de 1837. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/#!sobre-1/cp2x>.

ficar afastada de todas as atividades profanas e “imorais”, ou seja, às atividades políticas da câmara dos vereadores. Além disso, a ordem de retirar a igreja da proximidade da câmara no sentido de “defender sua propriedade” delimitou em seu discurso o que é do Império e o que é da Igreja católica.

Monsenhor Miranda já estando ciente de tudo o que tinha acontecido a respeito do templo e da opinião da câmara, emitiu um parecer que em 02 de março de 1837 para a comissão que avaliou a atitude de Joye e as condições do local de celebração litúrgica. Em um tom áspero, condenou as autoridades da câmara por terem se expressado de forma enérgica contra o vigário e os advertiu dizendo que os ofícios litúrgicos permaneceriam na sala da câmara até encontrar um local mais adequado. Também deixou bem claro que “mais imoral do que realizar os ofícios divinos em um local não adequado é não realizá-los por completo”. Além disso, solicitou que alugassem uma parte da casa onde seria instalada a primeira escola da vila para construir ao lado dela a paróquia, ou seja, começariam a criar um novo lugar para a construção do templo<sup>450</sup>.

Podemos dizer que os membros da câmara seguiram às determinações de Monsenhor Miranda, pois há uma relação de despesas que data do dia 4 de abril de 1837 com todo o material gasto para a construção da escola de primeiras letras e do templo ao lado. Segundo esse documento, os gastos foram totalizados em 2:673\$870 com a compra de um altar pronto, cal, colunas, paus, pregos, esteios, tábuas, tintas, mão de obra, levantamento do telhado e sua edificação, além de muitos outros materiais que não conseguimos transcrever devido ao estado precário da fonte<sup>451</sup>. Por este documento, não sabemos quem financiou o novo empreendimento, mas podemos saber que o vigário Joye não participou das despesas e da captação de recursos, pois não há nenhuma assinatura dele, mas somente de José Rodrigues da Costa, Marcelino e João.

A tentativa de inaugurar um templo ao lado da escola fracassou, pois mesmo com todas essas despesas e provavelmente o início das obras, não há nenhuma evidência até o momento que comprove que o templo ao lado da escola foi criado, provavelmente só sendo utilizado de forma provisória. A partir de 1847, houve uma nova tentativa de erguer definitivamente o templo católico com a doação de um terreno da Irmandade de São João Batista e a organização de uma nova comissão para esse fim, e os subsídios seriam

---

<sup>450</sup> CURIO, Pedro. *Op. Cit.* p.99.

<sup>451</sup> Fundação Dom João VI, Relação das despesas com os reparos na casa destinada à escola e à igreja improvisadas. Cx 9, doc 2200.



provenientes de alguns recursos dos cofres provinciais<sup>452</sup>.

De acordo com Curio, a Matriz foi inaugurada somente em 1869 em um terreno na frente da praça da vila e demorou oito anos para ser erguida com o uso de materiais provenientes do antigo templo provisório ao lado da escola<sup>453</sup>. O terreno no qual foi edificado o templo foi doado pelo Barão de Nova Friburgo e, até o momento, não encontrei informações que me permitissem responder porque não foi utilizado o terreno anterior doado em 1847 pela irmandade<sup>454</sup>.

Dessa forma, podemos perceber que o processo de edificação do Templo Católico foi permeado por delongas e embates entre o poder eclesiástico e o temporal, formando suas próprias dinâmicas, mas também em conflito com as autoridades políticas, simbolizada na câmara dos vereadores da vila de Nova Friburgo. Além disso, o templo só foi construído em 1869 em um terreno no centro da vila doado pelo Barão de Nova Friburgo, ficando desde a chegada dos imigrantes suíços até essa data funcionando ora no Chateau, ora em uma igreja provisória na Escola de primeiras letras.

## **2.6. A presença protestante na Vila de São João Batista de Nova Friburgo e os conflitos acerca do templo e da liderança do pastor Sauerbronn**

Desde a imigração realizada por Gachet, a religião protestante estava presente em Nova Friburgo, pois cerca de 190 suíços que vieram na primeira leva eram calvinistas, contrariando o contrato de imigração. De acordo com Jaccourd, em 1819, houve uma parada dos imigrantes suíços em Dordrecht, na Holanda, antes de os navios embarcarem para o Rio de Janeiro. Nesta ocasião, os Suíços entraram em contato com o pastor C.C Merkus dessa cidade. Ele ficou responsável pelas tarefas religiosas da primeira leva de imigrantes até o embarque, deixando-os frequentar seu templo. Além disso, decidiu criar um colegiado calvinista de nome “College de Surveillance”<sup>1</sup>, composto pelos imigrantes Coronel de Luternau, capitão Porchat, Major de Sinner, Davoine, Jean Pierre Regamey, Molirz e o secretário Dupport<sup>455</sup>. Este teria com uma hierarquia definida: um presidente, quatro vice-presidentes e um secretário<sup>456</sup>.

<sup>452</sup> CURIO, Pedro. *Op. Cit.* p.106.

<sup>453</sup> Há uma solicitação de José Bastos para “arrear” os andaimes e as cruzetas do templo inacabado para a construção do novo em uma área distinta. Fundação Dom João VI, Cx 10, documento 3668.

<sup>454</sup> CURIO, Pedro. *Op. Cit.* p.107.

<sup>455</sup> Nomes de acordo com a ata da fundação do Colegiado.

<sup>456</sup> JACCOURD, Rafael. *Op. Cit.* p. 292.

<sup>1</sup> Também pode ser traduzido como “Colegiado de controle, supervisão ou vigilância”.

Esse colegiado foi institucionalizado por sua ata de fundação em 22 de agosto de 1819, antes do embarque dos colonos. O documento foi assinado pelo pastor Merkus, pelos membros da instituição e todos os colonos calvinistas. Esta ata se divide em duas partes, a primeira é uma declaração do pastor e a segunda é o conjunto dos artigos que compunham as regras da instituição. Na declaração do pastor ele demonstrou que a reunião teria sido feita e organizada pelos próprios membros, que os imigrantes deveriam buscar uma vida “afortunada” nas novas terras e “promover os interesses da Santa religião”, além de “velar por seus hábitos” e “buscar o mais rápido possível um eclesiástico protestante para dirigi-los nas novas terras”<sup>457</sup>.

A segunda parte compunha-se de seis artigos que organizavam a instituição. O primeiro versava sobre a criação de um “colegiado de fiscalização” que iria se encarregar em assegurar os interesses da religião e fomentar a educação religiosa dos filhos dos imigrantes. O segundo artigo regulava a hierarquia do colegiado sendo eles compostos de “seis pessoas recomendáveis pelos seus hábitos e aptidões”, escolhidas entre os “protestantes”<sup>458</sup>.

O terceiro artigo é o mais longo e é composto de cinco pontos. O primeiro ponto busca “defender os interesses religiosos dos protestantes diante de Sua Majestade” e “oferecer-lhe a liberdade de exercer o culto público”, além de “aceitar um eclesiástico consagrado na igreja protestante”. O segundo ponto recomendava o “culto particular”, a “submissão para viverem segundo os preceitos da santa religião” e a leitura da bíblia e a oração. O terceiro ponto diz respeito aos cultos particulares que deveriam ser realizados “regular e respeitosamente”, além de se estabelecer “leitores para ler alguns capítulos das sagradas escrituras, fazer sermões e orações par

a todos os colonos”. O quarto artigo coloca o objetivo de “velar pela educação religiosa das crianças” e, para isso, os pais deveriam dar atenção especial para essa questão, além de proporcionar que os “colonos mais aptos” possam instruí-las. Por fim, o quinto ponto diz respeito ao fornecimento de bíblias e livros que a instituição deveria providenciar “para leitura, oração e instrução” dos colonos protestantes<sup>459</sup>.

O quarto artigo versa sobre o caso de algum dos membros da hierarquia do Colegiado viesse a falecer. Caso ocorresse, outro deveria “imediatamente” ser nomeado para substituí-lo, com maioria de votos. O quinto artigo diz respeito às reuniões do

---

<sup>457</sup> “Atas do Colegiado de sobrevivência” Apud. NICOULIN, Martin. *Op. Cit.* p. 239.

<sup>458</sup> *Idem*, p.239.

<sup>459</sup> *Idem*.

Colegiado que aconteceriam aos domingos durante a viagem dos colonos até o Brasil. Por último, o sexto artigo diz respeito a permanência do colegiado que, depois de três meses após a chegada na vila deveria prestar contas de “tudo o que efetuou em favor dos Protestantes”, e então os seus líderes deveriam manter ou não o Colegiado além do período”, que seria determinado posteriormente<sup>460</sup>.

Diante desses dados, podemos pensar que o Colegiado tinha uma estrutura organizada. Existia uma ata de fundação, objetivos claros, funções para cada membro de sua hierarquia e um regulamento do qual os imigrantes deveriam seguir. Nesse sentido, toda a organização do colegiado estava devotada a defender os interesses dos protestantes na região, desde a regulamentação privada dos cultos e das práticas religiosas em família, até mesmo com objetivos como a educação das crianças na fé protestante e a organização de um pedido para terem mais liberdade religiosa no Brasil.

Para analisar de forma mais apurada esta ata, devemos compreendê-la como um indício do modo de vida calvinista. Há ênfase nos hábitos e na moralidade pessoal dos líderes como forma de traçar o perfil ideal da comunidade. Também a prosperidade é um elemento fundamental porque a ata observa que os imigrantes deveriam buscar uma vida afortunada, ou seja, bons hábitos e prosperidade se unem enquanto um modelo de vida a ser seguido.

Os objetivos do colegiado também são importantes para compreender o perfil da comunidade calvinista. A maior produção e difusão da bíblia protestante, a busca por liberdade de culto público, tentar institucionalizar a religião através de um pastor e a ênfase na educação religiosa podem ser considerados elementos para a sobrevivência dos hábitos calvinistas nas novas terras, além de demonstrar a diferença dessa comunidade com os aspectos da religião dominante naquele contexto.

Portanto, podemos afirmar que a religião protestante calvinista se fez presente em Nova Friburgo já antes da chegada dos imigrantes germânicos luteranos, em 1824, que tinha hierarquia própria e vários objetivos, embora não havia um pastor oficial, mas lideranças que leriam a bíblia e educariam os filhos na fé<sup>461</sup>. Dessa forma, antes da chegada dos alemães, o protestantismo estava organizado em Nova Friburgo com uma estrutura não representada por líderes oficiais como o clero católico, mas isso não significa que não houvesse alguma organização religiosa.

Diferentemente da situação vigente entre os suíços, com a chegada dos

---

<sup>460</sup> *Idem*, p.239.

<sup>461</sup> NICOULIN, Martin. *Op. Cit.c.* p.239.

imigrantes alemães, em 1824, uma comunidade protestante de maioria luterana se instalaria na vila de Nova Friburgo, sob a direção de seu primeiro pastor luterano, Friedrich Oswald Sauerbronn, que antes havia sido pároco em Becherbach<sup>462</sup>. Ela se organizava na casa do pastor ou de algum fiel, de forma muito precária e não tinha nenhum símbolo religioso que poderia indicar a existência de um culto ou um templo protestante. O que, aliás, condizia com a Constituição imperial outorgada naquele mesmo ano de 1824.

A Constituição de 1824, em seu parágrafo quinto, diz que “A Religião católica apostólica romana continuará a ser a religião oficial do Império” e todas as outras religiões “serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”<sup>463</sup>. Nesse sentido, como a Constituição foi outorgada em 25 de março de 1824, ou seja, antes da chegada dos imigrantes germânicos na vila, podemos observar que provavelmente os imigrantes protestantes já teriam sido orientados a não criar e desenvolver cultos fora do âmbito doméstico a criação de templos que demonstrassem sua natureza de forma pública, ou seja, com símbolos religiosos exteriores, torre e sinos.

Podemos perceber que existiam duas matrizes religiosas cristãs maiores – a católica e a protestante - no que tange à organização religiosa na região ocupada pelos imigrantes europeus. Sendo que entre os protestantes, havia uma maioria absoluta luterana e uma minoria de calvinistas. Considerando a vigência do padroado régio e de que o catolicismo era religião oficial do estado imperial, este fator já abria margem para um cenário potencial a conflitos, em especial pela eventual disputa entre católicos e protestantes. Portanto, é necessário investigar os conflitos em cada matriz religiosa.

Em um primeiro momento, podemos observar que os calvinistas suíços estariam organizados uma instituição protestante e que, a partir delas, resistiriam à hegemonia da Igreja Católica. Mas dentro dessa relação, podemos nos fazer algumas perguntas, tais como: até que ponto essa relação, que nos levaria a pensar que seria harmoniosa da comunidade protestante, foi modificada com a chegada de imigrantes luteranos germânicos em 1824? Em que medida a presença do Pastor Sauerbronn alteraria essas relações sociais? Houve tensões entre “College de Surveillance” e o desenvolvimento da comunidade luterana pelas mãos de Sauerbronn?

Pelos documentos demonstrados por Fluck, a reputação de Frederich Oswald

---

<sup>462</sup> MÜLLER, A. L. 2003. *Op.Cit.* p. 40.

<sup>463</sup> Constituição política do Império do Brasil (25 de março de 1824). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

Sauerbronn em BecherbachbeiKirn, onde foi pároco, não era boa. Em um processo eclesiástico disciplinar, ele teria sido acusado de diversas ações questionáveis ou “imoralidades”, tais como: bebedeira, ida a tavernas, calúnias ao governo de Kirn<sup>464</sup>, desvios de verbas e endividamentos<sup>465</sup>. Pela escassez de documentação, não podemos afirmar com clareza os motivos que levaram Sauerbronn a ter vindo para o Brasil, mas podemos suspeitar de dois deles: ou uma espécie de recomeço de suas atividades pastorais devido a problemas relacionados a algumas de suas atitudes – que aqui seriam identificadas pelo Monsenhor Joye como de má reputação –, ou o interesse de tentar uma vida melhor dada a propaganda exagerada do Major Schaeffer.

De acordo com Fluck, o pastor Sauerbronn teria que realizar algumas tarefas designadas por contrato, além de ser o líder protestante local ao chegar ao Brasil, tais como: atuar como missionário protestante junto aos indígenas e batizar os escravos no luteranismo. Em seu contrato, existe a referência de um pagamento anual de 200 guildas renanas, 300 morgen<sup>466</sup> renanos de terra e uma casa apropriada, além de 12 escravos<sup>467</sup>.

Em um primeiro momento, podemos dizer que os imigrantes suíços e germânicos que teriam o protestantismo como base religiosa, seja luterano ou calvinista, se uniram, organizados pelo College de Surveillance, e a figura do pastor Sauerbronn, que teria então a tarefa de realizar todos os ofícios religiosos para as duas comunidades. Podemos constatar essa união, pois em 1824, Sauerbronn realizou o sepultamento de um dos líderes do “College de Surveillance”<sup>468</sup> e, em 1825, foram levantadas ofertas financeiras na região do Jura, no cantão de Berna, a favor da comunidade protestante que residia na Vila e da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira<sup>469</sup>.

Nesse sentido, podemos observar que desde a chegada de Sauerbronn na vila, o “College de Surveillance” legitimou sua liderança, pois estava no estatuto da organização a necessidade de garantir uma liderança protestante em solo brasileiro. Além disso, em nenhum momento dos artigos da ata de fundação do agrupamento há menção a uma confessionalidade religiosa, mas somente o termo “protestante”, o que provavelmente foi o fator de aglutinação entre luteranos e calvinistas desde a chegada do pastor Sauerbronn.

<sup>464</sup> Kirn é uma cidade da Alemanha localizada no atual distrito de BadKreuznach, no estado da Renânia-Palatinado.

<sup>465</sup> FLUCK, R, Marlon. *Op. Cit.* p.12.

<sup>466</sup> 750 mil metros quadrados de terra.

<sup>467</sup> *Idem*, p.4.

<sup>468</sup> *Idem*, p.5.

<sup>469</sup> *Idem*.

Os conceitos de “protestante e “evangélico” nem sempre foram pensados como sinônimos. Segundo Dreher, o termo “protestante” tem sua origem por consequência de um conflito na segunda Dieta de Espira, de 1529. Esta tentou impedir novas reformas, como inovações nas missas e delegou aos estamentos germânicos a tentativa de impedir a expansão dos movimentos reformadores. Os reis germânicos partidários da fé reformada fizeram uma apelação no dia 19 de abril de 1529, junto com um protesto oral e formal, o que garantiu a eles o termo “protestante”. Para o autor, portanto, este termo possui uma origem política, ou seja, uma classificação política feita pela Igreja católica sobre os adeptos da reforma protestante<sup>470</sup>.

O conceito de “evangélico” possuía caráter normativo. Designava todo aquele que vivia em consonância com o Evangelho. Segundo Dreher, esse é o ponto de partida de Lutero para a utilização do conceito, já que o termo “luterano” tinha um caráter polêmico e pejorativo. Em 1817, foi criada por decreto pelo rei da Prússia a chamada “União Prussiana”: A união entre “reformados” e “luteranos” em uma “Igreja Cristã Evangélica”. Ou seja, a partir daí o termo começou a ser usado para designar uma Igreja unida<sup>471</sup>. Sendo assim, essas comunidades se reconheciam enquanto evangélicas e não como “protestantes”, ou seja, a utilização mais comum desse segundo termo era praticamente de uso discursivo da Igreja Católica como uma forma de separar politicamente duas grandes vertentes cristãs.

As fontes produzidas pelas autoridades oficiais da vila, nas quais aparecem elementos relativos aos calvinistas ou luteranos na vila, não se referem a eles como “evangélicos”, mas como “protestantes”. Tampouco reconhecem os termos “calvinistas” ou “luteranos”. Portanto, não categorizamos os imigrantes tanto da primeira, quanto da segunda onda imigratória como “protestantes”, mas definiremos a filiação religiosa quando as fontes permitirem, encarando-os enquanto “calvinistas” ou “luteranos”.

Não podemos afirmar que todos os calvinistas se integraram ao culto do pastor, mas diante dessas questões podemos perceber que houve uma espécie de integração. Também não sabemos a dimensão dessa inserção, se eles apenas participavam do culto ou se houve alguma conversão doutrinária, mas a atuação de Sauerbronn em rituais “protestantes” com a presença de calvinistas seria um sinal dessa mútua colaboração, pelo

---

<sup>470</sup> DIAS, M, ZWINGLIO e PORTELA (orgs). Protestantes, evangélicos, e (neo) pentecostais: História, Teologia, Igrejas e Perspectivas. São Paulo: Fonte editorial, 2014. p. 36.

<sup>471</sup> *Idem*, pp.39-40.

menos inicial.

Entretanto, embora houvesse um certo reconhecimento das duas comunidades acerca da legitimidade do pastor Sauerbronn para celebrar os ofícios religiosos de calvinistas e luteranos, sua situação financeira estava grave. Em 14 de julho de 1824, Monsenhor Miranda autorizou o pagamento ao pastor da quantia acordada de 200 mil réis anuais para o pastor realizar todas as suas funções<sup>472</sup> e em 19 de agosto do mesmo ano, autorizou a estadia de Sauerbronn na casa que foi abandonada por Carlos Metzquer, um suíço, a fim de que os protestantes pudessem ter um local doméstico para culto e o pastor, uma casa para morar<sup>473</sup>. Dois meses depois, Miranda concedeu mais cem mil réis anuais como gratificação, chegando à quantia de 300\$000<sup>474</sup>.

No mesmo ano em que as ofertas da região do Cantão de Jura, na Suíça foram levantadas para ajudar o “College de Surveillance” de Nova Friburgo, o pastor Frederich Sauerbronn foi acusado de estar imerso em dívidas com o cofre da vila e também com outros credores, segundo podemos constatar. Em 23 de março de 1825, um ano após a chegada, devido à grave situação em que se encontrava com seus credores, o claviculário do cofre da vila deveria emprestar a Sauerbronn a quantia de 300\$000<sup>475</sup>, por ordem de monsenhor Miranda; ou seja, um ano inteiro de seu salário e ele deveria se comprometer em pagar com a quarta parte do ordenado que fosse receber<sup>476</sup>.

Mesmo com essa quantia em mãos, ao que parece, ele não teria conseguido dar conta das dívidas, pois já estava comprometido a pagar o que devia a Luiz Meyrat, o que fez a Corte lhe deixar pagar com somente a quinta parte do ordenado toda a dívida que tinha contraído, por meio de um decreto do dia 30 de março de 1825, ou seja, retirou o valor necessário ao pagamento<sup>477</sup>. No mês seguinte, em 6 de abril, Sauerbronn acusou o recebimento da quantia, mas tudo indica que contraiu outra dívida com um amigo de José de Paiva Guedes<sup>478</sup>, Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva, no valor de

<sup>472</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Autorização de envio de 200 mil réis ao pastor Sauerbronn. VI, Cx 1, documento 337.

<sup>473</sup> *Idem*.

<sup>474</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Aumento de 300\$000 réis para o Pastor Saerbronn realizar suas funções. Cx 2, documento 442.

<sup>475</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Empréstimo de 300\$00 para o Pastor Sauerbronn". Cx 2, documento 595.

<sup>476</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Empréstimo para Sauerbronn. Cx 2, documento 602.

<sup>477</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ordem de uso da quinta parte do salário de Sauerbronn para dívidas. Cx 2, documento 603.

<sup>478</sup> Secretário dos negócios do Império.

100\$000<sup>479</sup>. Dessa forma, em torno de um ano depois de ter chegado ao Brasil, Sauerbronn estava com uma dívida de 400\$000 réis, maior que todo o seu ordenado anual.

Nesse contexto, o pastor acabou se envolvendo em uma contenda com um devedor seu, de nome Guilherme Schumpf, que teria contraído uma dívida de 259 florins com o pastor. Segundo ordens da S.M.I, em uma carta de José de Paiva Guedes, Schumpf deveria reembolsar Sauerbronn nesse valor. Não sabemos ao certo se esta dívida foi contraída no Brasil ou antes da imigração. O caso passou para as mãos do juiz de fora da Vila de Macacu, para que ele conseguisse acabar com a questão<sup>480</sup>. Infelizmente, não encontramos mais informações sobre essa questão e, portanto, não sabemos se Schumpf cumpriu sua parte do acordo com o pastor.

Em 27 de agosto de 1825, Sauerbronn se comprometeu a pagar sua dívida com o Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva e disse que iria pessoalmente encontrá-lo para cumprir o seu acordo, pois teria recebido uma “avultada” quantia da Corte<sup>481</sup>. O que pode ser confirmado pelo fato de o pastor ter se ausentado da vila em diversas ocasiões. Não sabemos todos os motivos, mas desde 24 de março de 1825, ele ia ao Rio de Janeiro com frequência, segundo Miranda, “tratar dos seus negócios”. Contudo, ao que parece, até o dia 13 de abril de 1826, o pastor não tinha pago suas dívidas, pois em uma carta nesta data, Antônio de Paiva Guedes se lamentou dizendo que seu amigo queria muito receber o dinheiro do pastor, mas sabia que o pagamento iria tardar<sup>482</sup>.

Desde quando começou a contrair dívidas, Sauerbronn se ausentava da vila. O que gerou uma relação mais conflituosa com Monsenhor Miranda, pois, a partir de 20 de outubro de 1825, ao invés de as cartas para a vila tratarem das dívidas do pastor, duas delas tratariam de acusar Sauerbronn por ter “conduta irregular<sup>483</sup>”. A primeira foi do Barão de Valença, que ressaltou que o pastor teria uma “má conduta”, pois diversas vezes se ausentava da colônia sem licença. Diante disso, ameaçou Sauerbronn dizendo que se ele continuasse com essa postura retiraria os ordenados referentes ao dia em que ele se ausentasse, além de se formar “severas medidas” caso continuasse com os seus

---

<sup>479</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Empréstimo de 100\$000 com Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva. Cx 3, docs. 725.

<sup>480</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Solicitação do Barão de Valença para que se conheça a conduta moral do Pastor Sauerbronn. Cx 3, docs. 731 e 734.

<sup>481</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Promessa de pagamento de Sauerbronn para o Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva. Cx 3, docs. 739.

<sup>482</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Aviso de Antônio de Paiva Guedes para o pagamento de Sauerbronn para seu amigo. Cx 3, docs. 872.

<sup>483</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Sobre a conduta irregular do pastor Sauerbronn. Cx 3, docs.s 788 e 791.



“perniciosos exemplos<sup>484</sup>”. A segunda foi a de Monsenhor Miranda, que disse para o Pastor voltar para a Colônia o mais rápido possível e ressaltou a sua “má conduta”. Infelizmente, a autoridade católica não deixou clara punição alguma sobre essa questão. Mas, na mesma carta havia ordem de monsenhor Miranda a Francisco Salles para fiscalizar todos os funcionários – civis, militares e eclesiásticos - para que eles cumprissem seus deveres e não se ausentassem da colônia, como fez Sauerbronn<sup>485</sup>.

No mesmo período em que Sauerbronn estava com sua situação financeira agravada por causa dessas dívidas, além de discursos contrários à sua conduta, começaram conflitos entre ele, os membros do “College de Surveillance” e outros fiéis protestantes. Provavelmente as querelas internas se relacionavam também com a questão as acusações de dívida e de “má conduta moral”.

A primeira tensão ocorreu por conta das doações da Sociedade Filantrópica Suíça mencionadas anteriormente que, segundo as acusações, teriam sido desviadas pelo próprio pastor. O primeiro ato contra Sauerbronn expresso na foi uma comunicação dos fiéis que participavam do culto de Sauerbronn para Charles Ferdinand Morel, o pastor coordenador da região de Jura, na Suíça. Este, por sua vez, enviou uma solicitação para o Comitê de Missão de Basileia para o envio de um pastor para a vila de Nova Friburgo que soubesse francês, alemão e espanhol a fim de substituir Sauerbronn<sup>486</sup>. Em decorrência dessa situação, o pastor Charles Ferdinand Morel, da região de Berna (um Cantão da Suíça) fez a solicitação ao Comitê de Missão de Basileia a indicação de um pastor que soubesse francês, alemão e espanhol, tendo a escolha recaído no pastor Henrich Hieronymus Wulff.

Podemos perceber que o “College de Surveillance” mantinha contato com uma organização protestante do Cantão da Suíça e, provavelmente, se reuniram para tentar uma atitude como esta. Porém, de pela falta de documentos, não consegui até o momento saber quais foram os membros que pediram a saída de Sauerbronn e sua relação com ele. Mas o interessante aqui é ver que, ao que parece, os suíços calvinistas teriam tentado buscar outra liderança religiosa que atuasse em Nova Friburgo. O fato de terem ido buscar o novo pastor na suíça é, ao meu ver, significativo porque demonstra a intenção de calvinistas e luteranos passarem a seguir caminhos distintos.

---

<sup>484</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Sobre a conduta irregular do pastor Sauerbronn. Cx 3, doc 788.

<sup>485</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ainda sobre a conduta irregular do pastor Sauerbronn. Cx 3, documento 791.

<sup>486</sup> FLUCK, R, Marlon. *Op. Cit.* p.6.

No mesmo ano, o vigário Joye interferiu nessa questão enviando um relatório para o delegado cantonal de polícia de Berna, Karl Ludwing Rudolf Von Wattenwyl, dizendo que o pastor Sauerbronn era um “sujeito muito malvado” e que, mesmo recebendo 100 louis d’ouro e vários outros recursos da Europa, se encontrava endividado e em estado de miséria. Além disso, o acusou de gastar todo esse dinheiro “satisfazendo as suas paixões” e que, com isso, perdeu por “razão justa” a confiança dos seus próprios fiéis<sup>487</sup>. Podemos cogitar aqui uma oportunidade que o padre Joye teve, diante dessa situação conflituosa do pastor Sauerbronn e a comunidade calvinista, para tentar desmoralizá-lo e ganhar mais espaço, em termos religiosos na Vila. Aproveitava-se, assim, daquela tensão entre os calvinistas reunidos no *Collège de Souvaillance* e Sauerbronn para reforçar ataques contra o pastor luterano.

Em 1827, começou a ser articulada uma estratégia calvinista para transformar as condições dos protestantes que residiam no Brasil. A intenção era que fosse designado pelo cantão de Zurique um cônsul reformado para o Rio de Janeiro. Relacionado a essa mobilização, a *Sociedade Auxiliadora da Basileia*, de cunho calvinista, buscou e recebeu de Londres 200 libras esterlinas para a construção de um Hospital na Vila de Nova Friburgo, mas também com a possibilidade de edificação de um templo protestante, que não sabemos de qual filiação exatamente, na Vila com o montante arrecadado<sup>488</sup>.

A construção desse templo pode ser vista também como um conflito interno entre os fiéis calvinistas e a hierarquia oficial luterana representada pelo pastor Sauerbronn. Um dos motivos que podemos demonstrar sobre essa questão é que, em uma carta, Karl Ludwig Von Wattenwyl, membro da comissão de Emigração do Cantão e Berna, na Suíça e presidente da *Sociedade Auxiliadora da Missão de Basileia* no mesmo Cantão, além de ser delegado de polícia, disse ter percebido que o Pastor Sauerbronn era “um lobo entre seu rebanho” e um “verdadeiro impostor”<sup>489</sup>. Ou seja, a questão moral foi então fator determinante para que esse conflito se acentuasse, demandando que um novo pastor fosse um homem de boa conduta<sup>490</sup>.

Para os calvinistas, o critério utilizado para a escolha de um pastor no seio de uma comunidade era justamente a sua boa conduta. Ou seja, se ele se coadunaria aos desígnios bíblicos e teológicos em questão. Porém, devemos entender que os calvinistas eram severos com relação à dança, bebidas e divertimentos. Um dos pontos centrais da

---

<sup>487</sup> *Idem.*

<sup>488</sup> *Idem.*

<sup>489</sup> *Idem*, p.7.

<sup>490</sup> *Idem.*

doutrina calvinista é a tese da “degeneração total”, ou seja, os homens, por causa do pecado original, estariam imersos em um estado de degeneração. Aqueles que saíssem ou tentasse sair deste estado, conseguiriam a Graça divina e alcançaria aos céus, sendo, portanto, eleitos por Deus<sup>491</sup>.

As acusações que recaíram sobre Sauerbronn utilizaram argumentos que se baseavam em sua moralidade. Essa questão é latente por causa da doutrina da predestinação divina, típica dos calvinistas. Para os adeptos do calvinismo, Deus teria lançado uma espécie de semente no coração do homem para este lhe buscar. Porém, ele teria a liberdade para fazer o que quisesse com sua vida. Sendo assim, depois do pecado de Adão, o homem teria perdido alguns dons “sobrenaturais” da criação, como a claridade da fé, a integridade e retidão que pertenceriam à vida celeste e à felicidade eterna<sup>492</sup>. Por causa dessa realidade dramática, o homem teria adquirido uma tendência para o mal e estaria em uma espécie de impasse porque mesmo com essa tendência, ele teria em suas mãos a liberdade e a responsabilidade. Diante dessa questão, Deus teria, em sua misericórdia, a possibilidade de salvar alguns e de condenar outros. Os eleitos por Deus teriam um sinal dessa eleição, sendo o critério a moralidade e a pureza<sup>493</sup>.

Ao analisar a forma pela qual os calvinistas entendiam sua escatologia e os critérios morais, podemos perceber que as acusações contra Sauerbronn tem relação com os aspectos doutrinários calvinistas. Ao ser acusado por sua possível conduta, os calvinistas reforçaram um elemento de diferença entre as duas comunidades, o que teria gerado os conflitos internos ao grupo unido sob a liderança de Sauerbronn. Ou seja, a visão moral e escatológica do pastor seria diferente daquela dos membros calvinistas que moveram as ações contra ele. Então, mesmo que em um primeiro momento os calvinistas eram, de certa forma, integrados ao culto luterano de Sauerbronn, uma cisão doutrinária teria gerado conflitos entre a liderança e seus fiéis.

Um dos motivos citados por Fluck para a permanência de Sauerbronn como pastor na região e o fracasso do projeto calvinista de envio de outro pastor para o Brasil é que Sauerbronn tinha uma rede de sociabilidade sólida, ao ponto de resguardar sua função de pastor junto aos fiéis luteranos. Não temos como saber se toda ou a maioria da comunidade de fiéis calvinistas partilharia das concepções das lideranças que tentaram substituir Sauerbronn. Talvez por assessorar o *Collège de Surveillance* ou por construir o

---

<sup>491</sup> DELUMEAU, J. Nascimento e afirmação da reforma. São Paulo: Pioneira, 1989. p.127.

<sup>492</sup> *Idem*, p.129.

<sup>493</sup> *Idem*, p.130.

cemitério protestante, mas até o momento não consegui dados que comprovem essas questões.<sup>494</sup>

Em 1827, as tensões começam a se acentuar, formando até um Consistório reformado<sup>495</sup> contrário e outro a favor de Sauerbronn, na Vila, baseados em acusações das mais variadas que atingiam a conduta moral do pastor luterano. Tal questão afetou a comunidade evangélica suíça local que pretendia buscar outro pastor para o Brasil, alegando que Sauerbronn queria voltar para a Europa. Então, a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro enviou um processo contra o pastor, e ambos os consistórios enviaram cartas em português e os argumentos foram mediados por um Tabelião<sup>496</sup>.

Após esse embate, o cônsul suíço Tavel escreveu ao Monsenhor Miranda explicando todas as acusações a Sauerbronn e este respondeu que o governo brasileiro estava suficientemente informado sobre o seu comportamento e não via razão para a sua destituição<sup>497</sup>. Podemos perceber que o Estado imperial, na pessoa de Monsenhor Miranda, não se importou com a solicitação contrária ao pastor e, talvez, seria por conta das despesas com um novo membro da hierarquia, que ganharia a mesma cônica de um padre. Até o momento, não consegui dados suficientes para responder essa questão.

A situação para o pastor começou a mudar quando, em 1829, o consistório protestante formado pelas duas confissões e seu presbitério se reuniram e decidiram tomar o partido de Sauerbronn, considerando que ele foi o “consolador da pobre comunidade”. Ainda havia uma petição para ajudá-lo e a sua extensa família que estava “altamente necessitada e deplorável”<sup>498</sup>. O que tudo indica, é que foi solicitada ao cônsul uma ajuda ao pastor, mas foi esta negada.

Também em 1829, outras tensões permeavam a vida dos protestantes na Vila de Nova Friburgo, como a última possibilidade de organização de um grupo calvinista no que tange a enviar um pastor para a Vila, sob a alegação de que esta estaria “abandonada”. No entanto, o cônsul suíço não poderia fazê-lo caso a vinda de outro pastor não fosse subsidiada pelo governo Imperial<sup>499</sup>. Nesse mesmo ano, no dia 28 de agosto, o Cônsul Tavel pediu ao governo suíço a demissão do pastor Sauerbronn, alegando que “pessoas

<sup>494</sup> FLUCK, R, Marlon. *Op. Cit.* p. 8.

<sup>495</sup> Uma espécie de reunião composta por fiéis e membros da hierarquia protestante, geralmente calvinista, com o objetivo de resolver alguma divergência interna.

<sup>496</sup> FLUCK, R, Marlon. *Op. Cit.* p. 9.

<sup>497</sup> *Idem.*

<sup>498</sup> *Idem*, p.10.

<sup>499</sup> *Idem*, p. 11.

confiáveis garantiram que [seria] vergonhoso se ele continua[sse] em seu posto”<sup>500</sup>. O governo de Berna respondeu de forma áspera, alegando que seria “muito tarde” para tal ação<sup>501</sup>.

Podemos avaliar como síntese desse processo, que a comunidade protestante da Vila de Nova Friburgo desde 1824 estava organizada em uma matriz luterana, influenciada pelo pastor Sauerbronn, e outra composta por suíços calvinistas e/ou católicos, com cerca de apenas 10 ou 12 famílias, com organização própria, mas assessorada em seus ofícios religiosos por Sauerbronn<sup>502</sup>. Embora Fluck divida essas duas comunidades de acordo com o local de origem, sendo o primeiro composto pelas cortes germânicas e outro composto pelos imigrantes suíços, acredito que essas duas comunidades estavam unidas em seus cultos presididos por Sauerbronn.

Por algum motivo que ainda não consigo melhor deslindar, a comunidade de suíços calvinistas reunida no Collège de Surveillance não desenvolveu uma liderança religiosa de sua confissão – talvez pelas restrições do artigo 5 da Constituição imperial ou pelo próprio fato de a motivação original do projeto de migração suíça governo imperial ter sido claro quanto ao fato de serem católicos. Mas o importante aqui é ver que por algum motivo eles abriram mão da constituição de uma liderança própria e escolheram até um certo momento se abrigar sob a condução pastoral de Sauerbronn. A partir de certo momento, não aceitaram mais esta liderança, passando a questioná-la. A princípio, penso que pode ter sido por questões doutrinárias e políticas ou vice-versa, sem poder, ainda, definir melhor qual destas teria vindo primeiro.

O importante aqui é ver na busca dos calvinistas por outro pastor o questionamento a uma autoridade legitimada. Ao mesmo tempo, as tensões pareciam ter sido provocadas pelos aspectos morais do pastor considerados negativos pelos calvinistas, o que torna a convivência permeada de tensões entre a liderança e um grupo de fiéis com aspectos doutrinários diferentes. Sauerbronn perdeu o poder simbólico que tinha junto ao grupo que se reunia em sua comunidade, na medida em que não era mais considerado legítimo por eles.

Não temos como saber ao certo se tanto o College Surveillance, quanto os luteranos foram, de fato, alocados de forma a guardar a identidade do local de origem e seus costumes ou se foram administradas somente por diferenças organizacionais para com

---

<sup>500</sup> *Idem.*

<sup>501</sup> *Idem.*

<sup>502</sup> *Idem.*

a hierarquia católica oficial. A partir de 1850, essas tensões internas não mais poderiam ser mapeadas, pois, não aparecem mais nas referências bibliográficas e documentais aqui utilizadas<sup>503</sup>.

No próximo capítulo, busco analisar de que forma essa tensão religiosa se refletiu também em conflitos em torno de rituais como enterramentos, casamentos, além do trânsito religioso provocado por abjurações de colonos protestantes e a volta de alguns deles ao culto protestante depois da chegada de Sauerbronn na vila.

---

<sup>503</sup> *Idem*, p.12.

### Capítulo 3

#### Conflitos religiosos em torno de rituais na Vila de São João Batista de Nova Friburgo

Os conflitos religiosos em torno de certos rituais marcaram a vila de São João Batista de Nova Friburgo entre os anos de 1824 a 1826. Neste capítulo iremos analisar diversos embates entre luteranos, calvinistas e católicos que dividiam o espaço da vila. Essas contendas aconteceram com a chegada de Sauerbronn, responsável, juntamente com sua comunidade, pela mudança da configuração religiosa do espaço da vila. Vila essa na qual, além de conviver com elementos diferentes de suas práticas e doutrina, a Igreja católica teria que disputar o monopólio dos bens simbólicos com um pastor evangélico que possuía reconhecimento oficial do Estado imperial, uma vez que recebia o sustento como funcionário do Império, tanto quanto os sacerdotes católicos.

Segundo José Carlos Pedro, desde a chegada de monsenhor Joye, vários colonos de confissão calvinista teriam abjurado<sup>504</sup>, passando a integrar o grupo dos católicos. Aspecto que demonstra que a chegada destes suíços não católicos não ameaçou o catolicismo na região. Com a chegada de um pastor luterano, entretanto, houve uma série de querelas entre os líderes religiosos locais por ocasião da realização de alguns rituais. Exemplo disso foram os casos do enterramento de um dos líderes do Colegiado de sobrevivência, o enterro de Peter Leopold (filho de Sauerbronn), o casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner, além da admissão de abjurados aos cultos protestantes. Todos ocorridos ao longo da década de 1820.

A base desses conflitos foi a disputa de fiéis entre Monsenhor Joye e Sauerbronn. A presença do pastor e, conseqüentemente, suas ações em rituais, teriam gerado uma concorrência aos bens simbólicos na região, resultando na introdução de calvinistas suíços abjurados ao culto luterano, a formação de um cemitério acatólico após o conflito em torno do enterro de Peter Leopold, a admissão por parte de Sauerbronn, sem

---

<sup>504</sup> PEDRO, José Carlos. *A Igreja Católica: Fé e poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*. In: ARAÚJO, R. J e MAYER, M, J (orgs). Teia Serrana. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2003. p.114.

autorização da liderança católica, do casamento entre Clara Egrin, católica, e Amadée Sinner, protestante, Além do sepultamento de líderes do Colegiado de Sobrevivência, Calvinistas, pelo pastor. Todas as ações resultaram em denúncias de Monsenhor Joye contra o pastor luterano, evidenciando uma clara existência de concorrência aos bens simbólicos na localidade.

Ao propor esse tipo de análise acredito que é necessário, antes, apresentar o que estou entendendo por ritual. Na definição de Peirano, um ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica, constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, expressos por diversos meios. Estas sequências são repetidas, com diversos níveis de formalidade e rigidez. Os rituais analisados neste capítulo, casamentos, abjurações e enterramentos, possuíam esses elementos, mas, no caso dos protestantes no Brasil dessa época, alguns eram vedados, como a expressão das palavras, símbolos e atos publicamente, além do casamento de um católico em igreja protestante sem licença do episcopado<sup>505</sup>. A suposta quebra dessas regras atribuídas a Sauerbronn por Joye, em denúncias, teriam expressado os conflitos em questão.

Os traços constitutivos de um ritual podem ser observados como “performativos” em três sentidos, para Peirano, a saber: quando dizer é o equivalente a fazer alguma coisa, como um ato convencional, os participantes experimentam intensamente uma performance que se utiliza de várias formas de comunicação e por causa dos valores sendo inferidos e criados pelos atores<sup>506</sup>. No caso da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, os rituais que geraram os conflitos eram formados por elementos oriundos de práticas religiosas e tinham caráter performativo, já que foi por causa dos gestos e ações de Sauebronn a partir de certos rituais por ele realizados que essas querelas se desenvolveram. Ao longo desse capítulo, buscarei identificar de que forma tais rituais podem ser compreendidos a partir da definição de alguns teóricos.

O elemento que evidencia o surgimento dos conflitos religiosos na vila em torno de alguns rituais, como casamentos e enterramentos, é a presença de lideranças de duas diferentes confissões disputando a afirmação do poder religioso em um mesmo espaço, qual seja o da vila de Nova Friburgo. Para compreender esse processo de disputa, farei uso de algumas das concepções propostas por Pierre Bourdieu. Para ele, há uma

---

<sup>505</sup> Constituição de 1824. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf)

<sup>506</sup> PEIRANO, M. Rituais ontem e hoje, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 11



intensa relação entre um corpo profissional religioso de especialistas e a prática do poder simbólico, compreendendo-se este último como um poder quase invisível que só poderia ser exercido com a cumplicidade daqueles que não sabem que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem<sup>507</sup>. Ou seja, o poder simbólico é exercido sobre aqueles que podem não saber que estão neste processo de sujeição, mas a ação de quem o exerce é legitimada justamente por aqueles que são submetidos. No caso da vila, o Pastor Sauerbronn e o Monsenhor Joye exerciam o poder simbólico sobre seus fiéis, disputando-os em suas igrejas. Eles, portanto, estariam em concorrência pela sua legitimação enquanto representantes de uma dada hierarquia religiosa<sup>508</sup>. Com base em tais aspectos, procurarei demonstrar que naquela região a legitimidade e a disputa por fiéis entre Sauerbronn e Joye se expressaram nos conflitos religiosos por ocasião de alguns rituais.

A maioria das fontes utilizadas para analisar os conflitos religiosos em questão são os ofícios da vila, que eram comunicações entre representantes dos poderes locais e Todos os casos observados estão nestes ofícios e ocorreram em um curto intervalo de tempo. Porém para melhor analisar tais casos, optarei por separá-los tematicamente, além de refletir acerca das ações tomadas pelas autoridades imperiais para superar os embates entre os dois sacerdotes em questão.

### **3.1. Conflito religioso em torno do casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner**

No dia 6 de julho de 1824, Monsenhor Miranda enviou um ofício para Luiz José de Carvalho e Mello, um dos administradores da colônia, buscando esclarecimentos sobre o casamento de Clara Egrin com Amadée Sinner que teria ocorrido no dia 30 de maio de 1824. Segundo Miranda, o Monsenhor Joye havia lhe comunicado que o Pastor Sauerbronn teria “casado um protestante com uma católica de nome Clara, ambos pertencentes à colônia suíça, sendo esta mulher já casada com David Heche, sem ter constado que este tivesse falecido”<sup>509</sup>. Diante disso, Miranda recomendou que Luiz de

---

<sup>507</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.12.

<sup>508</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.13.

<sup>509</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheritos a respeito de denúncia de casamento de um protestante com uma católica. Cx1, n.322.

Carvalho e Mello investigasse o caso e buscasse “os mais escrupulosos exames para o esclarecimento da verdade”<sup>510</sup>.

A família Heche era composta por David, um veterano das guerras napoleônicas; Clara, que estava grávida no momento do embarque, e o filho do casal, David Henri. Eles embarcaram no navio *Debby Elisa* na primeira leva de imigrantes suíços, sem passaporte. Antes mesmo de chegarem até a vila, na estrada de Macacu, Clara deu à luz a outro filho, Marcelo. Já inseridos na vila, ocupavam a casa 98 no lote 32. David Heche era protestante, mas abjurou, sendo batizado novamente na fé católica<sup>511</sup>. Também havia embarcado no *Debby Elisa* Charles Amadée Sinner com seu filho homônimo, tendo deixado a mulher na Suíça e ocupando o lote 21, casa 98.

Para entendermos o significado desta denúncia, temos que compreender a natureza do casamento para a Igreja Católica. Este era considerado um sacramento que se pretendia indissolúvel, ou seja, marido e mulher permaneceriam casados para sempre. Mas o matrimônio poderia ser anulado dependendo de alguns fatores. Portanto, o casamento só seria mantido e considerado legítimo se não houvesse impedimento. Esses foram determinados pelo Concílio de Trento e assimiladas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que eram as normas eclesiásticas vigentes no Brasil até então<sup>512</sup>.

Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, todos os sacramentos possuem “matéria” e “forma”. A primeira é um dado material, visível, como a hóstia ou um óleo, já a forma é a estrutura do ritual, se ele é realizado por palavras, gesticulações, orações, etc. No caso do sacramento do matrimônio, a matéria é formada pelo “domínio dos corpos” que juntos “se contraem em casamento” e “os fazem casados”. A forma “são “as palavras e sinais de consentimento”, expressando “a mútua aceitação”<sup>513</sup>.

Para a Igreja Católica, o casamento possuiria três fins. O primeiro deles é a “propagação humana para honra de Deus”, ou seja, o sentido da procriação. O segundo é “a fé e a lealdade” que os casados devem “guardar mutuamente”. Já o terceiro é o da “inseparabilidade dos casais”, já que ambos representariam “a união de Cristo Senhor com

---

<sup>510</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheritos a respeito de denúncia de casamento de um protestante com uma católica. Cx1, n.322.

<sup>511</sup> BON, H. *Op. Cit.* p.511.

<sup>512</sup> Dos parágrafos 259 ao 317 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* contém as normas eclesiásticas que regulam o sacramento do matrimônio. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>

<sup>513</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p.107. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>

a Igreja”. Além dessas três finalidades, o casamento também era entendido como “remédio para aqueles que não podem ser continentes”<sup>514</sup>.

Para se casar, o homem deveria ter no mínimo 14 anos completos e a mulher, 12 anos. Mas, para se casar, os contraentes não devem possuir nenhum impedimento, porque o sacramento do Matrimônio é o maior em quantidade de formas de anulá-lo. Na verdade, as *Constituições Primeiras* recomendavam que todos aqueles que soubessem de algum impedimento dos noivos, até “mesmo pais e mães”, deveriam denunciar os noivos, “sob pena de excomunhão”. Era, portanto, considerado como incorrendo em “grave pecado” todos aqueles que escondessem casos de impedimento, além de pagarem, em dinheiro, por causa de seus atos<sup>515</sup>.

O parágrafo 269 desta legislação eclesiástica versava sobre as denúncias de eventuais impedimentos sobre os pretendentes ao matrimônio. Durante três domingos seguidos ou em dias santos, os fiéis teriam a possibilidade de denunciar qualquer impedimento que pudesse anular um casamento previamente anunciado por meio dos proclamas<sup>516</sup>. Tais impedimentos poderiam ser os seguintes: “erro de pessoa”, quando os noivos não se conheciam (em casos de casamentos arranjados); de “condição”, quando um fosse obrigado a casar sem que o outro tivesse conhecimento; além do impedimento de “voto”, quando alguém houvesse feito previamente votos solenes ou de ordens sacras.<sup>517</sup>

Havia também o impedimento de “cognação” ou “Aгнаção”, que era categorizado em três matérias: natural, espiritual e legal. A primeira era quando os contraentes tinham parentesco até o quarto grau, já a segunda se os noivos eram padrinho e/ou afilhado de batismo ou crisma e a terceira era quando as partes eram consideradas como pai/mãe ou filho/filha por adoção<sup>518</sup>. O impedimento de “crime” também foi ressaltado. Acontecia quando um dos contraentes, com o cônjuge anterior ainda vivo, havia prometido em casamento a(o) nova(o) esposa(o) ou se casassem de fato com o cônjuge anterior ainda vivo. No casamento de Clara Egrin e Amadée Siner, este foi o impedimento

---

<sup>514</sup> *Idem.*

<sup>515</sup> Constituições Primeiras do Acerbispaço da Bahia, p.116. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>

<sup>516</sup> SANTIROCCHI, D. I. *O matrimônio no Império do Brasil*: Uma questão de Estado. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro 2012 p.84.

<sup>517</sup> Constituições Primeiras do Acerbispaço da Bahia, p.116. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>

<sup>518</sup> SANTIROCCHI, D. I. *Op.Cit.* p.84

que teria gerado o embate religioso, já que havia suspeitas de que Clara teria sido casada anteriormente com David Hech.

Havia a “disparidade de religião”, de modo que a diferença religiosa ainda poderia ser um motivo de impedimento, embora pudesse haver casamento se ambos concordassem em criar os filhos segundo a fé católica. Também havia o impedimento da “força ou medo”, quando alguém casasse constrangido pelo medo; o impedimento de “ordem”, quando um dos contraentes teria ordem sagrada e o “ligame”, que era quando um dos contraentes já havia prometido em casamento a outra pessoa antes, mesmo que tivesse sido somente com palavras<sup>519</sup>. Por fim, havia os impedimentos de “honestidade”, “afinidade”, “impotência”, “rpto” e “ausência de pároco”. O primeiro versava sobre a promessa de casamento anteriormente feita entre os cônjuges, já o segundo diz sobre a criação de parentesco até o quarto grau com o cônjuge, não podendo casar com os parentes do cônjuge até o quarto grau. O terceiro era referente a incapacidade de procriar ou de copular, já o quarto seria o ato de raptar para forçar o casamento e o quinto era relativo a ausência do pároco e de duas testemunhas, já que seria inválido um casamento sem a presença de um sacerdote<sup>520</sup>.

Devemos ressaltar que a possibilidade de divórcio era um elemento estranho ao catolicismo. A única possibilidade que existe para os contraentes se afastarem é a “separação carnal”. Segundo Dias e Oliveira, em caso de adultério, *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* liberavam o casal de coabitação, mas estariam ainda casados, não podendo casar novamente. Neste estado, o casal deveria manter uma vida austera e casta, sem poder relacionar-se com outra pessoa<sup>521</sup>.

Podemos perceber que existem muitas formas de nulidade do matrimônio, sendo este o sacramento católico que mais poderia implicar em casos de impedimentos. No ritual luterano de casamento de Clara Egrin com Amadée Sinner, o que estava em questão para a autoridade católica local era se David Heche estava vivo ou não. Havia uma desconfiança de que eles haviam se casado na Igreja católica ainda na Europa, já que ambos eram suíços e vieram na primeira leva de imigrantes para a Vila de Nova

---

<sup>519</sup> *Idem*, p.85.

<sup>520</sup> *Idem*.

<sup>521</sup> DIAS, A E OLIVEIRA, R, S, B. Casamento e divórcio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: o caso de Livia da Purificação. In: XI Colóquio do Museu Pedagógico. 14 a 16 de outubro de 2015. p.21.

Friburgo<sup>522</sup>. Egrin era suspeita de cometer adultério ao se casar com Amadée Sinner perante Sauerbronn, já que não haveria a possibilidade de casar uma divorciada. O que poderia conduzir impedimento por “crime” e “disparidade de religião”.

Seguindo a perspectiva de Durkheim, as características de uma religião são crenças, ritos e as noções de sagrado e profano. As crenças seriam os estados da opinião que se constituem em representações e os ritos os modos de ação derivados das crenças. Já os termos “sagrado” e “profano” seria uma espécie de “classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens representam, em duas classes ou dois termos distintos”<sup>523</sup>. O sagrado é caracterizado, segundo Vares, como o fato de estar apartado das coisas cotidianas. É a partir dessa dicotomia que o sagrado despertaria reações, sentimentos e emoções em sua defesa quando fosse considerado por uma dada autoridade religiosa como profanado. Já o profano seria formado por relações puramente banais e cotidianas da vida, sem nenhum vínculo com elementos transcendentais, geralmente em torno de uma religião<sup>524</sup>.

O casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner pode ser considerado um caso de profanação na perspectiva de Monsenhor Joye, autor da denúncia. Sob este ponto de vista do discurso do padre, Sauerbronn teria errado em ter feito um casamento entre pessoas de religiões diferentes sem uma licença emitida pelo padre, já que Clara era católica. Mais do que isso, ao ter supostamente realizado um casamento de uma mulher que teria sido casada anteriormente, rompeu com a indissolubilidade do casamento, violando a matéria sacramental, no caso, o corpo do casal, forma pela qual o catolicismo entendia o sacramento do Matrimônio, já analisado anteriormente. Dessa forma, podemos perceber como houve uma disputa de acordo com o sistema de crenças de cada líder religioso na vila.

Segundo Durkheim, uma religião é um sistema solidário de crenças seguidas e de práticas relativas a coisas sagradas. Crenças e práticas que unem indivíduos numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem<sup>525</sup>. Clara Egrin e Amadée Sinner foram investigados a pedido de Monsenhor Miranda de acordo com os parâmetros da religião oficial do Império. Ou seja, segundo as doutrinas do catolicismo e, portanto, dentro do campo religioso em disputa. Com base nesse processo de

---

<sup>522</sup> BON, H. *Op.Cit.* p.113.

<sup>523</sup> DURKHEIM, *Formas Elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2008. p.79.

<sup>524</sup> VARES, Ferreira, Sidnei. O sagrado e o profano em Émile Durkheim. In: *Revista E-FAPPEs*. São Paulo, vol.1, n.04, fev.-jul., 2015. p.6.

<sup>525</sup> DURKHEIM, E. *Op.Cit.* p.79.

questionamento do casamento realizado pela autoridade luterana de Sauerbronn, podemos observar que tanto calvinistas, quanto luteranos estavam situados em uma posição desprivilegiada, até mesmo em suas práticas rituais, na medida em que elas teriam sido regulamentadas por uma visão católica hegemônica.

A possível nulidade do casamento seria a constatação de que havia uma disputa para legitimar ou não o ritual realizado por Sauerbronn e se tal ritual remeteria para uma cerimônia diretamente ligada ao sagrado, ou circunscrevia-se em dimensão profana. Ou seja, a investigação solicitada pela autoridade católica consistia em saber, através dos elementos católicos hegemônicos, se o referido ritual se vinculava a elementos transcendentais de mundo, apartados da realidade física, ou se estava ligado a uma relação considerada banal, simplesmente material, profana, ou seja, nula. Com base nestes aspectos e utilizando a argumentação de Durkheim, é possível perceber como se formaram as reações contrárias ao estado do casal e, ao mesmo tempo, uma defesa ao sagrado que, no caso, representaria o sacramento do matrimônio dentro da perspectiva concebida pelo catolicismo. Além disso, a abertura de um processo de investigação colocou a ação de um sacerdote “protestante” como passível de ilegítima na perspectiva de Monsenhor Miranda.

No dia 8 de julho de 1824, Monsenhor Miranda reiterou seu pedido de investigação do caso. Nesse sentido, determinou que os administradores da colônia tomassem as devidas providências para exigir esclarecimentos por parte de Sauerbronn, Clara Egrin, Amadée Sinner e David Heche, sobre se realmente teria havido um casamento anterior ao realizado pelo pastor Sauerbronn, já que estavam em suspeita de impedimento<sup>526</sup>. No dia 20 de julho, portanto, Francisco Salles, chefe de polícia da colônia, enviou um ofício ao pastor pedindo que lhe enviasse “com urgência as referidas informações” “rapidamente por escrito”<sup>527</sup>. Além de buscar maiores dados sobre o caso, os administradores da Vila deram a possibilidade de Sauerbronn esclarecer o que havia feito.

Em sua defesa, dois dias depois, o pastor enviou uma carta para Francisco Salles. Nela, garantiu ao “muito honrado senhor” uma resposta ao caso. Começou parafraseando uma passagem bíblica, “Dai a César o que é de César e a Deus, o que é de

---

<sup>526</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros a respeito do casamento da colona suíça Claire Hechê e Ammedée Sinner, pois não consta que seu marido Hechê tenha falecido.

Cx1, n.326.

<sup>527</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Francisco de Salles ao Pastor Sauerbronn, pedindo esclarecimentos sobre o casamento dos colonos Amedée Sinner e Claire Hechê e, a situação conjugal de Claire. Cx1, n.338.

Deus” e explicou que o seu “emprego de pastor” o obrigava a não ensinar somente sua vontade, mas “o sagrado dever” de realizar as “ordens do Divino mestre” e, mais do que isso, “seguir-las pessoalmente, com exatidão”. Mas, “em consequência disso”, também seria dever de cada pastor em “respeitar, da melhor maneira, as leis das autoridades civis que podem, de direito, ter ordem para dar-lhe”. Depois dessa introdução, Sauerbronn passou a dar os motivos pelos quais casara Clara e Amadeú<sup>528</sup>.

Afirmou que no dia 30 de maio de 1824 uniu “Charles Gottlieb Amadée Sinner, protestante, morador do número 32 da colônia, com Clara Egrin, católica”. Não acreditava ter “transgredido as leis existentes” porque “até peritos em leis” teriam lhe assegurado “tratar-se de um ato legal e permitido”. Também tinha convicção da natureza lícita do seu ato porque “o Ministro do Culto inglês no Rio de Janeiro” teria “procedido várias vezes da mesma forma”. Segundo o pastor, também não seria “do exercício da Igreja Protestante fazer prosélitos” e ele, enquanto pastor, não permitiria “um procedimento contrário”. Além disso, assegurou que a acusação de que Clara Egrin teria casado anteriormente com “outro indivíduo que ainda estava vivo”, não procederia porque “à vista de testemunhas das mais contestáveis”, essa acusação seria contrária à verdade<sup>529</sup>.

A realização de casamentos entre pessoas de matrizes religiosas distintas não é novidade no cristianismo, ainda mais dentro do catolicismo. O raciocínio usado era o de que a união entre homens e mulheres antecederiam ao surgimento das religiões e, portanto, a instituição matrimonial seria natural. Por um lado, a Igreja católica realizaria o casamento entre um fiel e um acatólico, mas por outro, não reconheceria o casamento exercido por sacerdotes de outras religiões, já que só eram considerados válidos os matrimônios realizados por um pároco sob o olhar de duas ou mais testemunhas. Já para o casamento protestante, não havia nenhuma regulação nesta época, somente sendo realizado internamente, dentro da própria comunidade, de forma privada, sem expressão pública, como requisito da Constituição de 1824<sup>530</sup>.

Por causa do processo de imigração para o Brasil e o conseqüente problema relativo à disparidade de culto, houve a confecção dos chamados “*Breves suspensivos*” a determinados impedimentos, inclusive a “disparidade de culto”. Entre o final do século XVIII e meados do XIX, foram emitidos três *Breves*. O Breve dos 25 anos, em 1796,

<sup>528</sup> SOUZA, J. A. *Op.Cit.* p.177.

<sup>529</sup> *Idem.*

<sup>530</sup> MINAMI, Edison. Casamentos católicos e luteranos: resistência, ecumenismo e liberdade religiosa no Brasil. In: *XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. 06 a 10 de setembro de 2010.* p.7

reeditado em 1822. E após forte pressão do governo, o Breve foi renovado em 17 de março de 1848, numa quantidade de 30 casamentos mistos, realidade insuficiente para o Brasil<sup>531</sup>.

Esses casamentos mistos em questão eram celebrados por sacerdotes católicos, mas com a condição do casal criar os filhos na fé católica. Como o casamento era entendido como algo anterior ao surgimento da religião, era uma saída da Igreja católica para exercer seu poder sobre a prole do casal. Contudo, todas as celebrações matrimoniais de casais mistos realizadas por pastores ou outras lideranças acatólicas eram consideradas nulas e, os filhos, ilegítimos, não havendo reconhecimento algum para as pessoas nessa situação<sup>532</sup>.

Somente a partir de 1849 que começaram as discussões acerca dos elementos civis dentro do próprio sacramento. Ou seja, a possibilidade real do casamento ser entendido não só como sacramento, mas também como um contrato entre os noivos. Afinal, havia uma falta de controle do Estado sobre as pessoas que se casavam, porque era obrigação da Igreja, pela Constituição de 1824, cumprir essa função. A partir de 1861, os casamentos realizados por pastores começaram a ter efeitos civis, mas os casamentos mistos foram silenciados<sup>533</sup>. Eles deveriam ser celebrados conforme a religião professada pelos noivos, registrado em livro oficial por um pastor autorizado e devidamente registrado<sup>534</sup>.

Em 1884, os procedimentos relativos aos casamentos de acatólicos se modificaram. O Estado precisava dos dados matrimoniais para quantificar sua população, bem como outras informações estatísticas. Os casamentos mistos e de acatólicos eram realizados para fins civis, mas para ter validade, todos eles deveriam ser celebrados em instituições religiosas, não havendo a possibilidade de um casamento puramente civil<sup>535</sup>. A real implantação do casamento civil no Brasil, segundo Souza, aconteceu na Primeira República, com o Decreto n. 181, em 1890, consolidando a separação do Estado e da Igreja. Esse Decreto criou os chamados “juizes privativos de casamento”, responsáveis por

---

<sup>531</sup> SILVA, M, C, G. Da intimidade do lar para o domínio divino: O ritual do casamento e suas transformações. p.397. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol5/artigo6vol5-1.pdf>.

<sup>532</sup> *Idem*.

<sup>533</sup> Obeid, I, R. Notas sobre o casamento civil no Brasil. p.5. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/23332/notas-sobre-as-origens-do-casamento-civil-no-brasil>

<sup>534</sup> Santos, S, G, S. O casamento na implantação do registro civil (1874-1916). p.7. Disponível em:

[http://www.seo.org.br/images/Ana\\_Gabriela\\_Santos.pdf](http://www.seo.org.br/images/Ana_Gabriela_Santos.pdf)

<sup>535</sup> *Idem*, p.11.



fazer o contrato entre os noivos que, de livre vontade, quisessem casamento para fins civis<sup>536</sup>.

Podemos perceber que havia uma problemática no casamento realizado por Sauerbronn justamente por este só ter sido reconhecido pela legitimação de lideranças católicas. Ao realiza-lo, Sauerbronn se insurgiu contra uma norma estabelecida. Ao manifestar sua defesa, colocou o sagrado em um patamar maior do que o que considerava profano, ou seja, as autoridades humanas teriam um peso menor do que sua conduta ligada ao divino. O pastor manifestou os aspectos teológicos de seu comportamento, a saber: o “sagrado dever” de publicar e ensinar “as obras do divino mestre” e “seguí-las pessoalmente, com exatidão”, mesmo com o perigo de contrariar as hierarquias locais.

Sauerbronn hierarquizou os elementos que constituíam a sua explicação. Observando primeiro os aspectos teológicos para deixar em segundo plano as questões legislativas e referente as “autoridades civis”, Expressou sua submissão às leis locais, observando que as “autoridades civis” teriam ordens para lhe dar por direito e seu dever era de respeitá-las. Além disso, teria conversado com “peritos em leis” para assegurar sua ação, o que lhe levava a acreditar que o casamento teria sido um “ato legal e permitido”. Desta forma, procurou se defender demonstrando que aquele tipo de ação já havia sido realizado algumas vezes por um pastor inglês.

Mesmo respeitando as instituições, Sauerbronn recorreu a uma visão religiosa na medida em que seu discurso condizia com a ideia de seguir um sistema comportamental que ia além das convenções. O preceito, para ele, assumia uma ordem divina, se elevando da categoria do banal e sendo incluindo na numa qualificação supramundana, já que afirmava que estava sob ordens do “Divino mestre”. Além disso, podemos perceber que dentro dessa relação do pastor com o ritual em questão, houve um aumento da tensão entre o postulado religioso e as realidades do mundo<sup>537</sup>. Uma ação relativa à sua função de sacerdote.

Em sua carta de defesa, Sauerbronn alegou que não estava agindo sob um comando meramente humano, mas divino. Seguindo a perspectiva de Weber, podemos verificar que tanto o sacerdote quanto o feiticeiro manipulariam o carisma, ou seja, conseguiriam ter domínio pelos elementos supranaturais. Mas se diferenciam porque o

---

<sup>536</sup> *Idem*, p.12.

<sup>537</sup> WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. pp.385-386.

feiticeiro tem um conhecimento empírico, sem doutrina racionalizada, já o sacerdote é, necessariamente, um funcionário de um grupo organizado, intelectualmente formado para o saber de uma doutrina conceitualmente elaborada e, necessariamente, gerencia uma igreja<sup>538</sup>. Ou seja, Sauerbronn não pensaria que exercia um poder considerado meramente profano, ligado somente a burocracia ou aos deveres mundanos, mas produzia ações que pensava estar sob a ordem divina. Mas ao mesmo tempo era um funcionário, tanto de um grupo organizado, quanto do próprio Império, já que seus provimentos eram oriundos do governo imperial. Acima de tudo, era líder de uma comunidade, de uma Igreja e, de acordo com Weber, esta é definida como uma associação que se utiliza de bens de salvação por meio de coação hierocrática exercida através de um quadro administrativo que aspira ter o monopólio legítimo dessa coação, submetendo seus membros de forma racional e contínuo<sup>539</sup>. Mas em Nova Friburgo, este monopólio não existia de forma completa, mesmo sendo a Igreja Católica a instituição religiosa oficial de acordo com a Constituição, mas estava existia uma luta interna, uma disputa, entre os dois sacerdotes.

A defesa de Sauerbronn demonstra a existência de um conflito no campo religioso da vila. Por campo, entendemos como um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social, possuindo uma série de implicações e características. Segundo Câmara e Neris, o campo é constituído por regras próprias, sendo um “espaço” ou “sistema” estruturado de posições, criando lutas entre os diferentes agentes em suas variadas posições. Essas lutas se dariam na disputa de capital específico e legítimo do campo e seriam distribuídos de forma desigual<sup>540</sup>. Desse modo, as explicações de Sauerbronn podem ser compreendidas tanto como uma forma de subalternidade às leis do poder hegemônico, quanto uma estratégia de luta dentro do campo religioso local.

Logo depois da defesa do pastor, foi instaurada uma investigação formal para saber a situação conjugal do casal. A apuração ficou a cargo de Francisco Salles Ferreira de Souza, o “diretor interino” da vila<sup>541</sup>. No dia 24 de julho, chamou Clara Egrin e Amadée Sinner para depor, junto da presença das testemunhas Joseph Bard e Cristhian Hotz e do intérprete do casal, Mindelino Francisco de Oliveira. Francisco Salles perguntou a Clara se

<sup>538</sup> WEISS, Raquel. Alguns elementos da sociologia da religião de Max Weber. Disponível em: [https://www.academia.edu/2296287/Alguns\\_Elementos\\_da\\_Sociologia\\_da\\_Religi%C3%A3o\\_de\\_Max\\_Weber](https://www.academia.edu/2296287/Alguns_Elementos_da_Sociologia_da_Religi%C3%A3o_de_Max_Weber). p.5.

<sup>539</sup> QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, María, Lúgia, Oliveira de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. OLIVEIRA, Márcia, Gardênia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.128

<sup>540</sup> CÂMARA, Silva, Cidinalva. NERIS, Silva, Wheriston. Aportes para (re)discussão da noção de campo religioso. In: *Outros tempos*. v.5, n.6, dez 2008. p.135.

<sup>541</sup> Também chamado, às vezes, de Chefe de Polícia da colônia, já que era um Sargento.

ela era casada com Heche e ela respondeu que “nunca fora casada com ele”, mas apenas vivido juntos “desde sua passagem no Exército da Alemanha”. Segundo a noiva, ela não teria convivido com ele como casada, não como casa, “mas como concubina”, por oito anos. Tivera dois filhos, ambos batizados na Igreja católica: “o primeiro na Europa e o segundo pelo vigário Joye”. Heche, que estava no Rio de Janeiro para se tratar de uma doença, teria entregado “uma deliberação assinada por duas testemunhas”, demonstrando que “não era casado com a interrogada “e que “não havia impedimento algum que a embaraçasse a casar-se com outro”<sup>542</sup>.

Podemos perceber que havia um filho batizado na Igreja católica, o que poderia comprovar a relação dela com as atividades da igreja administrada por Joye, no Brasil. Como podemos verificar, Heche teria entregue uma carta assinada por ele e duas testemunhas que comprovaria a inexistência do casamento anterior de Clara. O que evidenciaria o desimpedimento desta e o não acolhimento do casal em uma cerimônia sacramental mesmo com a comprovação de Clara Egrin, já que para Joye ela estaria casada anteriormente com Heche e o monsenhor não teria considerado sua carta assinada.

Podemos pensar que o pároco teria agido com certa cautela, na medida em que uma nulidade de casamento e um novo matrimônio católico para Clara resultaria em uma comprovação judicial instaurada e resolvida. Ou seja, se Monsenhor Joye acolhesse o casal em cerimônia sacramental sem instaurar um procedimento jurídico sobre o caso, ocorreria em erro grave, já que o casamento para a Igreja Católica é indissolúvel por princípio. Ao realizar o casamento entre Clara e Amadée Sinner, Sauerbron rompeu com o monopólio da Igreja católica em torno do cerimonial e burocracia sacramental. Essa ruptura fez com que ele conseguisse atrair Clara, fiel que estava sob o catolicismo, satisfazendo os interesses do casal para obter o sacramento, mesmo existindo disparidade de culto<sup>543</sup>. Mesmo gerando denúncias, possíveis punições e investigações oriundas da Igreja oficial.

As testemunhas também foram ouvidas na investigação, o que legitimou a versão de Clara Egrin. Tanto Joseph Bard como Cristhian Hotz colaboraram para que a defesa de Egrin fosse ratificada. O “colono” Bard “natural do Cantão de Friburg, casado e com idade de cinquenta e cinco anos” e “jurado aos Santos Evangelhos”, “prometeu dizer a verdade do que soubesse”. Francisco Salles perguntou sobre o teor da investigação, mas

<sup>542</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Termo assinado por Mendelino Francisco de Oliveira (escrevente) e Pedro Aguet (intérprete) sobre a situação conjugal de Claire Hechê. Perguntas feitas pelo Diretor Salles. Cx1, n.341.

<sup>543</sup> BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p.58

não respondeu nada. Então, o investigador perguntou sobre a possível relação entre Clara e David Heche. Sobre o assunto, Bard disse que teria conhecido Joseph Heche e que ele lhe teria dito “muitas vezes” que “nunca havia sido casado com a interrogada Clara” e que “só vivia com ele em concubinato, podendo ela casar-se com quem quisesse”. Teria dado a Clara “uma declaração feita e assinada pela testemunha David Heche” que dizia que nunca teria sido casado com ela. Ao levá-lo debilitado, a um hospital no Rio de Janeiro, ele teria ressaltado o concubinato com Clara, deixando “licença à sua amiga, para se poder casar com quem ela quisesse”<sup>544</sup>.

Colaborando com essa versão, Christian Hotz também deu seu depoimento. O “colono suíço, natural do Cantão de Berna”, viúvo, de cinquenta e seis anos, “jurado aos Santos Evangelhos”, “prometeu dizer a verdade do que soubesse”. Em sua resposta, ao ser perguntado sobre o teor da investigação, disse que “não teria outro conhecimento a esse respeito”, mas que ouvira dizer de diferentes conhecidos de Heche “na Holanda e no Reno”, quando estava vindo para o Brasil, que Heche não era casado com Clara, “mas só vivia com ela como amiga”. Só sabia que Heche era militar na Alemanha e não teria mais dito nada sobre o caso<sup>545</sup>.

A confluência entre os depoimentos gerou um ofício de Francisco Salles para Monsenhor Miranda sobre o caso. Escrita no mesmo dia em que foram feitos os depoimentos, em 24 de julho, Francisco Salles demonstrou que Clara teria contraído “amizade ilícita” com Heche durante oito anos e que este teria lhe dado uma declaração que ela poderia casar novamente. Sendo assim, ainda no ofício dirigido a Miranda, Salles disse que o vigário teria rejeitado a declaração de Heche sobre seu relacionamento com Clara e “não queria os receber”, rejeitando a declaração<sup>546</sup>.

Além de reiterar a defesa de Clara e de Sauerbronn, advertiu que a “intriga” entre os dois”, Joye e Sauerbronn, “favorita entre os espíritos débeis”, que teria influências nas “queixas humanas”, não deixaram que ele fosse convencido “das puras intenções das religiões deles”. Mas, ao contrário, Salles observou que este conflito seria contrário à “almejada prosperidade”. Ele então advertiu os dois líderes religiosos. A Sauerbronn,

---

<sup>544</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Termo assinado por Mendelino Francisco de Oliveira (escrevente) e Pedro Aguet (intérprete) sobre a situação conjugal de Claire Hechê. Perguntas feitas pelo Diretor Salles. Cx1, n.341.

<sup>545</sup> *Idem*.

<sup>546</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Francisco de Salles para Monsenhor Miranda Malheiros em que comunica o depoimento de Claire. Cx1, n.342.

exigiu “mais prudência” e que este teria sido “acelerado em receber em matrimônio” os colonos, devendo então “ouvir previamente o reverendo Jacob Joye” antes de tomar qualquer decisão. A Joye, ressaltou que ele teria apresentado uma denúncia que depois de ter “contrariado com provas”, poderia ser julgada como “caluniosa”<sup>547</sup>.

O ofício de Francisco Salles pôs em xeque a denúncia de Monsenhor Joye. Ele reiterou o que as testemunhas disseram e mesmo que tenha repreendido Sauerbronn por sua “falta de prudência”, julgou o discurso de Joye como “calunioso”, porque não haveria provas do casamento anterior de Clara. De fato, não encontramos nenhum documento que comprove se houve outra apuração para investigar se a denúncia de Joye era consistente ou “caluniosa”, confiando assim no depoimento das testemunhas. Além disso, o interesse em acabar com as “intrigas” estava voltado a não prejudicar a “prosperidade” da vila.

Um aspecto interessante dessa questão é a ação dos poderes locais diante do casamento misto em questão. As duas lideranças religiosas eram funcionários do Estado Imperial e, portanto, o Estado não tomou partido, mesmo que a Constituição de 1824 mantivesse a religião católica como oficial. Na verdade, Monsenhor Miranda tentava pacificar as animosidades porque percebiam que as querelas entre os dois sacerdotes poderiam ser obstáculos para o desenvolvimento da vila. Mesmo que o embate tenha terminado nos documentos oficiais da vila, em 1824, Clara Egrin e Amadée Sinner se casaram na Igreja católica, no dia 3 de março, sete meses após a cerimônia luterana:

Aos três dias de março de mil oitocentos e vinte cinco (ilegível), nesta Igreja Paroquial de São João Batista da vila de Nova Friburgo, na presença do excelentíssimo Bispo capelão mor compareceram Amadé, filho de Abraham Emanuel de Sinner e de Maria Margarida Fasnahett, batizado na Freguesia paroquial de Segnau no Cantão de Berne de religião protestante e Clara Egrin, filha de André Egrin e de Isabel, sua mulher, batizada em (ilegível) de religião Católica Romana das quais de suas livres vontades reabilitaram o matrimônio que haviam contraído na presença do pastor protestante Frederico Sauerbronn sem licença competente. Prometeram e se obrigaram a educar na Religião Católica Romana todos os filhos nascidos da união. Reverendíssimo Jacob Joye, pároco desta igreja, sendo presentes as testemunhas o Reverendíssimo Rodrigo de Souza Vahia Miranda, Carlos Emanuel Francisco Quevremont, Pedro Anguet, todos moradores nesta vila. E para constar (ilegível) assinaram eu, Francisco de Medeiros, escrivão,

---

<sup>547</sup> *Idem.*

que escrevi e dou fé. Assinaturas: O vigário Jacob Joye, Emanuel Francisco Quevremont e Pedro Anguet<sup>548</sup>.

Diante desse assentamento, podemos analisar como um ritual de matrimônio pode demonstrar a disputa de poder simbólico entre Joye e Sauerbronn, na vila de Nova Friburgo, e seus desdobramentos a partir do que foi analisado anteriormente. Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido por aqueles que estão imersos e que, às vezes, nem sabem que o possuem<sup>549</sup>. De qualquer forma, podemos observar que Clara Egrin e Sinner teriam se submetido ao catolicismo, ou seja, ao poder legitimado, num primeiro momento na possível tentativa de casamento na Igreja católica, com o pedido negado por Joye e depois se casando, de fato, na presença de Sauerbronn. De qualquer modo, esse mesmo ritual feito em duas confissões diferentes, em um primeiro momento por Sauerbronn, e em outro momento por Joye, demonstram a disputa do poder simbólico exercido pelos dois líderes locais, de matrizes religiosas distintas.

Segundo Bourdieu, a religião hegemônica tem uma tendência a se reproduzir, ou seja, tenta se perpetuar no poder simbólico e manter-se em monopólio. Ela tem como objetivo impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação, ou seja, seitas ou novas de comunidade religiosas independentes. Ela pretende conservar e reproduzir um monopólio mais ou menos total do capital de graça institucional, por meio de seus sacramentos, sendo estes um meio tanto de troca, como de manutenção de poder para com os leigos<sup>550</sup>.

Podemos pensar, diante desses dados, que o casamento de Clara e Amadée Sinner na Igreja católica pode ser entendido como uma espécie de reagrupamento da legitimidade do catolicismo hegemônico, fazendo a manutenção de seu poder e da dominação dos bens simbólicos através dos sacramentos, que eram, por si mesmos, alvos de transações entre fiéis e os funcionários profissionais. Além disso, o fato de o casal ter filhos, demonstraria o interesse de Sauerbronn de disputar os fiéis que estariam sob a ordem da família, ou seja, recolocar o casal sob a igreja poderia garantir o acúmulo de capital religioso.

---

<sup>548</sup> Igreja Matriz de São João Batista de Nova Friburgo. Livro de casamento I, p.47.

<sup>549</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.8.

<sup>550</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op.Cit*, 2013. p.58.

No assentamento do ritual católico acima transcrito o termo “reabilitaram” não só demonstra que para a Igreja católica ambos viviam em coabitação, ou seja, sem o sacramento do matrimônio, mas expressa a exclusão do casamento realizado por Sauerbronn como o elemento legítimo. Além disso, está de forma clara no documento que Sauerbronn não possuiria “licença competente” para realizar o ritual, não sendo o porta-voz dotado de pleno poder de falar e agir, dispondo de sua autoridade cujos limites coincidem com os limites da instituição<sup>551</sup>. Portanto, para a Igreja católica o casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner realizado por Sauerbronn teria sido efetuado de forma ilícita e seria considerado, portanto, nulo.

Segundo Bourdieu, para ser considerado pela comunidade, um ritual deveria não só ser reconhecido, mas ser compreendido segundo um sistema de legitimação. Para existir, a cerimônia deveria ter a presença de uma pessoa autorizada a fazê-lo, conhecida e reconhecida sendo produzidos enunciados em formas legítimas e dentro de condições litúrgicas formais<sup>552</sup>. Através da ótica da hierarquia católica, portanto, Sauerbronn não teria condições legais para realizar o casamento entre os dois, porque não havia licença do bispo, e Clara estaria, então, em situação ilícita com Sinner, necessitando contrair matrimônio de acordo com os parâmetros do catolicismo.

No período em que estamos analisando, o reconhecimento civil dos casamentos realizados por pastores ainda não tinha efeitos civis. Somente com o Decreto n 1.144, de 17 de abril de 1863 essa questão foi regulamentada<sup>553</sup>. Enquanto isso, o casamento entre pessoas de religiões diferentes não tinha nenhuma chancela oficial, embora as autoridades da vila tratassem as duas lideranças religiosas de modo bastante semelhante, pois ambos eram funcionários oficiais do Império. De qualquer forma, a Igreja católica não considerava legítimos os filhos nascidos de uniões como estas, além de não legitimar o casamento realizado por um pastor. Mas o raciocínio da Igreja católica com relação ao casamento entre duas pessoas de matrizes religiosas diferentes era a de que o “casamento natural” aconteceria desde antes do surgimento da religião institucional, então a única condição em casos como esses era a de que os noivos deveriam prometer educar

---

<sup>551</sup> BOURDIEU, *Economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.83.

<sup>552</sup> *Idem*, p.91.

<sup>553</sup> MINAMI. E. *Op.Cit.* p.7

seus filhos na fé católica<sup>554</sup>, o que foi declarado por Clara e Amadée no assento do ritual católico de casamento. Ou seja, o segundo cerimonial realizado entre os noivos.

É importante pensar a presença daqueles que estavam na cerimônia e que assinaram o documento. Rodrigo de Souza Vhaia foi um padre que ajudava a Jacob Joye nos serviços eclesiásticos. Não sabemos exatamente sobre a participação dele nos meandros políticos e religiosos da vila e não há mais documentos sobre este sacerdote. Houve a presença de Quevremont, o chefe de política da vila e de Pedro Anguet, que tinha familiaridade com o francês e o alemão, sendo geralmente intérprete. Além deles, estava presente Francisco de Medeiros, o escrivão. Não sabemos se as testemunhas foram convocadas por Joye ou pelo casal, mas podemos perceber a presença de uma autoridade civil local da vila na cerimônia.

O assentamento também faz menção à presença do “Excelentíssimo Bispo capelão mor”. Em casos controversos como este, geralmente o cerimonial ficaria a cargo do Bispo. E assim foi feito na vila, embora em outros casos, como havia uma grande distância entre a vila e demais localidades, a presença do Bispo em alguns momentos foi substituída pelas “faculdades extraordinários” concedidos a Joye. Como por exemplo absolver de todos os casos reservados ao bispo, fazer todas as bênçãos reservadas, em que não necessitassem do uso de óleos sagrados, aplicar a indulgência plenária na hora da morte, estender o amparo da Desobriga da quaresma até o Espírito Santo, além de habilitar cônjuges impedidos e habilitar como juiz de casamentos<sup>555</sup>.

Não sabemos ao certo se a presença do Bispo aconteceu através de alguma visita pastoral ou se foi mencionada para outros fins, já que não encontramos nenhum documento eclesiástico relatando visita pastoral no ano em questão. Mas a menção ao Bispo pode ser considerada também um elemento de legitimidade ao casamento. Um bispo tem mais capital acumulado no campo religioso do que um padre e isso é demonstrado por seus símbolos, como o cajado, mitra e vestes que seriam, segundo Bourdieu, capital acumulado objetivado<sup>556</sup>. Por capital, podemos entender como recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, não só econômico. No caso em questão, se trata de

---

<sup>554</sup> *Idem*.

<sup>555</sup> *Idem*, p.116.

<sup>556</sup> BOURDIEU, P. *Op.Cit*, 2009. p. 15.



capital simbólico, ou seja, honra e prestígio que permitem identificar os agentes no espaço social<sup>557</sup>.

Por causa da repercussão do caso que envolveu diretamente Monsenhor Miranda e outras autoridades da vila, a presença do Bispo se tornou importante para garantir e demarcar a legitimidade do ritual católico e desautorizar a cerimônia realizada previamente por Sauerbronn. Aspecto que, ao meu ver, configuraria um “ritual de instituição”. Para Bourdieu, um ritual de instituição é todo aquele que tende a consagrar ou legitimar, isto é, operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social. O rito de instituição, portanto, consagra a diferença e estabelece a importância da linha que separa o antes e o depois em um ritual de passagem como o casamento<sup>558</sup>.

Para Bourdieu, o que estaria em jogo dentro das trocas linguísticas nas quais o ritual demarcaria a instituição, era uma espécie de economia. No sentido de trocas ou imposições de capitais (simbólico, econômico, cultural e/ou social), em que existe o lucro (simbólico, neste caso) e um mercado (linguístico). O discurso, então, não seria uma simples troca de signos em situações de comunicação, mas o encontro de certas disposições sociais (*habitus*) com certos mercados simbólicos e seus “sistemas de formação de preços”<sup>559</sup>. Mais do que isso, no ritual de instituição, essas trocas aconteceriam por meio de um porta-voz dotado de poder pleno de fala e ação que, no caso em questão, tem maior capital acumulado, ou seja, o bispo.

As contendas relativas ao casamento de Clara e Amadé cessaram depois do matrimônio do casal na Igreja católica. Embora não tenhamos conseguido achar nenhum documento de óbito de Sinner nos documentos da Igreja Luterana, através do assento de óbito de Clara podemos perceber que ela permaneceu católica. Além disso, no documento consta que Clara seria viúva de David Heche:

Aos nove dias do mês de Junho do ano de mil oitocentos e trinta e oito, faleceu da vida presente Clara Egrin, viúva de David Heche, casada com Amadée Sinner, moradora desta vila nesta freguesia; foi sacramentada e sepultada no cemitério da Irmandade do Santíssimo

---

<sup>557</sup> Idem.

<sup>558</sup> BOURDIEU, P. *Op.Cit.*, 2008. p.98.

<sup>559</sup> Lirácio Girardi Júnior. Pierre Bourdieu: mercado linguístico e poder simbólico. In: *Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em comunicação*. p.3

Sacramento no dia seguinte, e, para constar atesto que por ser verdade assinei (Assinatura: Jacob Joye)<sup>560</sup>.

Jacob Joye foi o autor deste assento de óbito. NO final das contas, prevaleceu o seu discurso segundo o qual Clara teria sido casada de forma legítima com Heche. Esse assento também demonstra a desautorização da fala do Pastor Sauerbronn e a legitimação de Joye, além do claro conflito que houve em relação à disputa de fiéis entre os dois líderes religiosos. Este registro paroquial demonstra também que Clara continuou nas fronteiras do catolicismo pelo menos no que tange às práticas sacramentais que só poderiam ser ministradas por alguém que pertencesse de fato à Igreja católica.

Ainda houve um outro caso de matrimônio misto que teria gerado um conflito. Uma representação no dia 9 de janeiro de 1825, enviada para o major Jorge Ferreira demonstra essa situação. Dizia que Sauerbronn uniu em casamento o alemão católico Alberto Pokhorny com uma imigrante alemã protestante e que esse casamento seria considerado inválido pela legislação brasileira, pois não teria a licença do bispo diocesano por causa da disparidade de culto, recomendando assim que os dois não consumassem o casamento<sup>561</sup>. Souza não demonstrou quem enviou essa representação e se houve alguma reação por parte de Sauerbronn, também não conseguimos encontrar nenhum documento sobre o caso. Mas com esse relato podemos perceber que, mais uma vez, Sauerbronn ultrapassou o poder hegemônico da religião oficial, sendo reprimido pelos poderes locais.

Podemos observar essa querela como um drama social tal qual pensou Victor Turner. Dramas sociais, para ele, são unidades de processos anarmônicos ou desarmônicos que surgem em situações de conflitos diversificando os sistemas estabelecidos pela sociedade<sup>562</sup>. Além da situação em específico, Turner elencou quatro fases do drama social que auxiliariam nosso olhar para a questão do casamento entre Clara e Amadée.

A primeira fase é a ruptura. Esta é feita com as relações formais de forma pública e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes, sendo um símbolo claro de dissidência. De fato, ao contatar Sauerbronn depois de não conseguir realizar o sacramento na Igreja católica e fazer a cerimônia no culto luterano, ambos romperam com a estrutura estabelecida. Além

---

<sup>560</sup>Igreja Matriz de São João Batista. Livro de Óbito I.

<sup>561</sup>SOUZA, J. A. *Op.Cit.* p.180.

<sup>562</sup>TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff, 2008. p.33.

disso, segundo Turner, uma violação dramática pode ser praticada por um indivíduo, mas ele sempre acredita agir em nome de outros. Podemos perceber isso em Sauerbronn e sua defesa, que disse ter feito aquilo que sua religião determinava<sup>563</sup>.

Após a ruptura formal há, segundo Turner, a fase de crise crescente, em que a ruptura se alarga, extrapolando as partes que fizeram o ato transgressor. No caso do matrimônio misto em questão, a situação foi parar nas instâncias administrativas da vila, que buscaram entender melhor a situação para tomar as devidas providências.

Quando o drama social atinge uma dimensão maior do que o fato em si, entra e cena a terceira fase denominada ação corretiva. Na tentativa de limitar a difusão da crise, certos “mecanismos” de ajuste e regeneração informais ou formas são rapidamente operacionados por membros de lideranças ou representantes do sistema social perturbado, também possivelmente inclusos mecanismos legais e jurídicos<sup>564</sup>. Observamos isso com a criação de uma espécie de tribunal para resolver a situação de ambos, bem como o depoimento de duas testemunhas.

A última fase do drama social, para Turner, é a reintegração. Essa pode ocorrer como uma adesão total ao campo, mas também somente partes poderiam aderir ao poder hegemônico<sup>565</sup>. No caso de Clara e Amadée, o casamento de ambos na Igreja católica foi um sinal claro de reintegração já que eles se comprometeram a criar seus filhos na fé católica. O fato de Egrin morrer com fé católica e a deslegitimação de Sauerbronn no ritual do casamento são também sinais dessa reintegração, pelo menos da situação de Clara Egrin.

Problemas envolvendo casamentos mistos não aconteceram somente em Nova Friburgo. Na Bahia, por exemplo, espaço no qual se desenvolveu o culto anglicano desde o início do século XIX, um casamento misto realizado em 1867 por um reverendo anglicano foi considerado pelo vigário como um “desagradável e criminoso fato”<sup>566</sup>. Além disso, houve um caso em 1858 de um casal com disparidade de culto que tinha todas as dispensas necessárias para casar na Igreja foram negadas as bênçãos<sup>567</sup>.

Na colônia de Blumenau, em 1863, também ocorreram alguns conflitos com relação ao casamento misto. O pároco local só aceitava receber os noivos quando estes assinavam um termo de compromisso de criar os filhos na fé católica, instrumento já

---

<sup>563</sup> *Idem.*

<sup>564</sup> *Idem*, p.35.

<sup>565</sup> *Idem*, p.38.

<sup>566</sup> SILVA, E. Conflitos no campo religioso baiano: Protestantes e católicos no século XIX. In: *Sitientibus. Feira de Santana*, n.21, jul./dez 1999. p. 61.

<sup>567</sup> *Idem.*

discutido anteriormente que faz parte da burocracia do sacramento do matrimônio. Quando os noivos não queriam assinar o termo e acabavam sendo recebidos pelo pastor do local, o padre acusava-o de ter feito um casamento ilícito<sup>568</sup>.

### 3.2. Conflitos religiosos em torno de sepultamentos

As práticas de sepultamento eclesiástico católico no Brasil foram herdadas dos costumes dos colonizadores, sendo adotadas pela maioria da população até meados do século XIX. Segundo Rodrigues, estavam relacionadas à prática cristã e se situavam dentro das igrejas, numa espécie de vínculos entre vivos e mortos, no interior da comunidade. Ao praticarem os rituais católicos, os fiéis pisavam, caminhavam, oravam e sentavam em cima das sepulturas, adquirindo, segundo a autora, uma sensibilidade olfativa que permitiria esse tipo de relação com os mortos<sup>569</sup>. Segundo Fajardo, o termo cemitério:

Vem do grego koumeterion, que indica o local onde se dormia. A apropriação do termo pelos primeiros cristãos que usaram o derivado para o latim coemeterium, local onde dormiam seus mortos esperando a ressurreição. Com a instituição organizada da Igreja cristã, os mortos, principalmente os de classe social elevada eram enterrados dentro do templo ou ao seu redor, por questões políticas, a prática foi encerrada, isto acabou dando espaço para a criação de cemitérios intramuros no formato que conhecemos hoje, os cemitérios passam a ter uma conotação com o sagrado, e são administrados pela Igreja Católica<sup>570</sup>.

No decorrer do século XIX, essas práticas foram sistematicamente questionadas pelo desenvolvimento e difusão do saber médico. A medicina se alinhou a uma política higienista, com o objetivo de prevenir a propagação de doenças. Isso afetaria os espaços públicos, que deveriam se afastar de práticas que poderiam contaminar pelo olfato e a visão, a população. A inumação foi, para Rodrigues, considerada poluidora do ar, com seus odores mefíticos, causadoras de doenças e criadoras de epidemias. Em fins de

---

<sup>568</sup> KLUG, J. Confessionalidade e etnicidade em santa catarina. In: *Revista de Ciências Humanas Florianópolis* v.16 n.24 p.111-127 out. de 1998. p.115.

<sup>569</sup> RODRIGUES, C. Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de informação cultural, divisão de editoração, pp.19-20

<sup>570</sup> FAJARDO. A. Brasil Imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. In: *Integratio*, v.1, n.1, jan-jun. 2015, p.6.

1849 e os primeiros meses de 1850, começou um processo de criação de uma legislação para a criação de cemitérios extramuros que, segundo a autora, surgiram como resultado das três epidemias do século XIX, febre amarela (1850), cólera (1855) e febre amarela (1860) e a imputação dos miasmas como causa dessas doenças<sup>571</sup>.

Mesmo com essa nova forma, no exterior das igrejas, os corpos só eram enterrados mediante a uma declaração de encomendação do cadáver. A partir dessa situação, segundo Rodrigues, não poderíamos alinhar a ideia de cemitério público com a de cemitério secularizado, já que a igreja administrava o espaço, o local só entrava em pleno funcionamento mediante a benção do terreno por um eclesiástico e era destinado somente para aqueles que seguiam a religião do Estado. Somente a partir da década de 1870, justamente por causa dos embates oriundos tanto da negação do enterramento de acatólicos, quanto de propostas liberalizantes e laicizantes é que surgiram, segundo a autora, pouco a pouco, cemitérios efetivamente seculares<sup>572</sup>.

Podemos observar então que o local da sepultura indicaria a formação de hierarquias. Aqueles que seriam desprivilegiados da sociedade não conseguiriam adentrar as sepulturas, tanto dentro das igrejas, quanto fora delas. Um exemplo claro dessa questão é o próprio sepultamento de escravos que desde o século XVII muitos deles eram abandonados por seus senhores. Com o tempo, as críticas da igreja católica sobre esta prática foram aumentando, pois considerava o abandono como um elemento de ingratidão já que os senhores não deveriam esquecer na morte aqueles que os serviram na vida. A administração desses escravos sem sepultamentos ficou sob o encargo da Santa Casa de Misericórdia<sup>573</sup>.

Rodrigues e Bravo caracterizaram os desprivilegiados que não conseguiam obter a sepultura nos cemitérios administrados pela Igreja católica em dois grupos. Segundo as autoras, o primeiro grupo era formado por aqueles que não foram em vida enquadrados no seio da Igreja católica ou que foram excomungados. Judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas (exceto os considerados loucos), duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tivessem

---

RODRIGUES, C. *Op, cit*, 1997. p.257.

<sup>572</sup> RODRIGUES, Claudia. A criação de cemitérios públicos como “campos santos” (1798-1851) In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.8, 2014, pp.277-278

<sup>573</sup> RODRIGUES, C.; BRAVO, M. N. Morte, Cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). In: *Habitus*, v.10, p.3 - 30, 2012. p.6.

voto de pobreza), refratários à confissão e a extrema-unção, infiéis, crianças, adultos e pagãos não receberiam o benefício de serem enterrados em espaço católico<sup>574</sup>.

A segunda categoria de desprivilegiados eram daqueles que possuíam uma posição social e econômica que não lhe possibilitariam o sepultamento dentro dos templos, mesmo que não fossem excomungados e que tivessem sido membros da Igreja. Seriam eles indigentes, alguns escravos, pobres e “pretos novos”. Esses eram enterrados nos matos, terrenos baldios e nas praias, até a Igreja conseguir resolver este problema com os cemitérios específicos para estes grupos. Em Salvador havia o Cemitério Campo de Pólvora, administrado pela Câmara. Já em São Paulo havia o Cemitério dos Aflitos, administrado pela Santa Casa de Misericórdia. E no Rio de Janeiro, três cemitérios, o da Santa Casa de Misericórdia, o “dos mulatos” e o dos “pretos novos”<sup>575</sup>.

Havia então casos de interdição de sepultamentos gerando embates, principalmente durante o século XIX. Para Rodrigues, dois casos de interdição de sepultamento foram condições essenciais para o aprofundamento das discussões sobre a construção de cemitérios públicos, ambos em 1869. O primeiro caso ocorreu em Recife no mês de março, envolvendo o sepultamento do general José Inácio de Abreu e Lima, por ordem do bispo D. Francisco Cardoso Aires. Sete meses depois, o caso de David Sampson, em Sapucaia na Província do Rio de Janeiro que, mesmo não sendo tão conhecido como o general, também teve sua sepultura negada. A questão fundamental, segundo a autora, era o embate de ideias *romanizantes* e *ultramontanas*, por parte da igreja e liberais e *regalistas* por parte da elite intelectual e participantes dos movimentos maçônico, protestante e republicano<sup>576</sup>.

Os argumentos para a negação de ambos sepultamentos eram bastante semelhantes. Para D. Francisco Cardoso Aires, o general não se arrependera dos pecados, recusara a confissão auricular e não reconheceu a Santíssima Trindade e, sendo assim, poderia ter sua sepultura negada. Para o corpo não ficar sem o sepultamento, o presidente da Província, Conde de Baependy, sugeriu o enterramento no terreno extramuros do cemitério, que não era bento. A família e os amigos, no entanto, preferiram enterrá-lo no

---

<sup>574</sup> *Idem*, p.8.

<sup>575</sup> *Idem*, p.9

<sup>576</sup> RODRIGUES, Claudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado. In: *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v.13, n.1 p.121.

cemitério protestante da cidade, com cerimônia celebrada por um pastor. Já o caso de David Sampton, os argumentos do pároco eram de que ele foi um suicida e protestante<sup>577</sup>.

A criação de cemitérios protestantes no Brasil já era realizada desde a presença inglesa no país, com os tratados de 1810 entre Dom João e a Inglaterra. Os ingleses garantiriam assim o traslado da corte para o Brasil e, em troca, iriam estabelecer relações de comércio e alguns auxílios diante da ameaça napoleônica. Segundo Costa, o artigo 12 do *Tratado de Comércio e navegação*, dava garantia aos súditos ingleses de praticarem sua religião de origem, gerando até a possibilidade de construção de lugares para enterrar seus mortos<sup>578</sup>.

Os chamados “cemitérios de ingleses” foram construídos geralmente próximos a regiões com portos movimentados, a exemplo de Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Neste último foi construído na praia da Gamboa. O terreno foi comprado em 24 de dezembro de 1809 pelo Príncipe Regente e incorporado um ano depois aos bens da coroa para ser usado como espaço de enterramento de estrangeiros que não professavam a fé católica<sup>579</sup>. Podemos perceber que este “cemitério dos ingleses” também era aberto aos corpos rejeitados pelo catolicismo, demonstrando que essa prática foi a dinâmica comum desse tipo de necrópole.

Na vila de São João Batista de Nova Friburgo não foi diferente. A missiva de 10 de setembro de 1824 enviada por Sauerbronn para seus familiares, já analisada no capítulo anterior, menciona duas mortes que o marcaram: a de sua esposa, ainda no navio a caminho do Brasil, e a de seu próprio filho, após a instalação do pastor na vila de Nova Friburgo. Segundo ele, “um dia antes da chegada àquelas ilhas” teve “as mais tristes horas” de sua vida. No dia 17 de novembro de 1823, sua mulher, “para sempre inesquecível”, conforme assinalou, deu à luz a “um menino saudável”. Naquele dia, teria reinado “a alegria geral no camarote” e Sauerbronn teria doado “36 garrafas de vinho de Tenerife”. Mas, segundo ele, “sempre após uma alegria exagerada, aparece a tristeza”. Disse isso porque no dia seguinte, “à uma hora da tarde”, sua “querida esposa já era um cadáver”. Morta provavelmente no parto, ela não chegou a ver “o belo Brasil, do qual sempre

---

<sup>577</sup> *Idem*, p.122.

<sup>578</sup> COSTA, Haroldo. Licença para morrer: a questão do sepultamento dos ingleses por ocasião dos Tratados de 1810. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. p.4.

<sup>579</sup> *Idem*, p.5.

falava”. Sauerbronn cuidou de seu filho, Peter Leopold, e chegou com ele ao Brasil, mas o mesmo “veio a falecer de desinteira, um mês após a chegada”<sup>580</sup>.

Em um território oficialmente católico e já estabelecido enquanto tal, com a presença de um sacerdote, Joye, a morte do filho de Sauerbronn se desdobraria na criação de um cemitério protestante na vila católica. Segundo Jaccoud, a explicação para tal esteve na interdição ao sepultamento de Peter Leopold no cemitério paroquial São João Batista na vila, por se tratar de cadáver filho de um luterano. Diante disso, Sauerbronn acabou enterrando seu filho em um espaço afastado, dando origem a uma necrópole protestante onde ele foi também seria sepultado em 4 de dezembro de 1864<sup>581</sup>.

A negação de Jacob Joye de sepultar o corpo de Peter Leopold em campo santo católico, em 1824, gerou uma nova configuração cemeterial na vila de Nova Friburgo, porque a partir dessa situação, um cemitério para não católicos foi erguido. Ou seja, havia o cemitério católico onde os corpos considerados aptos para o enterramento eram sepultados e outro cemitério que acolhia todos os corpos daqueles que eram rejeitados pelas normas eclesiásticas católicas daquele momento. Não sabemos ao certo se este cemitério era administrado por algum poder local, ou se era gerido pela comunidade em torno do pastor Sauerbronn. Mas podemos pensar que essa situação colocou os protestantes da vila em situações desprivilegiadas ao acesso aos rituais fúnebres.

Este cemitério ligado à comunidade de Sauerbronn, aos poucos, prestava assistência a diversas camadas da população que haviam sido rejeitadas pela Igreja católica. Lopes assinala dois casos que demonstram essa questão. O primeiro é o do senhor Johan Hopfer, que foi sepultado no dia 31 de agosto de 1852. Seu corpo foi encontrado morto no rio Bengalas em estado de putrefação e colocado na frente da casa que servia para culto luterano para que algum parente pudesse reconhecê-lo. Como não houve nenhuma reivindicação, foi sepultado no cemitério da comunidade sob liturgia luterana<sup>582</sup>.

O segundo caso analisado por Lopes foi o do professor de Filosofia e naturalista Eduard Kücker que cometeu suicídio no dia 3 de novembro de 1859, no Instituto Frees. De acordo com o autor, essa morte pode ser considerada vergonhosa, já que ele foi enterrado à noite, às 19:00, um dos únicos sepultamentos feito dessa forma ao longo

---

<sup>580</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Carta do Vigário Sauerbronn. Cx2.

<sup>581</sup> JACCOUD, C. *Op.Cit.* p.302.

<sup>582</sup> LOPES, Ronald. Unidos pela morte, separados pela vida: Cemitérios protestantes na vila de Nova Friburgo marcada por uma colonização católica (1818-1889). In: *XXII Encontro de História da Anpuh-Rio*. 2016. p.5.



dos trinta anos analisados por Lopes. Podemos perceber que este cemitério então, que começou com uma interdição, era responsável por abrigar, segundo o autor, diversos cadáveres oriundos de várias nacionalidades, Dinamarqueses, franceses, poloneses e Luso-brasileiros, com diversas *causa mortis*, sendo uma espécie de espaço destinado aos desprivilegiados<sup>583</sup>.

Podemos pensar que na vila de Nova Friburgo houve além da interdição de sepultamento, punição após a realização de um ritual fúnebre. No caso, o sepultamento de um membro do Colegiado de Sobrevivência realizado por Sauerbronn, gerando uma denúncia de Joye contra ele. Tanto no ofício do dia 06 de julho de 1824, bem como os outros que buscavam esclarecimentos sobre o casamento misto realizado por Sauerbronn, também versava sobre o enterramento de um “protestante” que o pastor teria feito de forma ilícita<sup>584</sup>. A acusação era a de que ele teria realizado um “enterro dos mais solenes”, contrariando assim o primeiro parágrafo do artigo quinto da Constituição de 1824 que dizia que os cultos não católicos deveriam ser feitos de forma doméstica e sem nenhuma exposição pública, nem qualquer manifestação solene<sup>585</sup>, como recomendou Miranda.

Sobre o enterro solene mencionado na denúncia, Miranda recomendou exigir do Diretor Interino de Nova Friburgo, “a quem foram comunicadas todas as disposições sobre semelhante ato e abusos que pudesse ter ocorrido” contrárias à Portaria. Especificamente ao artigo quinto do título primeiro da Constituição que versava sobre a “Lei fundamental a tolerância religiosa” que teria como premissa “as cerimônias e os cultos públicos” reservados à “Religião do Estado”. Devendo, portanto, aos “protestantes”, exercerem suas cerimônias religiosas “muito em particular” para obter o “direito e proteção” que a Constituição “tão liberalmente” lhes assegurava<sup>586</sup>.

O ofício do dia 14 de julho de 1824 escrito por Miranda para Francisco de Salles versava mais sobre o casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner do que sobre o enterramento. Na verdade, só fez uma menção para que Francisco de Salles buscasse mais informações sobre o caso do “enterro do protestante”, que Miranda julgava “ocioso pedir”

---

<sup>583</sup> *Idem*, p.9.

<sup>584</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheritos a respeito de denúncia de casamento de um protestante com uma católica. Cx1, n.322.

<sup>585</sup> Constituição de 1824. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

<sup>586</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheritos a respeito de denúncia de casamento de um protestante com uma católica. Cx1, n.322.

porque já havia feito anteriormente<sup>587</sup>. Mas no ofício de Francisco de Salles para Sauerbronn, seis dias depois, a questão do enterramento ficou latente, no sentido de cobrar uma resposta à ação realizada pelo pastor.

Francisco Salles necessitava, “da mesma forma”, informações sobre os motivos que “fizera em 22 de junho do corrente ano”, um enterro “dos mais solenes, com grande público acompanhando” o falecido colono calvinista Nicolas Porchat. Utilizando a Portaria de 22 de janeiro e o artigo quinto e título primeiro da Constituição de 1824, ressaltou que ele deveria exercer “particularmente as funções de seu ministério em alguma casa” e observou que seus cultos deveriam ser “doméstico ou particular, em casa para isso destinada” e que não poderia ter “forma alguma exterior de templo”.<sup>588</sup>

De fato, mesmo que o pastor Sauerbronn quisesse praticar sua religião em solo brasileiro, naquele momento não era possível de forma plena já que a Constituição de 1824 demonstrava os limites para as religiões que não eram católicas. A repreensão de Francisco Salles não estava fora dos parâmetros constitucionais daquele contexto, já que realmente a Constituição de 1824 vedava os cultos não católicos a atividades domésticas sem qualquer exteriorização<sup>589</sup>. É interessante notar que não somente nos aspectos arquitetônicos como torres e símbolos eram caracterizados como elementos exteriores, mas também a solenidade do funeral. Podemos considerar, diante disso, que teria sido o caráter performático do ritual que teria gerado essa querela.

Por este motivo, acredito ser importante analisar o que entendo aqui por caráter performático ou performance. Segundo Richard Scherchner, a performance é um comportamento altamente estilizado consistindo em uma ritualização de sons e gestos<sup>590</sup>. No caso do ritual fúnebre, podemos afirmar que ele estabelece relação com o sagrado, pois há uma comunicação com a doutrina e, por sua vez, moldam os indivíduos de uma comunidade<sup>591</sup>. Sendo um ritual fúnebre, de passagem, com uma fase chamada “a

<sup>587</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros a respeito do casamento da colona suíça Claire Hechê e Ammedée Sinner, pois não consta que seu marido Hechê tenha falecido. Cx1, n.326.

<sup>588</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Francisco de Salles ao Pastor Sauerbronn, pedindo esclarecimentos sobre o casamento dos colonos Amedée Sinner e Claire Hechê e, a situação conjugal de Claire. Cx1, n.338.

<sup>589</sup> Constituição de 1824. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

<sup>590</sup> LIGIÉRO, Zeca (org). *Performance e Antropologia de Richard Scherchner*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p.50.

<sup>591</sup> *Idem*.

margem”, ou seja, o limiar entre duas situações, estabelece, segundo Von Gennep, uma nova categoria, no caso, a passagem da morte para uma outra vida<sup>592</sup>.

A operação de um ritual, para Bourdieu, é condicionada a partir de dois aspectos fundamentais, se apresentar enquanto legítimo e ter um rigoroso código litúrgico uniformizado. Neste caso, há legitimidade por parte do Colegiado de sobrevivência em Sauerbronn enquanto pastor, que em ata, como analisado no capítulo 2, a organização admitia um pastor evangélico para guiar a comunidade. Além disso, o ritual realizado por Sauerbronn, pelo menos através do teor da denúncia, houve uma liturgia estruturada e realizada por gestos e palavras. Ambos aspectos podem demonstrar que houve um ritual realizado pelo pastor<sup>593</sup>.

A forma do ritual do enterramento foi considerada ilegal para Joye e os poderes locais da vila por infringir o referido artigo da constituição imperial. Não houve nenhum questionamento sobre a sacralidade ou teologia do mesmo, mas somente com relação ao aspecto da cerimônia. Segundo Tambiah, a forma do ritual consistiria na ordem e padrão de apresentação da linguagem ritual, gestos físicos, e manipulação de substâncias, ou seja, o arranjo de conteúdos<sup>594</sup>. Por isso, ao meu entender, a ação performática de Sauerbronn se tornou elemento de denúncia de Jacob Joye, tornando-se uma das expressões da disputa por fiéis. Um ritual é um elemento de afirmação de autoridade, do legítimo porta-voz, da eficácia simbólica que resulta no reconhecimento de poder por parte do alvo, no caso, dos fiéis<sup>595</sup>. Sendo assim, a evocação da Constituição de 1824 teria servido como um meio através do qual Joye criaria mais uma barreira para a livre realização de rituais por parte de Sauerbronn.

A defesa de Sauerbronn acerca deste caso estava na mesma missiva que foi enviada para se defender da questão do casamento já tratada acima e o pastor interveio sobre as “queixas” do “vigário católico” sobre o “enterro do falecido Nicolas Porchat, protestante”. Descrevendo sua fala como “verdade”, o pastor disse que foi procurar o “corpo do falecido” junto com “outras pessoas de sua crença”, transportando “no maior silêncio”, para “o cemitério ordinário, destinado aos protestantes e situado a um quarto de légua na floresta”. Ao chegar à cova, ele teria “contentado” em dizer aos “assistentes” “algumas breves palavras”. Em seu favor, disse que teria agido assim por pelo menos “três

<sup>592</sup> GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Editora: Vozes. 4º Edição. Petrópolis, 2013. p.154.

<sup>593</sup> BOURDIEU, P. *Op.Cit.*, 2008. p. 93.

<sup>594</sup> TAMBIAH, S.J. *A Performative Approach to Ritual*. Londres: Oxford University Press, 1979. p.138.

<sup>595</sup> BOURDIEU, P. *Op.Cit.*, 2008. p. 95.

vezes na Armação”. Demonstrou sua submissão às leis do Império dizendo que se submeteria, “de boa vontade”, “à decisão de uma autoridade superior e justa”, no caso de, por sua ação, ter infligido o artigo quinto da “Constituição do Império”. Disse não competir ao seu ministério tornar-se um “caluniador” e, demonstrando o teor religioso de sua defesa, se referiu à fala dos evangelhos dizendo “junto com” seu “salvador”: “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem”. Por fim, ressaltou para o “honrado senhor” o aceitar enquanto seu “mais humilde servidor”<sup>596</sup>.

A defesa do pastor Sauerbronn neste caso do enterramento buscou demonstrar como ele teria feito dentro dos parâmetros impostos pelo Império. Ou seja, transportando o corpo em silêncio e dizendo breves palavras, segundo ele, o ritual não poderia ter o status de ter sido executado com “pompa”. Para reforçar, talvez, que este caso em questão se diferenciava do problema em torno do casamento de Clara Egrin e Amadée Sinner, Sauerbronn procurou demonstrar o caráter “protestante” de todo o processo, ou seja, ele teria deixado claro que o fiel era protestante e que teria sido sepultado em silêncio em um cemitério para fieis daquela fé. Também recordou do momento na armação do funeral, em que teria realizado o mesmo procedimento três vezes e não teria sido repreendido. Interessante notar que em sua defesa há uma referência ao confronto com Joye, ao argumentar que não era de sua competência se transformar em um “denunciador” e, para isso, Sauerbronn recorreu a uma passagem do evangelho, dizendo que seria somente um “servidor”.

Embora nos ofícios as questões do casamento de Clara e do enterramento de Pochat tenham sido tratadas juntas, não houve um tribunal para apurar se existiu ou não o elemento performático não permitido pela Constituição. Isso me sugere que, talvez, o impacto do casamento de Clara e Amadée tenha sido maior do ponto de vista jurídico do que o do enterramento feito por Sauerbronn. No entanto, no ofício de 24 de julho em que Sauerbronn e Joye foram repreendidos pelas autoridades da vila para não mais haver desavenças entre eles, também foi tratada a questão do enterramento de Nicolas Porchat.

Francisco Salles disse que foi “menos exata” a acusação de Joye sobre o enterramento de “forma solene” realizado por Sauerbronn. Na verdade, essa situação, teria sido “ainda mais grave”, já que teria envolvido pessoas com “caráter” e “representação civil” na sociedade e que deveriam “servir de exemplo” tanto no exercício de suas funções,

---

<sup>596</sup> SOUZA, J. A. *Op.Cit.*, p.177

quanto obedecendo as autoridades. Instruiu aos líderes religiosos a desprezarem as “intrigas particulares” que poderiam pôr em risco a “prosperidade da colônia” Ele advertiu que Sua Majestade Imperial, através da Secretaria de Negócios Estrangeiros, ao monsenhor Joye para se afastar “daqui por diante” de “semelhantes procedimentos” porque “cada vigário”, segundo ele, deveria conter-se pacificamente em suas funções, sempre procurando “inspirar a paz e o sossego entre as ovelhas”, evitando toda sorte de conflitos<sup>597</sup>.

Não encontramos qualquer fonte que nos mostre se houve algum tipo de tribunal ou mesmo a presença de testemunhas no caso do enterramento. Na verdade, somente o ofício segundo a qual a acusação feita por Joye seria “menos exata”. A postura das autoridades imperiais da vila foi a de apaziguar a querela entre os dois sacerdotes, colocando em questão que ambos, Joye e Sauerbronn, seriam responsáveis pela paz e prosperidade da vila, não o contrário. Portanto, o interesse de Miranda sobre as duas questões foi a de eliminar qualquer problema entre os líderes religiosos, de modo que a paz fosse a dinâmica da relação entre todos na colônia, já que ambos eram funcionários do Império.

Não podemos pensar que a negação do enterramento de Peter Lepold ou a acusação de sepultamento com “pompa” de um calvinista seriam fatos isolados dentro do contexto brasileiro oitocentista. Além dos casos que observamos anteriormente, em 1828, um trabalhador luterano germânico em São José Del Rei (atual Tiradentes-MG) teve um acidente de trabalho e faleceu. O padre local negou a sepultura para o cadáver que foi enterrado em uma área próxima à empresa cedida pelo dono da mesma, sem que fosse realizado qualquer tipo de cerimonial fúnebre. Segundo Rodrigues e Cordeiro, essa situação estaria concluída se não fosse a visita do Reverendo Anglicano Robert Wash que quando soube do ocorrido, retirou o corpo do local e fez todas as bênçãos que achou conveniente<sup>598</sup>.

A ação do Reverendo Robert Wash demonstrou elementos de alteridade para com um enterramento luterano. Além de sua atitude, a população católica local também

---

<sup>597</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo" Ofício de Luiz José de Carvalho e Mello (Secretário de Est. De Negócios Estrangeiros), S.M.I. manda que os vigários desempenhem suas funções, trata de outros assuntos. Cx2 n.368.

<sup>598</sup> RODRIGUES, C. CORDEIRO, C. G. “E nós andamos em procissão até o túmulo”: Sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh., In: *Recôncavo*. Vol 3, n.5. Jul-dez. 2003, p.16.

queria que o trabalhador pudesse ter uma cova ou, pelo menos, uma benção de acordo aos seus preceitos religiosos. Tanto no enterramento de Porchat quanto no do trabalhador germânico, os protestantes se ligaram por elementos rituais em comum. Concordando com a afirmação feita por Rodrigues e Cordeiro, muitas atitudes perante a morte ligam pessoas de filiações religiosas diferentes para além de questões sagradas, mas de ordem prática tais como a:

Busca por evitar que o cadáver ficasse exposto, não sendo abandonado na rua ou propriedade rural, atraindo animais, provocando odores e dando margem ao desenvolvimento de uma visão considerada desagradável; em termos de transmissão de bens, a prática testamentária de distribuir bens do morto aos herdeiros, libertar os escravos, saldar dívidas e até apontar para que determinado herdeiro recebesse sua parte dos bens, dentre outros aspectos<sup>599</sup>.

Na colônia de Blumenau, de maioria protestante e imigrante germânica, também ocorreu um impasse com relação à necrópole e aos enterramentos, a partir de 1861, data de fundação de sua freguesia. Houve, em 1857, uma demarcação das terras para as cerimônias católicas e também do cemitério, que viria a ser a Paróquia de Gaspar, uma comunidade local. Porém, o padre pediu uma nova demarcação, como se o Presidente da Província não tivesse demarcado anteriormente. De qualquer forma, o responsável demorou para realizar, gerando então um conflito com o pároco local<sup>600</sup>.

A situação começou a ficar ainda mais conflituosa quando faleceu, em 1862, Agnes Wagner, protestante casada com um católico. Ela acabou sendo enterrada no cemitério “evangélico-luterano” local, atraindo a reação do pároco. Não era a primeira vez que isto acontecia porque devido a uma questão de traslado dos corpos, os enterramentos eram realizados no cemitério “evangélico-luterano”<sup>601</sup>. A situação só foi resolvida depois da defesa do pastor luterano Hesse que argumentou que Agnes disse que queria ser enterrada ali. Segundo Voigt, o pároco de Gaspar queria a construção de seu cemitério de forma rápida por conta da maioria protestante, que poderia ser um obstáculo para a disputa dos fiéis, já que havia uma construção bem sólida de poder simbólico naquela localidade<sup>602</sup>.

---

<sup>599</sup> *Idem*.

<sup>600</sup> Conflitos religiosos entre a colônia Blumenau e a Paróquia de Gaspar no século XIX: a questão dos cemitérios católico e evangélico-luterano. In: *Ágora*, n.31. pp. 21-23

<sup>601</sup> *Idem*, p.23.

<sup>602</sup> *Idem*, p. 24.

Ser desprivilegiado em suas inúmeras formas, portanto, gerava a recusa ao sepultamento em cemitérios públicos. Mas essa prática foi admitida até a resolução imperial de 20/04/1870. Esta passou a regulamentar os cemitérios públicos e proibir a negação de sepulturas, além de decretar construção de áreas para enterramentos de não católicos dentro dos cemitérios extramuros. Porém, a partir de 1879 entrou em discussão na Câmara dos Deputados o projeto de Secularização dos Cemitérios, proposto pelo deputado maçom Saldanha Marinho e defendido por Joaquim Nabuco, em prol da liberdade religiosa e causa protestante. Segundo Rodrigues, houve um intenso debate que acabou, por causa de pressões, engavetando o projeto em 1887 e somente em 1890, com o decreto nº5 é que finalmente secularizou-se os cemitérios públicos<sup>603</sup>.

### 3.3. As abjurações como mais um elemento de conflito religioso na vila

A presença de fieis abjurados na comunidade do pastor Sauerbronn também foi um elemento de contenda na vila de Nova Friburgo. Segundo José Carlos Pedro, com a chegada dos calvinistas suíços à vila, em 1819, Monsenhor Joye teria conseguido a abjuração de 79 pessoas, entre 30 de abril de 1820 a 20 de maio do ano seguinte<sup>604</sup>. Ou seja, de certa forma, boa parte dos calvinistas teriam abjurado e o catolicismo se consolidaria enquanto confissão predominante na área que havia recebido seus primeiros imigrantes estrangeiros. Assegurava, assim, sua hegemonia, conquistando para a sua fé a maioria de membros da comunidade imigrante, além de garantir a presença de um sacerdote oficial, funcionário do Império, ao contrário dos calvinistas suíços que não tinham um sacerdote autorizado.

Segundo Murakawa, a abjuração consistia na renúncia, com toda formalidade, a algum erro cometido. Era um ato público no qual um convertido juraria solenemente rejeitar as crenças heréticas que antes admitia, além de se coadunar as normas e práticas da Igreja católica<sup>605</sup>. A abjuração dos calvinistas seguiu uma espécie de padrão e foi oficializada por Joye no livro de tomo da Igreja de São João Batista:

---

<sup>603</sup> RODRIGUES, Claudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). In: *Revista de História Regional* 13(1). Verão, 2008. pp.24-25.

<sup>604</sup> ARAÚJO, R. J e MAYER, M, J (orgs). *Op.Cit.* p.124.

<sup>605</sup> MURAKAWA, Azevedo de Almeida Clotilde. Os regimentos da Inquisição portuguesa: Um estudo de vocabulário. pp.8-9. Disponível em:

Aos trinta dias do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte nesta Villa da Nova Friburgo – na matriz de São João Batista, compareceram Hans Jansen, natural de Holstein, João Pedro Bohn de Hamburgo, Freederico Sanner de Bemia, Matheus Rhode de Henrique, filho do dito João Strub, natural do Cantão de Basle, David Kummerle de Vurtemberg, Frederica, Sofia Velhelmina Vaudenterin, natural da Holanda, assim como outras sete pessoas dos cantões de Berna e Vaud requereram do Revendo Pároco, que tendo eles conhecido os erros que seguiam das suas Seitas Luteranas e Calvinista em que até o presente haviam vivido, e conhecendo que na Religião Católica e Apostólica Romana podiam achar Remédio para salvação de suas Almas, eles por suas livres vontades tinham se disposto sem constrangimento de Pessoa alguma a abjurarem dos erros e Heresias das ditas seitas e fazem Profissão de Fé solenemente afim de Absolvidos das Censuras em que se acharão incursos<sup>606</sup>.

Além das abjurações, monsenhor Joye também cuidava da espiritualidade dos nascidos na vila, mesmo aqueles de pais calvinistas. Joye ministrava os sacramentos aos seus filhos. Podemos conferir essa atitude no requerimento do Diretor Francisco de Salles que perguntou a Jacob Joye se a família do colono Lamblet era ou não protestante, ou seja, um exemplo claro da dimensão do poder simbólico do sacerdote católico<sup>607</sup>.

No dia 25 de agosto de 1824, o padre Joye enviou uma nota de esclarecimentos para o Diretor Francisco Salles sobre o batismo de um filho de casal “protestante”, não conseguimos saber de qual confissão. Era necessário por parte do sacerdote o envio de declarações da quantidade de batizados, casados e falecidos, para os poderes locais como uma forma de controle, já que os sacramentos serviam para contabilizar quantos nasciam, cresciam, se casavam e morria. Monsenhor Joye declarou que eram “Frederick Lamblet, Luisa, sua mulher e Agostinho, o filho deles”, protestantes. Mas que havia batizado João Paulo, “outro filho do casal”, na Igreja Católica e este deveria “ser reputado como católico” enquanto não fosse educado na religião protestante<sup>608</sup>.

Participar da religião hegemônica permitiria ao fiel ter melhores condições de vida, no sentido de que um membro da Igreja oficial poderia adentrar a estruturas que, se

---

[http://portal.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/ojudeu/Artigo\\_Clotilde.pdf](http://portal.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/ojudeu/Artigo_Clotilde.pdf)

<sup>606</sup> Livro de Tombo 1 B da Paróquia da Igreja Matriz de São João Batista. p.185.

<sup>607</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Carta Diretor Salles para o Vigário Joye, perguntando se o colono Lamblet é protestante. Cx2, n.382.

<sup>608</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Carta do vigário Joye para o Diretor Salles, participando que batizou o filho de Frederique Lamblet, colono protestante Cx2, n.379.



fosse protestante, não conseguiria entrar. Em Nova Friburgo, a assinatura do termo de abjuração poderia fazer com que o fiel convertido se integrasse à religião hegemônica, no sentido de fazer parte de uma comunidade legítima e com maior expressão. O antigo professor de primeiras letras, Boaventura Bardy, havia pedido demissão e Adolfo Eckart se candidatou à vaga e, então, Monsenhor Miranda teria achado interessante a proposta. Porém, Francisco Salles enviou uma missiva a Miranda dizendo que antes de Eckart ser o novo professor, seria necessária uma investigação se o mesmo era ou não protestante:

Fico inteligente da proposta que V.S. faz de Bernardo Adolf Eckart para mestre de primeiras letras. Em primeiro lugar, como Sua Majestade está ausente, não pode ter andamento este negócio, como lhe enviei por cópia, datada de 21 do mês passado; em segundo lugar, não sei se pode ser admissível aquele Eckart, atenta à circunstância de ser protestante, o que fico a examinar<sup>609</sup>.

Percebemos aqui que a categoria de “protestante” poderia ser sinônimo de exclusão social. Um professor de primeiras letras em uma pequena vila nesta época era considerado alguém de renome e integrado aos meandros do Império. Sendo este protestante, não caberia na ordem social local, sendo um elemento de distinção. Era melhor, portanto, se integrar ao catolicismo para poder gozar de uma maior posição naquela sociedade. Até o presente momento, não encontramos documentos oficiais que abarquem o processo de investigação sobre se Adolf Eckart era ou não protestante. Mas há indício que sim, já que cinco meses depois, um relatório de Monsenhor Miranda para Francisco Salles sobre a possibilidade de Eckart poderia ter aderido ao catolicismo para conseguir o emprego:

Recebo neste momento o ofício de V.S. nº97, ao qual passo a responder. Estimo muito a resolução em que está Bernardo Adolfo Eckart de abraçar a nossa religião, se é que tal mudança procede da verdadeira convicção dos princípios dela e não de interesse particular<sup>610</sup>.

<sup>609</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Francisco de Salles para Monsenhor Miranda Malheiros sobre Bernardo Adolfo Eckardt que sendo protestante, não pode lecionar para primeiras letras e outros assuntos. Cx3, n.980.

<sup>610</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros para Francisco de Salles sobre a resolução de Bernardo Adolfo Eckardt abraçar a fé católica e para coadjutor o Padre Francisco Roque Bauer. Cx3, n.986.

De fato, Adolf Eckart se tornou o novo professor da Escola de Primeiras Letras logo após sua conversão, conseguindo então substituir Bardy na Escola de Primeiras Letras. No dia 17 de maio de 1827, Miranda informou sobre o novo professor em uma missiva nos seguintes termos:

Sendo presente a S.M.I o ofício de Vossa Ilustríssima nº690, em data de 14 do corrente mês, no qual informa sobre o requerimento de Bernardo Adolf Eckart, em que pede para ser provido da cadeira de Primeiras Letras da colônia de Nova Friburgo, que se acha vaga pela demissão de Boaventura Bardy, o mesmo augusto Senhor, conformando-se com o parecer de Vossa Ilustríssima, há por bem fazer mercê da dita cadeira ao referido Bernardo Eckart com o vencimento que se acha estabelecido pela folha de subsídios da colônia<sup>611</sup>.

O caso de Eckart também não é um fato isolado no Brasil desta época. A categoria de “protestante” como elemento de exclusão permeou outras regiões do país. Em Santa Catarina, por exemplo, o Presidente da Província, João José Coutinho demitiu os professores que lecionavam no Liceu Provincial do Desterro por serem protestantes, com o argumento que eles seriam “perigosos para a nossa juventude<sup>612</sup>”. Também na mesma região, na colônia D. Francisca, em 1854, o professor Muller foi proibido de prestar concursos públicos para professor e o cargo foi ocupado pelo Padre Carlos Boegershausen, sem prestar qualquer concurso<sup>613</sup>.

A partir desses casos, podemos refletir sobre a relação entre educação e a filiação religiosa na época imperial. A partir de 1823 começaram os debates acerca da produção de uma legislação para o sistema educacional público no Brasil. Porém, mesmo com tentativas de sistematizar elementos jurídicos para esses fins, somente em 15 de outubro de 1827 que essa regulamentação foi oficializada. Composta de dezessete artigos abrangendo temas como a expansão de escolas públicas, salários para professores, método de ensino, currículo, repetência, admissão e escolas para meninas<sup>614</sup>. O artigo sexto desta lei versava acerca das atribuições do professor de primeiras letras, bem como os pré-

<sup>611</sup> Fundação Dom João VI. "Fundo da Administração de Nova Friburgo". Ofício de Monsenhor Miranda Malheiros para Francisco de Salles a respeito do professor de primeiras letras. Cx3 n.1049.

<sup>612</sup> KLUG, J. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis. v.16, n.24, p.113.

<sup>613</sup> *Idem*, p.114.

<sup>614</sup> SILVA, SOARES, ADAILTON. Política educacional no Brasil: Do Império à República. In: Rios Eletrônica – *Revista científica da FASETE*. 2011, ano 55. p.70.

requisitos para a atividade docente. Eles deveriam ensinar a ler, escrever, utilizar as quatro operações, noções mais gerais de geometria, gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e da doutrina católica. Ou seja, o ensino religioso nas escolas públicas desse período era ligado à religião oficial do Império, sendo confessional<sup>615</sup>.

O caso de Eckart aconteceu antes da exigência formal de ensinar o catolicismo e, portanto, ser católico. Porém, através desse caso, podemos pensar que mesmo não legitimado, a prática do ensino religioso confessional católico e a interrupção de professores filiados a outra matriz religiosa já existia anteriormente, por causa da Constituição de 1824 e a relação entre Estado e Igreja. Portanto, podemos perceber que a pré-condição de ser católico criou uma interdição à entrada de Eckart como professor.

Outro caso emblemático de abjuração na vila que ocasionou um conflito foi a presença de João Pedro Ragmey nos cultos de Sauerbronn, mesmo depois de ter abjurado<sup>616</sup>. Ragamey, nascido em 1790 no cantão de Vaud, chegou ao Brasil a bordo do *Elisabeth Marie* e na vila abjurou a sua fé calvinista, além de casar no dia 9 de outubro de 1820 com Marianne Genevieve Cattin, com quem teve pelo menos dois filhos. Não conseguimos a data de seu falecimento, já que o mesmo não permaneceu na vila, se estabelecendo em “Aldeia da Pedra” (cidade atual de Itaocara)<sup>617</sup>.

No dia 16 de agosto de 1824, Jacob Joye enviou a denúncia contra Sauerbronn. Nela, o monsenhor fez menção à última portaria sobre o caso de Clara Egrin e Amadée Sinner lembrando que o pastor deveria “se abster de prosélitos” e que ele estaria “atentando contra o espírito” da mesma. O acusou de ter admitido “na sua comunhão” os “neo-católicos”, que “no princípio desta colônia fizeram abjuração de heresia e entraram no grêmio da Igreja Romana”. Ele teria “admitido publicamente João Pedro Ragamet e outros” e esse “escândalo” teria sido observado por “uma testemunha de vista fidedigna”<sup>618</sup>.

A forma de operação de Miranda na vila nesse caso foi exatamente igual às outras querelas, no sentido de notificar Sauerbronn do suposto ato. Então, no mesmo dia 16 de agosto, Major Ferreira de Souza enviou uma carta para Sauerbronn buscando esclarecimentos sobre a entrada de Ragamey em sua comunidade. Nesta missiva, o Major

---

<sup>615</sup> MONTALVÃO, SÉRGIO. Educação na ordem constitucional brasileira: da Monarquia à República. In: *Revista Contemporânea de Educação*. n11 – janeiro/julho de 2011. p.208

<sup>616</sup> SOUZA, J. A. *Op.Cit.*. p.177.

<sup>617</sup> BON, H. *Op.Cit.* p.767.

<sup>618</sup> SOUZA, J. A. *Op.Cit.* p.178.

teria ficado com “espantosa surpresa” quando a denúncia de Joye chegou até ele. Depois de expor o conteúdo da mesma, admoestou Sauerbronn a “renunciar a toda ideia de prosélito”, ressaltando as portarias anteriores que já lhe haviam sido remetidas. Depois desta recomendação, o major solicitou “sem perda de tempo” uma resposta por escrito, para que Sauerbronn explicasse e os “verdadeiros motivos” para praticar aquela “arbitrária e estranha admissão”<sup>619</sup>.

A resposta de Sauerbronn foi escrita no dia 17 de agosto de 1824. Ele teria tido a “honra” de responder as razões pelas quais ele teria admitido e recebido em sua igreja o “senhor Ragmat”, “como protestante”. Sauerbronn explicou que teria o “dever de lhe responder imediatamente e expor os motivos de seu procedimento”. “Em primeiro lugar”, Ragmet teria se apresentado a ele como “protestante”, “comungou com a comunidade” e “frequentou” a sua igreja “todos os domingos”. Além disso, argumentou ainda que “sabendo, aliás, de que ele nascera no Cantão de Vaud, na Suíça”, ele tirou, “naturalmente”, a conclusão de que, “na verdade, ele era protestante”<sup>620</sup>.

“Em segundo lugar”, Sauerbronn argumentou que “os princípios” de sua “religião” “ordenam que se reconheçam, como membros pertencentes” à igreja, “todos aqueles que se reconheçam, voluntariamente”, observando “esses princípios”, e de “seus próprios instintos”, sendo “de maneira alguma, persuadidos ou proselitizados”, despossuídos de “razões de interesses pessoais ou mundanos”. Continuou sua defesa dizendo que seu “mestre, Jesus Cristo”, lhe ensinara que “Todo o que meu Pai me dá, virá a mim. E o que vem a mim, não lançarei fora. João 6,37”. O “devoto servidor” termina demonstrando sua “mais perfeita consideração” a Francisco Salles<sup>621</sup>.

A resposta do pastor Sauerbronn teve todos os elementos já configurados em outros conflitos nos quais esteve envolvido. O argumento da abstenção de prosélito continuou neste caso, bem como a utilização de passagem bíblica para legitimar seu discurso. Além disso, salientou que o critério de adesão à sua igreja seria simplesmente a vontade daquele que demonstrava tal interesse segundo seus “instintos”. Interessante notar que novamente Sauerbronn não parece ter se insurgido contra os poderes locais, fazendo questão em suas cartas de mostrar sua posição de funcionário imperial e argumentando em favor de suas convicções, utilizando, novamente, o termo “servidor”.

---

<sup>619</sup> *Idem*, p.179.

<sup>620</sup> *Idem*.

<sup>621</sup> *Idem*.

O discurso de Sauerbronn foi perpassado por aspectos não burocráticos e institucionais, mas sua matriz discursiva se relacionou com elementos teológicos e bíblicos. Neste sentido, a utilização dessa forma discursiva lhe retiraria as questões mais profanas e ordinárias, como a própria recomendação de Francisco Salles e também pode ter sido uma estratégia válida para continuar suas ações, legitimando-as<sup>622</sup>. Contudo, Miranda reagiu contra Sauerbronn e Joye nas fontes já abordadas anteriormente no caso do matrimônio de Clara Egrin e Amadée Sinner.

Após analisar os conflitos religiosos relativos aos rituais de casamento, enterramento e ao fluxo de fiéis entre denominações religiosas distintas, podemos cogitar algumas considerações. Houve uma relação de alteridade entre os grupos protestantes presentes na vila, já que calvinistas foram incluídos nos cultos e rituais fúnebres do pastor Sauerbronn, já que Amadée Sinner, Porchat e Ragamey eram imigrantes suíços calvinistas e foram admitidos no culto. Mais ainda, Clara Egrin, mesmo católica, casou na comunidade de Sauerbronn.

Além disso, podemos pensar que Jacob Joye agiu de acordo com os preceitos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e do próprio Concílio de Trento em todas as suas denúncias, ou seja, no caso do casamento entre Clara Egrin e Amadée Sinner, o enterramento de Porchat, a possibilidade de Eckart virar professor de Primeiras Letras e o recebimento de Ragamey na comunidade de Sauerbronn. Do mesmo modo, o pastor Oswald Sauerbronn expôs sua doutrina em suas defesas, ressaltando elementos do protestantismo luterano e sua visão teológica, não abrindo mão de sua posição. Desta forma, podemos considerar que, tendo como motivação a realização de rituais de casamento, sepultamento e abjuração, ele lutou dentro do campo religioso local que tinha no catolicismo a matriz religiosa hegemônica.

Podemos pensar que houve o desenvolvimento de dois ramos do protestantismo, na Vila de São João Batista de Nova Friburgo, seja o calvinista, seja o luterano, potencializado com a chegada do pastor Oswald Sauerbronn e os imigrantes germânicos em 1824. Sendo que, pelos documentos aos quais tivemos acesso, os conflitos deste último para com o catolicismo parecem ter sido mais intensos do que os que foram vividos pelos calvinistas.

---

<sup>622</sup> BOURDIEU, P. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. *Op.Cit.* p.83



## Conclusão

A guisa de conclusão, podemos estabelecer algumas análises necessárias tanto sobre o processo de imigração de 1818-1824, quanto sobre os conflitos religiosos anteriormente abordados. O processo de imigração atraiu grupos que não faziam parte da religião oficial do Império, resultando na chegada de imigrantes calvinistas e luteranos que, neste caso, estavam ligados a um porta-voz legítimo, pastor Sauerbronn. Este acabou se envolvendo em querelas com o padre local, Monsenhor Joye, que foram originadas em rituais religiosos como casamentos e enterramentos.

Para melhor analisar o contexto local e os motivos pelos quais esses embates se desenvolveram, o capítulo 1 identificou o processo de imigração dos suíços e germânicos entre 1818 e 1824. Para isso, observamos o projeto de imigração já na época de Dom João VI, que culminou com a vinda dos imigrantes suíços. Mais do que isso, fizemos uma análise de conjuntura também da situação suíça pós as guerras napoleônicas. Utilizamos, para melhor análise, os relatórios de Nicolau Gachet, responsável pelo agenciamento e envio dos imigrantes para o Brasil. Podemos perceber, através dessas fontes, que Gachet tinha múltiplas funções, de uma espécie de informantes das relações internacionais da época, até o intuito de lucrar com todo esse processo.

Procuramos também analisar o papel da figura do agenciador dos germânicos, Nicolau Schaeffer, que também foi um informante do Brasil, além de fazer um trabalho diplomático que visava uma aceitação das cortes germânicas ao processo de independência e seus desdobramentos a partir de 1822. Mais do que isso, a travessia foi analisada internamente com as cartas do Pastor Sauerbronn e de sua filha, Charlotte, demonstrando as diversas práticas e desdobramentos das viagens.

Através de seus relatórios transcritos por Souza<sup>623</sup>, conseguimos analisar seus interesses econômicos na imigração, bem como a situação dos territórios germânicos após as guerras napoleônicas, e a diminuição da demanda por soldados, mas, ao mesmo tempo, o aumento da mesma para incrementar a estratégia brasileira de produzir e defender o território. A partir de então, reconstruímos as suas passagens pelas cortes europeias, entre

---

<sup>623</sup> SOUZA, José Antônio de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo (1818-1840). Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976. vol. 310.

1822-1824, o financiamento dos navios para a travessia, seus trâmites para conseguir lucros com a viagem, bem como o processo de propaganda que realizou.

Os relatos ligados aos acontecimentos dentro dos navios dos suíços ficaram a cargo do diário de Joseph Hecht, que versava desde o processo demorado de embarcação, bem como as dificuldades da travessia, passando por questões práticas como as acomodações, alimentação, as práticas religiosas, os rituais fúnebres, as brigas e conflitos internos dos tripulantes. Mesmo sendo um relato de um imigrante, nos serviu para demonstrar a travessia tanto em uma perspectiva macro, com os relatórios, quanto em uma perspectiva microscópica. O diário nos mostra também o momento da chegada, as acomodações para cada família, a situação da terra e, obviamente, os sentimentos durante todo o processo, demonstrando a saudade, as preocupações com os filhos, a dor diante da morte, e demais relações pelas palavras de Hecht.

O diário de Monsenhor Joye também nos deu, mesmo que de forma menos abrangente, uma visão sobre a viagem até o Brasil, bem como as acomodações na vila. Este é mais sucinto, preferindo relatar datas e pequenos acontecimentos, muitos de ordem estritamente eclesiástica, como as realizações de batismo, casamentos e funerais. Mesmo assim, as sequências de cidades e lugares visitados nos dão um panorama, mesmo que parcial e, às vezes, incompleto, de toda travessia e chegada. Além dessa questão, observamos que havia mais de cem imigrantes calvinistas dessa leva imigratória, gerando assim em Joye um trabalho de conversão desses indivíduos considerados protestantes.

Identificando a existência de um grupo calvinista dentro da imigração suíça que oficial era católica, podemos perceber que rapidamente muitos deles foram absorvidos por Joye, por meio de abjurações e não ameaçou a comunidade católica, hegemônica e ligada ao Império como religião oficial. Ou seja, não conseguimos rastrear nenhum embate ou dificuldade de Joye ao integrar esse grupo de acatólicos ao catolicismo mediante as práticas comuns de abjuração, no sentido de que nessa primeira leva de imigrantes, o grupo calvinista não apresentou uma ameaça ao catolicismo.

Para a imigração germânica, porém, não conseguimos muitas fontes a respeito do processo de travessia do navio dentro de um ponto de vista microscópico, a não ser com as epístolas de Sauerbronn e Charlotte, sua filha. As duas possuem poucas informações, somente as suas visões com relação ao processo. Na verdade, são pequenos textos versando sobre os pontos de paradas, as dificuldades e demais questões práticas. Além disso, ambas



as cartas mostram a visão de mundo religiosa dos imigrantes, já que em diversos momentos demonstram hábitos, como orações e perspectivas voltadas ao sagrado.

Com o objetivo de entendermos a dimensão das ondas de imigrantes para o Brasil e reconstruir os elementos que causaram os embates, analisamos no capítulo 2 o processo de acomodação de suíços e germânicos na vila criada para receber os imigrantes. Para isso, utilizamos o mesmo método de construção da narrativa sobre a travessia e chegada do capítulo 1, mas dentro do processo de saída do Rio de Janeiro e chegada até as terras que compunham a vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Abordaremos questões relativas à ocupação das terras pelos suíços, e a posterior tomada de alguns lotes coloniais pelos imigrantes germânicos. Para analisar a fixação, utilizamos os documentos oficiais, missivas entre os líderes locais e Monsenhor Miranda. Elementos como os ajustes nas casas, estradas e os subsídios dos imigrantes foram ressaltados nessas fontes. Identificamos, também, as dificuldades encontradas por esses indivíduos diante de uma estrutura precária e com um nível de organização bem inferior ao propagandeado na Europa.

Foi justamente no capítulo 2 que abordamos as relações conflituosas que, ao longo da pesquisa, caracterizamos como “conflitos internos”, ou seja, aqueles que se perpassaram por dentro do catolicismo ou pela comunidade luterana de Sauerbronn na região. Para elucidar tais casos, pudemos perceber ao longo deste capítulo os embates entre monsenhor Joye e os vereadores da vila para conseguir erigir um templo católico fora do espaço precário no qual estava a capela perto da Câmara, além da regulamentação de várias outras capelas que estavam fazendo algumas práticas sem a presença do sacerdote.

Podemos pensar, então, que os conflitos religiosos aconteceram também internamente e dentro de outras esferas. Afinal, Joye entrou em um embate com a Câmara dos vereadores ao tentar estabelecer a construção de uma paróquia fora de um local onde os rituais religiosos se aproximavam das atividades da Câmara. Analisamos também uma denúncia realizada pelos calvinistas suíços que se juntaram às práticas religiosas de Sauerbronn após sua chegada. Ela consistia em retirar o pastor porque suas práticas e condutas morais não seriam adequadas para aquele grupo, sendo substituído por outro.

Estas questões abordadas geraram uma ampla discussão sobre a problemática da relação entre religião, poder e Império. De uma forma mais abrangente, esta dissertação nos coloca um ponto de reflexão sobre o problema da tolerância no Brasil Imperial. Ou seja, um ponto de partida para pensar a extensão, as fronteiras e as tensões do desenvolvimento, em várias dimensões, de um processo de tolerância com religiões que

estavam fora da oficialidade.

## **FONTES MANUSCRITAS**

### **Arquivo da Matriz de São João Batista de Nova Friburgo**

Livro de Tombo 1B (1818-1900).

Livros de Óbitos 1, 2 e 3 (1818-1900).

Livros de Casamentos 1 e 2 (1818-1860).

Livros de Batismos 1, 2 e 3 (1818-1900).

### **Fundação Dom João VI**

Fundo da Administração de Nova Friburgo (1818-1960), Caixas 1-9 (1818-1860).

Atas da Câmara de Nova Friburgo (1818-1860).

“Documentos da colonização alemã”. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo\\_manuscritos\\_documentos\\_colonizacao\\_alema](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:acervo_manuscritos_documentos_colonizacao_alema)

Diário de Jacob Joye. Disponível em:

[http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye).

Fundo da Igreja Luterana: Coleções 1-5 (livros de batismo, casamentos e óbitos, 1824-1900).

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, R. J; MAYER, M. J (Orgs). *Teia Serrana: Formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1998.
- Bon, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: imagem virtual, 2004.
- BOURDIEU, *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CÂMARA, Silva, Cidinalva. NERIS, Silva, Wheriston. Aportes para (re)discussão da noção de campo religioso. In: *Outros tempos*. v.5, n.6, dez 2008.
- CORRÊA, S. L. As transformações no sistema colonial e suas discussões: a colonização alemã na Bahia do século XIX. In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*.
- COSTA, Haroldo. Licença para morrer: a questão do sepultamento dos ingleses por ocasião dos Tratados de 1810. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*.
- CURIO, Pedro. Como surgiu Nova Friburgo: esboço histórico e episódico. Rio de Janeiro, 1944.
- DELUMEAU, J. Nascimento e afirmação da reforma. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DIAS, A E OLIVEIRA, R, S, B. Casamento e divórcio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: o caso de Lívia da Purificação. In: XI Colóquio do Museu Pedagógico. 14 a 16 de outubro de 2015.
- DIAS, M, ZWINGLIO e PORTELA (orgs). *Protestantes, evangélicos, e (neo) pentecostais: História, Teologia, Igrejas e Perspectivas*. São Paulo: Fonte editorial, 2014.
- DREHER, Martin. Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- DURKHEIM, *Formas Elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2008.
- FAJARDO. A. Brasil Imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. In: *Integratio*, v.1, n.1, jan-jun. 2015.
- FLORES, H. A. H. *Alemães na guerra dos farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLUCK, R, Marlon. A abertura dos portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, V, n.15, jan/2013.

FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. In: *I Simpósio de Cartografia Histórica, 2011*. Paraty.

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Editora: Vozes. 4º Edição. Petrópolis, GOMES, F. J. S. De súdito a cidadão: os católicos no império e na república. In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, junho 1997.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. In: *Revista Justiça e História*, v.3, n5. 2003.

JACCOURD, Rafael. *História, contos e lendas de Nova Friburgo*. Edição independente, 2007.

JONES, M. C. *Vem aí a imigração: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900)*. p.20. f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Bahia.

JUNIOR, L. Pierre Bourdieu: mercado linguístico e poder simbólico. In: *Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em comunicação*.

KLUG, J. Confessionalidade e etnicidade em santa catarina. In: *Revista de Ciências Humanas Florianópolis* v.16 n.24 p.111-127 out. de 1998.

LENZ, Ewel Sylvia. Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008.

LIGIÉRO, Zeca (org). *Performance e Antropologia de Richard Scherchner*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

LIMA, B. A. *Nós declaramos guerra ao latifúndio: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da sociedade central de imigração (1883-1891)*. f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

LOPES, Ronald. Unidos pela morte, separados pela vida: Cemitérios protestantes na vila de Nova Friburgo marcada por uma colonização católica (1818-1889). In: *XXII Encontro de História da Anpuh-Rio*. 2016.

MARTINS, B. L. NEVES, R. G, SILVA, E. (Orgs). *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

MARTINS, M. C. P. Padroado Régio no auge do Império brasileiro. In: *Revista brasileira de História das Religiões*. Anpuh, Ano III, n.9, jan 2011.

MAYER, J. M. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro,

2003.

MELÉNDEZ, P. J. J. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos de Regência e o mundo externo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, n 68.

MENDES, R. SACCHETTA, J. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. In: *Caderno CHR*, vol. 22, num. 55, janeiro-abril, 2009.

MINAMI, Edison. Casamentos católicos e luteranos: resistência, ecumenismo e liberdade religiosa no Brasil. In: *XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. 06 a 10 de setembro de 2010*.

MONTALVÃO, SÉRGIO. Educação na ordem constitucional brasileira: da Monarquia à República. In: *Revista Contemporânea de Educação*. n11 – janeiro/julho de 2011.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica Imperial. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf)

MÜLLER, Armindo L. O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil, Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003.

MÜLLER, Armindo. Joseph Heche: A imigração suíça no Brasil 1819-1823 (descrita por um participante). Rio de Janeiro: edição independente, 2009.

MURAKAWA, Azevedo de Almeida Clotilde. Os regimentos da Inquisição portuguesa: Um estudo de vocabulário. Disponível em: [http://portal.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/ojudeu/Artigo\\_Clotilde.pdf](http://portal.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/ojudeu/Artigo_Clotilde.pdf)

NEVES, P. B. M. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

Obeid, I, R. Notas sobre o casamento civil no Brasil. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23332/notas-sobre-as-origens-do-casamento-civil-no-brasil>  
PEIRANO, M. Rituais ontem e hoje, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, María, Lígia, Oliveira de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. OLIVEIRA, Márcia, Gardênia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RABELO, F. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. In: *Filosofia e História da Biologia*. v.2. 2007.

REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. A imigração Européia nos discursos políticos da elite brasileira, Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/953-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/953-4.pdf).

RODRIGUES, C. CORDEIRO, C. G. “E nós andamos em procissão até o túmulo”: Sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh., In: *Recôncavo*. Vol 3, n.5. Jul-dez. 2003,

RODRIGUES, C. Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de informação cultural, divisão de editoração, 1997.

RODRIGUES, C.; BRAVO, M. N. Morte, Cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). In: *Habitus*, v.10, 2012.

RODRIGUES, Claudia. A criação de cemitérios públicos como “campos santos” (1798-1851) In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.8, 2014.

RODRIGUES, Claudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado. In: *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v.13, n.1.

RODRIGUES, Claudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). In: *Revista de História Regional* 13(1). Verão, 2008.

SANTANA, De Carlos Maria Nara. *Colonização Alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. In: *Dimensões*, vol. 25, 2010.

SANTIROCCHI, D. I. *O matrimônio no Império do Brasil: Uma questão de Estado*. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro 2012

SANTOS, S, G, S. O casamento na implantação do registro civil (1874-1916). Disponível em: [http://www.seo.org.br/images/Ana\\_Gabriela\\_Santos.pdf](http://www.seo.org.br/images/Ana_Gabriela_Santos.pdf)

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 01-04 de junho de 2008; Porto Seguro, Brasil.

SILVA, L. A. O novo templo português: a formação da Ordem de Cristo – Século XIV. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Jul. 2011.

SILVA, M, C, G. Da intimidade do lar para o domínio divino: O ritual do casamento e suas transformações. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol5/artigo6vol5-1.pdf>.

SILVA, SOARES, ADAILTON. Política educacional no Brasil: Do Império à República. In: *Rios Eletrônica – Revista científica da FASETE*. 2011, ano 55.

SILVA, E. Conflitos no campo religioso baiano: Protestantes e católicos no século XIX. In: *Sitientibus. Feira de Santana*, n.21, jul./dez 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976, vol 310.

TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff, 2008.

VARES, Ferreira, Sidnei. O sagrado e o profano em Émile Durkheim. In: *Revista E-FAPES*. São Paulo, vol.1, n.04, fev.-jul., 2015.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

WEISS, Raquel. Alguns elementos da sociologia da religião de Max Weber. Disponível em: [https://www.academia.edu/2296287/Alguns\\_Elementos\\_da\\_Sociologia\\_da\\_Religi%C3%A3o\\_de\\_Max\\_Weber](https://www.academia.edu/2296287/Alguns_Elementos_da_Sociologia_da_Religi%C3%A3o_de_Max_Weber).